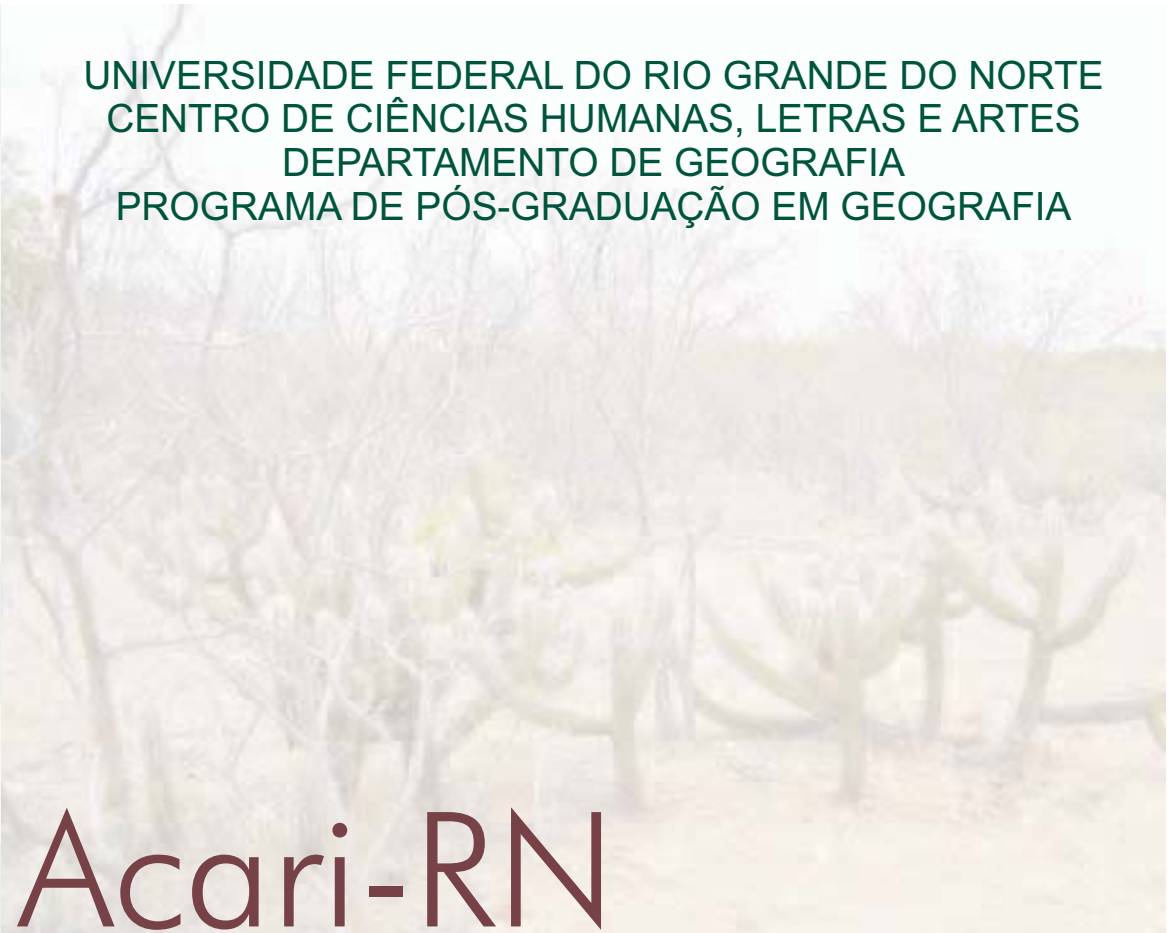
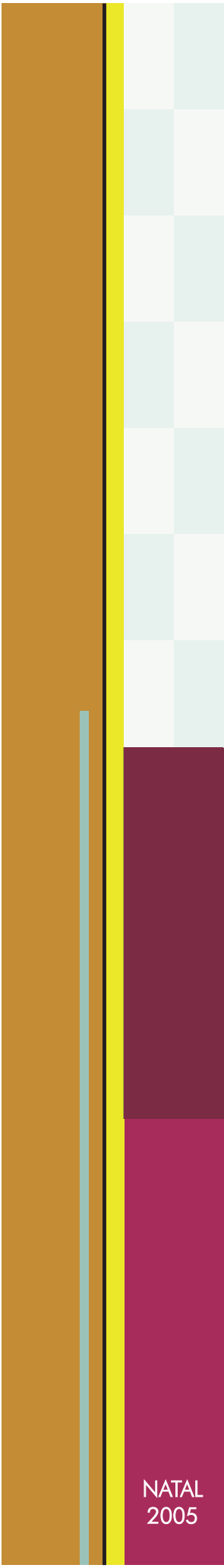




UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Acari-RN

Da construção do território aos limites da pobreza

NATAL
2005

Maria Luiza de Medeiros Galvão

MARIA LUIZA DE MEDEIROS GALVÃO

**ACARI-RN: DA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO AOS LIMITES DA
POBREZA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a Beatriz Maria Soares Pontes

Natal
2005

Sandra Cristina Bezerra de Barros
Revisão

Maria Luiza de Medeiros Galvão
Digitação

Zédgarva (Galvão Filho)
Capa

Catálogo na fonte: Gildete Moura de Figueirêdo – CRB-4/319

Galvão, Maria Luiza de Medeiros. *Acari-RN: da construção do território aos limites da pobreza*. 2005. **143 f.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

1. Acari (RN) — aspectos geográficos 2. Pobreza — Acari (RN) 3. Acari (RN) — Pobreza.

CDU — 908.813.2 ACARI (RN)

MARIA LUIZA DE MEDEIROS GALVÃO

**ACARI-RN: DA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO AOS LIMITES DA
POBREZA**

Dissertação examinada e aprovada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como um dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Natal, ____ de _____ de 2005

Prof^a. Dr^a. Beatriz Maria Soares Pontes
Orientadora

1º Examinador

2º Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu querido marido João Galvão e aos meus amados filhos Gabriel e Bruno. Com vocês sempre dividi aflições, intenções e sonhos. Alguns dos sonhos com o tempo se foram, outros continuamos perseguindo-os e uns, porém tornaram-se reais. A vocês toda a minha conquista, por vocês toda a fé na vida, para vocês todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus que, incondicionalmente, sempre está abrindo novas janelas em minha vida;

à minha orientadora, Professora Bia, pela liberdade concedida nas escolhas e pelo primeiro grande exemplo de professor-pesquisador;

à minha Banca de Qualificação, ao Professor Ademir e a Professora Rita, pelas contribuições valiosas para a concretização deste trabalho;

a João Galvão, pelas vezes que me ouviu, por não ter arredado o pé de casa durante incontáveis finais de semana, sempre com a intenção de me apoiar e, sobretudo, nos momentos finais, convencendo-me que eu concluiria;

a todos que somaram para a construção deste trabalho e, de maneira especial, aos entrevistados de todos os municípios, que contribuíram com as imprescindíveis informações, meus sinceros agradecimentos.

Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim, eles enfrentam e buscam remédio para suas dificuldades. Nessa condição de alerta permanente, não têm repouso intelectual. A memória seria sua inimiga. A herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência, essa consciência do novo que é, também, um motor do conhecimento.

Milton Santos

RESUMO

Acari-RN é um dos municípios mais antigos da região do Seridó Potiguar, no Rio Grande do Norte. Coexistem, neste município, dois sentimentos: o de poder e o de perda. O primeiro, justificado pelo processo de ocupação, o qual deu origem à sua microrregião e, o segundo, marcado pelo empobrecimento econômico, desde a década de 1970, com o declínio da sua principal riqueza: a economia algodoeira. Da associação desses sentimentos, surgiu a motivação para a construção deste trabalho. Nele, discute-se a pobreza e a desigualdade, numa relação dialética com o território, através de uma reflexão teórico-metodológica e da análise dos dados, coletados em pesquisa de campo. Para valorizar e enriquecer o tema e o estudo do território acariense, fez-se necessário compará-lo com os municípios que dele foram originados: Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas. Assim, utilizando elementos de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, aplicada no recorte de estudo, objetivou-se encontrar os indicadores da pobreza, que dificultam o desenvolvimento de Acari.

Palavras-chave: Acari-RN. Pobreza. Desigualdade. Território. Seridó.

ABSTRACT

Acari-RN is one of the earliest municipalities in the region of *Seridó Potiguar* in rio Grande do Norte. In this municipality, two feelings coexist: power and loss. The former, justified by the process of occupation, which gave birth to its micro-region and the latter, marked by economic impoverishment, starting from the decade of 1970, with the decline of its main wealth: the cotton economy. From the association of these feelings, the motivation for the construction of this piece of work emerged. In it, poverty and inequality are discussed, in a dialect relation with the territory, through a theoretical-methodological reflection and from the analysis of the data collected in a field research. In order to valorize and enrich the theme and the study of the territory of Acari, it was necessary to compare it with the other municipalities that it generated: Currais Novos, Jardim do Seridó and Parelhas. Therefore, the use of the elements of a quantitative and qualitative research, applied in the study section, aimed at finding the poverty indicators, which make it difficult the development in Acari.

Keywords: Acari-RN. Poverty. Inequality. Territory. Seridó.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TIPO	TÍTULO	f.
Figura 1	Recorte de estudo – Seridó Oriental – RN	38
Figura 2	Cerâmica vermelha no Seridó	39
Figura 3	Nóbrega e Dantas – Acari	41
Figura 4	SANBRA – Acari	41
Figura 5	Comércio local – Acari	42
Figura 6	Vista aérea do centro de Acari	43
Figura 7	Vista aérea de Acari	44
Figura 8	Microrregião Seridó Oriental – Recorte de estudo	46
Figura 9	Matriz de Nossa Senhora da Guia – Acari	50
Figura 10	Rio Acauã – na zona urbana de Acari	52
Figura 11	Matriz de Nossa Senhora da Guia – Acari – Missa do Vaqueiro	57
Figura 12	Nóbrega e Dantas – Acari	59
Figura 13	SANBRA – Acari	59
Figura 14	Seridó Oriental – Eixo Rodoviário do Recorte de Estudo	61
Figura 15	Gargalheiras seco	62
Figura 16	Gargalheiras cheio	62
Figura 17	Casa na zona rural de Acari	106
Gráfico 1	População residente segundo os municípios 1970-2000	64
Gráfico 2	Taxa de crescimento da população urbana e rural segundo os municípios 1991-2000	65
Gráfico 3	Agricultura - culturas temporárias 1973-2002	68
Gráfico 4	Agricultura - culturas permanentes 1973-2002	69
Gráfico 5	Pecuária - rebanho bovino – 1973-2002	71
Gráfico 6	Número de estabelecimentos industriais, segundo os municípios – 1971-2002	72
Gráfico 7	Número de unidades de infra-estrutura industrial, de comércio e serviços	75
(a até f)		
Gráfico 8	PIB per capita do recorte estudado – 1999-2002	77
Gráfico 9	Índice de Gini, no recorte estudado – 2002	77
Gráfico 10	Destinação de recursos financeiros no recorte estudado – 2004	81
Gráfico 11	Programas de transferência de renda por município, famílias beneficiadas – ago. 2005	82
Gráfico 12	Fundo de participação dos municípios e do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços segundo os municípios - 2003	84
Mapa 1	Município de Acari	45
Mapa 2	Acari – urbano e rural – comunidades rurais dos entrevistados – 2005	108
Mapa 3	Currais Novos – urbano e rural – comunidades rurais dos entrevistados – 2005	109
Mapa 4	Jardim do Seridó – urbano e rural – comunidades rurais dos entrevistados – 2005	110
Mapa 5	Parelhas – urbano e rural – comunidades rurais dos entrevistados - 2005	111
Quadro 1	Número de beneficiadores de algodão existentes nos municípios da região do Seridó em 1910	58
Quadro 2	Número de entrevistados, por sexo, segundo os municípios e as comunidades pesquisadas – 2005	107
Quadro 3	Sugestões dos entrevistados sobre ações de melhoria – Acari	119
Quadro 4	Sugestões dos entrevistados sobre ações de melhoria – Currais Novos	120
Quadro 5	Sugestões dos entrevistados sobre ações de melhoria – Jardim do Seridó	120
Quadro 6	Sugestões dos entrevistados sobre ações de melhoria – Parelhas	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores de pobreza e participação do Nordeste no Brasil 1993/1995	26
Tabela 2	População residente (habitante) 2000	64
Tabela 3	Taxa de crescimento da população urbana e rural segundo os municípios 1991/2000	65
Tabela 4	Agricultura (culturas temporárias) – 1973-2002	67
Tabela 5	Agricultura (culturas permanentes) 1973-2002	68
Tabela 6	Lavouras permanentes 1990-2000	70
Tabela 7	Lavouras temporárias 1990-2000	70
Tabela 8	Pecuária – 1973-2000	71
Tabela 9	Indústria – 1971-2002	72
Tabela 10	Número de unidades da infra-estrutura industrial, de comércio e serviços – 1996-2002	74
Tabela 11	Produto interno bruto per capita – 1999-2002 – Índice de Gini – 2002, no Recorte de Estudo	76
Tabela 12	Dados gerais das unidades locais por faixas de pessoal ocupado total, segundo seção da classificação de atividades, em nível de municípios do recorte – 1996-2002	78
Tabela 13	Destinação dos recursos financeiros no recorte estudado – 2004	80
Tabela 14	Programas de transferência de renda por município do recorte – Ago. 2005	82
Tabela 15	Valor do FPM e do ICMS, segundo o Estado, o recorte e seus municípios – 2003	83
Tabela 16	Número de entrevistados, por sexo, segundo os municípios pesquisados – RN – 2004	87
Tabela 17	Número de entrevistados, por município pesquisado, segundo a naturalidade – RN – 2004	88
Tabela 18	Número de entrevistados por condição de trabalho, segundo os municípios pesquisados – RN – 2004	89
Tabela 19	Número de entrevistados, por municípios pesquisados, segundo a condição de trabalho e a ocupação que exerce – 2004	90
Tabela 20	Número de entrevistados, por município pesquisado, segundo o grau de instrução – 2004	92
Tabela 21	Número de entrevistados, por municípios pesquisados, segundo a renda individual (mensal) – 2004	92
Tabela 22	Número de entrevistados, por grau de instrução, segundo os municípios pesquisados e a renda individual mensal – 2004	93
Tabela 23	Número de entrevistados, por tipo de moradia, segundo os municípios pesquisados – 2004	94
Tabela 24	Número de entrevistados, por municípios pesquisados, segundo a renda familiar mensal - 2004	95
Tabela 25	Frequência de respostas dos entrevistados a respeito do que eles mais valorizam na administração municipal, segundo os municípios pesquisados – 2004	96
Tabela 26	Frequência de respostas dos entrevistados ao escolher dois programas dentre os apresentados, que atendem de forma mais satisfatória os cidadãos municipais, segundo os municípios pesquisados - 2004	97
Tabela 27	Frequência de respostas dos entrevistados sobre a existência de organizações não governamentais (ONGs), segundo os municípios pesquisados – 2004	98
Tabela 28	Frequência de respostas dos entrevistados que disseram conhecer a existência de ONGs no município, por área de atuação, segundo os municípios pesquisados – 2004	98
Tabela 29	Frequência de respostas dos entrevistados sobre a existência de atividades agroindustriais até o início da década de 1970, segundo os municípios pesquisados – 2004	100
Tabela 30	Frequência de respostas dos entrevistados sobre o fechamento das algodozeiras, segundo os municípios pesquisados – 2004	100

Tabela 31	Freqüência de respostas dos entrevistados ao indicar alternativas econômicas para a geração de emprego e renda, segundo os municípios pesquisados – 2004	101
Tabela 32	Freqüência de respostas dos entrevistados na escolha das atividades mais recentes, desenvolvidas nos municípios pesquisados – 2004	102
Tabela 33	Freqüência de respostas dos entrevistados sobre os projetos que incentivaria para promover o crescimento econômico, se fossem administradores municipais, segundo os municípios pesquisados – 2004	104
Tabela 34	Freqüência de entrevistados, por municípios pesquisados, segundo a naturalidade – 2005	112
Tabela 35	Freqüência de entrevistados, por municípios pesquisados, segundo o grau de instrução – 2005	113
Tabela 36	Freqüência de entrevistados por municípios pesquisados, segundo a renda familiar – 2005	114
Tabela 37	Freqüência de entrevistados, por municípios pesquisados, segundo a ocupação – 2005	114
Tabela 38	Freqüência de entrevistados por municípios pesquisados, segundo o maior problema do município, hoje – 2005	115
Tabela 39	Freqüência de entrevistados por municípios pesquisados, segundo o maior problema do meio rural, hoje – 2005	116
Tabela 40	Freqüências de respostas dos entrevistados sobre quais serviços públicos, na sua comunidade, precisam ser melhorados, segundo os municípios pesquisados – 2005	117
Tabela 41	Freqüência de respostas dos entrevistados, sobre as razões da crise econômica, segundo os municípios pesquisados – 2005	117
Tabela 42	Freqüência de respostas dos entrevistados, sobre indicação de alternativas econômicas para solucionar a crise no campo, segundo os municípios pesquisados - 2005	118

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O TERRITÓRIO POLÍTICO E O TERRITÓRIO EM PROCESSO	15
2.1	História e Realidade, Pobreza e Desigualdade	16
2.2	O Capitalismo Avançado e a Pobreza	19
3	A REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, NO BRASIL, E SEUS EFEITOS NO SEMI-ÁRIDO	30
3.1	O Fechamento das Indústrias e a Crise do Algodão	39
3.2	Recorte Espacial: Perfil Histórico	43
3.3	O Gado e a Efetiva Conquista de Acari	47
3.4	O Território de Acari: o Ciclo de “Riqueza” com a Cultura Algodoeira	54
3.5	Localização Geográfica da Área, Aspectos Demográficos e Socioeconômicos	60
3.5.1	Localização geográfica	60
3.5.2	Aspectos demográficos	63
3.5.3	Aspectos socioeconômicos	66
4	OS IMPACTOS DA POBREZA URBANA E RURAL NO RECORTE DE ESTUDO	85
4.1	Pobreza e Geografia	85
4.2	Pobreza Urbana e Rural no Recorte de Estudo	86
4.3	Análise do Recorte Urbano	87
4.4	A Pobreza Urbana	88
4.5	Análise do Recorte Rural	106
4.6	O Poder Local	121
4.7	Territórios Pobres e Marginalizados	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	131
	ANEXOS	136

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho representa o início de uma conquista. A conquista construída durante a pós-graduação, muito embora pensada ao longo do tempo em que nos separamos do debate acadêmico e, logo, nos impedia de alcançá-la. A ciência da academia apresentou-nos alguns caminhos a serem seguidos, mas foi das inquietações que nos angustiam e das discussões que nos acalmam que, um dia, encontramos o caminho.

Durante nossa caminhada na universidade, mas, principalmente no Mestrado, descobriram-se entre as leituras, discussões, disciplinas do mestrado e seminários, autores como Santos, Andrade, Oliveira, Sposati, Forbes e Smith, dentre outros. Esses mestres nos permitem acreditar nas possibilidades de mudanças da sociedade, através dos novos paradigmas da ciência e, sobretudo, do conhecimento geográfico que não separa a natureza do homem.

De todos os direcionamentos apresentados, a opção pela busca de uma abordagem que propiciasse a discussão da relação entre pobreza, desenvolvimento desigual e território conduziu este trabalho ao campo da geografia crítica. Os especialistas, nessa área, defendem que, por meio do saber crítico, apresentam-se as possibilidades de estudar o espaço, nas suas múltiplas relações. Através do método dialético, o espaço transforma-se em objeto de análise, de compreensão e de contradições. Na geografia crítica, o conhecimento do espaço estudado e dos elementos que o compõe, por exemplo, a transformação no território, a pobreza e a desigualdade, em Acari, são muito importantes e contribuem na busca de soluções para os problemas da comunidade.

Nesse sentido, o trabalho foi realizado, objetivando estudar o quadro de maior empobrecimento do município de Acari RN, comparado aos municípios desmembrados dele - Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas - e as conseqüências socioterritoriais provocadoras dessa pobreza. Ao mesmo tempo, procurou-se considerar as transformações econômicas, ocorridas no período compreendido entre 1970 e 2000, decorrentes da reestruturação do capitalismo e os seus efeitos no Semi-árido do Brasil. E, como pontos de partida, a crise das economias agrárias e o fechamento das agroindústrias de descaroçamento e beneficiamento do algodão, em Acari, surgem como causa crucial na desaceleração socioeconômica e na maior internalização da pobreza no recorte estudado.

No Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XIX, a atividade algodoeira tornou-se a principal economia, quando o algodão passou a integrar a pauta das exportações e adquiriu relevância ao se tornar matéria-prima agroexportadora para mercados internacionais e intra-regionais. No interior, em especial no Seridó, a economia evoluiu a ponto de se tornar a principal riqueza do Estado e de, nessa região, as atividades industrial e comercial do algodão concentrarem-se.

A atividade algodoeira prevaleceu até a década de 1960, mesmo tendo enfrentado oscilações no mercado, em períodos anteriores. Ao longo da década de 1970, essa atividade econômica foi relegada a patamares tão inferiores, que o seu esgotamento, no Seridó, foi inevitável. Dessa forma, os municípios produtores de algodão viram desmoronar o setor econômico, que lhes rendia trabalho e riqueza.

Considerando a importância geohistórica da economia tradicional e o desequilíbrio gerado pelas crises, com ênfase em Acari, realizou-se o estudo dos problemas desencadeadores de pobreza que vêm afetando as atividades produtivas

e o seu mercado de trabalho. Para tanto, buscou-se saber dos moradores, da cidade e do campo, o conhecimento sobre os aspectos que envolvem esta problemática.

Para alcançar esse propósito, o trabalho está assim organizado:

No Capítulo 2, tem-se o referencial teórico, no qual incluímos a discussão teórica e o “diálogo” com os autores, os quais contribuíram para a construção do texto científico.

No Capítulo 3, tem-se a revisão da literatura acerca da importância das culturas tradicionais, para a construção da sociedade sertaneja, bem como as adversidades enfrentadas por essa sociedade, a partir da reestruturação do capitalismo e seus efeitos, desde o limiar da década de 1970. Com base nos aportes geográficos, estudamos as contradições visíveis e construídas pelo desenvolvimento desigual e combinado, no Nordeste.

O Capítulo 4 apresenta os resultados e discussões gerados da análise dos dados coletados e das falas dos entrevistados, sobre os aspectos socioeconômicos e estruturais de cada município do recorte estudado. Apresentam-se, também, os aspectos políticos e administrativos de cada município pesquisado, ao longo deste trabalho, nas leituras, observações livres e nas entrevistas realizadas durante visitas às quatro prefeituras. Busca-se a compreensão da problemática, com o auxílio de autores que subsidiaram e contribuíram, nas análises, para a realização deste estudo.

2 O TERRITÓRIO POLÍTICO E O TERRITÓRIO EM PROCESSO

Nossas reflexões iniciais inserem-se no contexto histórico do território que delimitamos como espaço de pesquisa. A noção de território é vista como espaço conquistado por meio de trabalho (contém energia e informação), como espaço das relações de poder e de exaltação da soberania (o espaço se territorializa), e, ainda, como espaço onde emergem estratégias de controle da vida em seus vários significados.

De acordo com Raffestin (1993, p. 60), o “território é político por excelência” e “resulta de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] ao se apropriar de um espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). No território, por meio das relações de poder e de existência entre todos os membros, estabelecem-se múltiplas interações entre a natureza e a sociedade. Das interações entre os atores envolvidos, entrelaçam-se as relações de poder e as territorialidades manifestas. Em entrevista de 1998, Santos diz:

Se olho o território brasileiro hoje, vejo primeiro que é um território nacional mas da economia internacional. Quer dizer, o esforço de quem manda, no sentido de moldar o território — porque o território vai sendo sempre moldado por quem manda —, é no sentido de favorecer o trabalho dos atores da economia internacional¹.

Para Santos, o território tem conteúdo, é dinâmico, de permanente movimento, e é visto como algo que está em processo e onde se dá o exercício da vida. Nessa acepção, o território brasileiro, e tudo o que está contido nele, é um observatório geográfico e uma fonte de conhecimentos. Portanto, Santos afirma que “a sociedade exerce permanentemente diálogo com o território usado, e que esse

¹ Milton Santos em entrevista à revista Caros Amigos, em agosto de 1998. Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed52/milton.asp>. Acesso em 10 set. 2005.

diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.” (SANTOS, 2000, p. 24-26).

Consideramos o passado do território objeto de estudo, por intermédio dos seus atores sintagmáticos para interpretar o processo de apropriação territorial e compreendê-lo como espaço atual.

2.1 História e Realidade, Pobreza e Desigualdade

A pobreza tem sido conceituada como um fenômeno de alta complexidade e de múltiplos significados. Seus efeitos têm alcance global e resultam das mudanças na economia internacional as quais, cada vez mais, acentuam as desigualdades entre os países e ampliam a exclusão social. Dependendo do lugar, são maiores ou menores as formas de exclusão, e a análise dos seus mecanismos vem sendo uma das preocupações da Geografia.

Na argumentação de Forbes (1989), excepcionalmente a partir da década de 1970, a reafirmação da produção e organização espacial, inseridas na lógica da divisão internacional do trabalho, obediente às demandas externas, garantia o desenvolvimento espacial desigual, premissa para o desenvolvimento capitalista. Forbes, refletindo sobre a teoria da dependência, considera o Brasil um “hospedeiro” de capital, que permitiu as empresas solaparem a economia interna e acentuarem a injusta distribuição de renda. Sobre a industrialização comandada pelas multinacionais, afirma:

[...] os lucros do investimento direto, devido à transferência de mais-valia aplicável, favoreceram mais as empresas do que os países hospedeiros; [...] as empresas solapariam a economia interna por suprimirem as empresas locais, introduzirem tecnologia imprópria, acentuarem injustiças na distribuição da renda e induzirem novos gastos entre os consumidores [...]. (FORBES, 1989, p. 161)

Próprio do capitalismo monopolista, esse modelo foi usado nos países subdesenvolvidos industrializados, produzindo milhões de pessoas com renda insuficiente, e foi incapaz de garantir bem-estar social. Na sua análise, a renda é o critério apropriado para explicar a diferenciação geográfica e o subdesenvolvimento de uma nação.

Segundo o geógrafo Neil Smith (1988), há uma combinação de desigualdades geográficas, fundamentais ao desenvolvimento capitalista, as quais resultam em desenvolvimento desigual. Para ele, “o desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica” (SMITH, 1988, p. 221). Partilhando da sua idéia, consideramos que o modelo capitalista de desenvolvimento desigual priorizou o capital e seu crescimento e acirrou o conflito entre o crescimento e as desigualdades.

O capital, ao invés de utilizar o mundo subdesenvolvido como uma fonte de mercados, usou o Terceiro Mundo como uma fonte de mão-de-obra barata, impedindo assim sua plena integração ao mercado mundial. (SMITH, 1988, p. 224)

Esse acirramento se aprofundou a partir da crise econômica de 1973, quando “surgiu o espectro da dramática industrialização do Terceiro Mundo como uma solução para a crise econômica atual.” (SMITH, 1988, p. 224)

Nessa vertente, o desenvolvimento desigual e o subdesenvolvimento por ele propiciado se tornam parceiros na análise geográfica da pobreza. Por esse viés e

aprofundando a análise, com base no vigoroso ciclo de acumulação via exploração e oferta mundial de mão-de-obra, Forbes escreve:

A formação de um exército de reserva à escala mundial, centrado no Terceiro Mundo, apresenta muitos benefícios para a empresa multinacional: a mão-de-obra tem custo de reprodução mais barato do que nos lugares tradicionais; a semana de trabalho é mais extensa; a produtividade do trabalho costuma ser superior; a mão-de-obra pode ser atraída e repelida com maior facilidade; geralmente, os sindicatos são mais fracos; e o aparelho repressivo do Estado ajuda a manter o suprimento de mão-de-obra, assim como criar condições geralmente mais favoráveis mediante uma política generosa em relação aos lucros, subsídios das em presas e formação de zonas de produção e contratação livres. (1988, p. 149)

Nessa discussão, percebe-se claramente, que a pobreza está associada a processos econômicos de natureza estrutural e não mais local, nem mesmo nacional: trata-se de um fenômeno global em que os pobres são simultaneamente explorados e excluídos. Para Santos (2000), a pobreza é perversa, generalizada, permanente e global. No cenário atual de globalização, o constante ajuste estrutural das economias periféricas tem, por um lado, produzido um decréscimo da capacidade de criação de novos empregos e, por outro, uma crescente deterioração da qualidade do emprego (FORBES, 1989). Essa situação tem desfavorecido parcelas expressivas de trabalhadores de baixa renda e, também, dificultado a criação de novas oportunidades de geração de renda. Admite-se que trabalhadores nessa situação estão deslocados do seleto grupo de atividades que são fortemente comprometidas com a globalização da economia atual.

Dessa forma, na atual conjuntura econômica, o mercado de trabalho é extremamente injusto e desigual para os que se enquadram nesse perfil e a educação torna-se o seu principal elemento diferenciador. Sobre esse aspecto, emerge, no Brasil, uma complexa rede de questões: *escolaridade, trabalho, renda e pobreza*; ligada às políticas educacionais historicamente ineficientes as quais

continuam sem preencher requisitos exigidos pelas técnicas e pela nova economia. Vale salientar que, “de 1996 a 2001, foram extintos 1,3 milhão de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade, em seis regiões metropolitanas responsáveis por 30% da população brasileira” (ROCHA, 2005, p. 186). Sobre os efeitos desse quadro, essa autora afirma:

A baixa qualificação da mão-de-obra, em descompasso com o nível de desenvolvimento produtivo atingido pelo país e com as necessidades do mercado, tem implicações sobre a incidência de pobreza de duas formas. Por um lado, limitando as possibilidades de crescimento econômico e conseqüentemente do aumento da renda. Por outro, servindo de base à manutenção de elevados níveis de desigualdade do rendimento, que, como se viu, é um determinante da persistência da pobreza absoluta no país. (*Id., ibid.*)

2.2 O Capitalismo Avançado e a Pobreza

Na América Latina e, com particular ênfase, no Brasil, esse novo ordenamento da economia produz um avanço do mercado, sendo crescente a seletividade da força de trabalho empregada e dos setores econômicos com capacidade de competitividade. É portanto, uma ordem econômica que também promove crescente desintegração e fragmentação social com conseqüente aumento do número de pessoas de baixa renda no cenário nacional.

No conjunto das explicações para a pobreza, devemos levar em consideração as mudanças na divisão inter-regional do trabalho, na segunda metade do século XX, promovidas pelos programas elaborados nos países de capitalismo avançado.

Tais programas, com interesses na especialização regional de produtos agrícolas, submetiam as regiões pobres, a exemplo do Nordeste brasileiro, às decisões do capital monopolista e das regiões ricas, as quais acabaram capturando

o mercado nordestino e influenciando na problemática agrícola do semi-árido da região (ANDRADE, 1984; OLIVEIRA, 1993).

Há outros aspectos, decorrentes de uma compreensão do contexto histórico, que contribuem, de forma decisiva, para o empobrecimento de uma parcela considerável da população e bloqueiam o desenvolvimento das regiões periféricas, agravando ainda mais o atual quadro de pobreza: as estruturas sociais arcaicas e a distribuição de terras em latifúndios.

A pobreza e a desigualdade no Brasil estão enraizadas na história e vêm do período colonial, quando se iniciou a ocupação da terra e a definição de um modelo agroexportador, que acarretou o surgimento de uma estrutura fundiária fundamentada na grande propriedade rural e conseqüente distribuição da posse das terras em latifúndios. Nesse período, a apropriação do território e a produção do espaço foram feitas sem consultar os seus habitantes, ao mesmo tempo em que as classes dominantes, ligadas ao Governo Português, eram atendidas em seus pleitos. Nesse contexto, a desigualdade se ergueu e a sua persistência deriva das políticas excludentes a partir desse período (ANDRADE, 1984).

Outro aspecto, ligado à histórica desigualdade no Brasil, diz respeito à lucrativa escravidão, que sustentara, com sua mão-de-obra, a economia colonial e, quando ela deixou de ser vantajosa, com o fim do período monárquico, aqueles trabalhadores foram submetidos a uma condição marginal e relegados aos estratos mais inferiores da pirâmide social brasileira (ANDRADE, 1984).

Esse aspecto, aliado ao desenvolvimento industrial brasileiro, favoreceu a exploração dos trabalhadores. Durante as três primeiras décadas do pós-guerra, os trabalhadores mais pobres permaneciam sem chances de ascensão social, pois as classes dominantes continuaram a se apropriar do território, apoiadas por leis que

reprimiam todas as tentativas de mudanças experimentadas pelos trabalhadores. Tratava-se de um período de modernização da indústria, de consolidação do capitalismo monopolista no país e de expansão da fronteira agrícola. Esse período fertilizou o poder econômico e parcelas do poder político, sendo subsidiados pelo Estado com financiamentos e infra-estrutura. Paralelamente, o Estado reprimia os movimentos “camponeses”². Ainda nesse sentido, o autor argumenta que, nesse período, contrariando esse processo, surge, nas áreas envelhecidas ou periféricas - referindo-se ao Nordeste - uma versão moderna da escravidão: a do trabalho sob coação.

A conjuntura da época favoreceu o crescimento da desigualdade e da renda. Por um lado, a concentração da renda era favorecida pelo desenvolvimento tecnológico e pela exploração da terra e do homem, e, por outro, a contrapartida era a transformação da pobreza em miséria. A modernização dos setores produtivos, principalmente os do Sudeste brasileiro, e o retrocesso da agricultura do Nordeste, preconizado pela impossibilidade de concorrer com a região mais desenvolvida do país, estabeleceram uma dura concorrência para os produtos regionais, caracterizada pela desigualdade combinada e inevitável entre o Sudeste e o Nordeste. Para Smith (1988, p. 151), essa concorrência é a “expressão particularmente geográfica” do desenvolvimento desigual do capitalismo, quanto à dimensão espacial, e o comprovante do paradoxo que alimenta o desenvolvimento contraditório do capital. Refletindo sobre essa tese, Sarmiento (1984, p. 63) afirma que “os privilégios de certas regiões levam ao agravamento do subdesenvolvimento de outras e a um crescente empobrecimento das camadas mais carentes da população”.

² Os trabalhadores rurais desde o período colonial sempre reagiram à exploração, entretanto, somente a partir da década de 1950, se organizaram em torno da consagração dos seus direitos. (ANDRADE, 1994, p. 206).

O desnível entre regiões mais e menos desenvolvidas é uma variável do desenvolvimento desigual, que, somado aos períodos de dramáticas crises e, por conseguinte, de reestruturação, está sempre fomentando novas e profundas mudanças e promovendo ofensivas dos padrões contra os trabalhadores (SMITH, 1988). Durante as décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento econômico brasileiro, coligado com o capital monopolista por meio de alianças, favoreceu o regime intensivo de acumulação do capital ao integrar sua mão-de-obra barata a uma exploração sem precedentes na história (SMITH, 1988; ANDRADE, 1994). Conforme Santos (1993, p. 99), no pós-64, o crescimento e o processo de concentração da economia foram rápidos e vigorosos, e, metaforizando, o autor diz que mão e luva se conjugaram no Brasil para maior inserção na nova ordem econômica da época.

Esse modelo foi imperativo durante toda a segunda metade do século XX, e os seus efeitos garantiram uma ampla modernização no país, com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial beneficiada pelos progressos revolucionários da ciência e da técnica. Desse progresso, somente os ricos usufruíram, pois a participação da população pobre na renda nacional esteve em queda durante todo esse período. A argumentação de Sposati (1988, p. 204) é bastante esclarecedora quanto à pauperização crescente da classe operária que, submetida à exploração e a baixíssimos salários, garantiu o que chamou de “produtivismo à brasileira”, ao se referir ao modelo gerador do “milagre econômico”, que empanava as possibilidades de se refletir sobre a pobreza dos brasileiros. Para Sposati (1988, p. 19), a pauperização do povo brasileiro é original e está impressa na nossa história. A respeito disso, ela afirma:

A trajetória do Brasil e da maioria dos brasileiros espelha fortemente a história de um povo colonizado por descobridores, mercadores, senhores do capital, senhores do aparelho de Estado, senhores da comiseração, pelos donos do poder. Assim, miséria e vassalagem, pobreza e subalternidade fazem parte da mesma trajetória, embora tal relação antiética seja escamoteada por algumas estratégias de gestão articuladas pelos que se fazem donos do poder. (SPOSATI, 1988, p. 19)

A tendência crescente da pobreza e a desigualdade de renda no Brasil foram mantidas ao longo desse novo período e o agravamento desse quadro se deu pela insuficiente oferta de serviços públicos de consumo coletivo, pela falta de subsídios à habitação popular e de acesso à terra urbanizada (SPOSATI, 1988, p. 23). A eficiência do Estado brasileiro é inquestionável quanto aos serviços prestados aos grupos dominantes, em defesa do crescimento econômico e da concentração de riqueza. Como também são inquestionáveis as dificuldades criadas pelo Estado para democratizar a riqueza e evitar a condenação de milhões de brasileiros à pobreza. Nesse cenário, consagraram-se, no Brasil, uma maior divisão territorial do trabalho e uma redistribuição dos pobres, acolhidos pelas maiores cidades do país (SANTOS, 1993, p. 54).

Com a expansão do capitalismo agrário e da agricultura empresarial, as culturas exportadoras, dentre elas, a algodoeira, se expandiram no país. No Nordeste, projetos agropecuários foram estimulados e financiados, produzindo verdadeiros *enclaves agroindustriais*, a exemplo do projeto das frutas irrigadas no Semi-árido potiguar. Ao contrário, no Sertão algodoeiro, se encerrava um ciclo vital que produziu a vida política, econômica e social do campo e da cidade. Essa dualidade se manifestou duplamente no Nordeste a partir dessa expansão, pois transformou áreas que interessavam ao capital em enclaves do capitalismo avançado, e as áreas tradicionais, em enclaves da pobreza. Expansão e estagnação fazem parte do ciclo capitalista de mudanças na composição orgânica do capital, e

Oliveira (1993, p. 75-76), ao analisar essa expansão no Brasil, a partir do Sudeste, tendo no comando São Paulo, afirma:

[...] o ciclo toma *espacialmente* a forma de destruição das economias regionais, ou das “regiões”. Esse movimento dialético *destrói para concentrar*, e capta o excedente das outras “regiões” para centralizar o capital.

As mudanças impuseram nova forma de circularidade do capital, provocando, nas economias agrárias e industriais tradicionais do Nordeste, estagnação. A nova forma de reprodução do capital dissolveu as formas tradicionais e ultrapassadas. Sob impacto da modernização, as velhas economias foram desmontadas, e o empobrecimento regional tornou-se inevitável. Assim, estabelecem-se, nas disparidades, formas diferentes de acumulação de capital entre o Nordeste e o Sudeste. Segundo Oliveira (1993, p. 76):

[...] assiste-se à destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos de acumulação diferenciais que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as dos “Nordestes”, em todos os setores. “Nordeste” açucareiro perde posição de forma alarmante, o próprio setor têxtil entra em decadência, o próprio “Nordeste” algodoeiro-pecuário começa a perder terreno para o algodão herbáceo produzido no Centro-Sul.

Esse conjunto de reflexões, associado à análise de Sarmiento (1984, p. 60-63), mostra que, historicamente, o Nordeste e o seu estado de atraso estão relacionados às perdas da condição de centro dinâmico da economia brasileira desde o ciclo açucareiro, assim como, à transferência de excedentes de força de trabalho, principalmente, para o Sudeste.

Para o autor, as deploráveis condições de vida dos que migraram do Nordeste já retratavam os piores indicadores sociais e a fraqueza econômica

regional. Sarmiento (1984) ainda argumenta que a pobreza no Nordeste tornava-se mais patente quando comparada em nível nacional.

Tais aspectos atestam os desequilíbrios regionais e a incapacidade de combater o seu subdesenvolvimento. Por fim, o autor toma como exemplo o Sudeste que, cercado de privilégios, acabou contribuindo para o empobrecimento do Nordeste e da sua sociedade de trabalhadores. Ironicamente, essa contradição se configura no processo dialético de produção do espaço, que, no dizer de Andrade (1984, p. 17), “é dinâmico, está permanentemente em ação e reformulação e sofrendo contestações e contradições”.

Reconhecidamente, a região Nordeste do Brasil situa-se na posição mais desfavorável, quando o assunto é pobreza. Os últimos dados de pobreza no Brasil, relativos à década de 1990, indicam sua redução, quando analisados pelos efeitos do Plano Real de Estabilização Econômica (1994-98). Segundo Rocha (2005, p. 120-137), a proporção de pobres era de 44% (62,6 milhões de pessoas), em 1993, caindo para 33,3% (49 milhões de pessoas), em 1995. Apesar desse esforço de análise, em nível regional, não se pode comemorar, pois, nesse mesmo período, o Nordeste tinha 45,5% dos pobres brasileiros, correspondente a 22,3 milhões de pessoas. Como do início ao fim do plano a redução dos pobres acompanhou os índices nacionais, não se estreitaram as desvantagens da região em âmbito nacional. Logo, mesmo tendo ocorrido mudanças na distribuição dos rendimentos, os resultados são desprezíveis, pois são mantidas as grandes desigualdades de renda.

TABELA 1 - INDICADORES DE POBREZA E PARTICIPAÇÃO DO NORDESTE NO BRASIL
– 1993/1995

INDICADORES	1993		1995	
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil
Proporção (%)	63,96	44,09	52,05	33,23
Participação (%)	41,78	100,00	45,52	100,00
Razão do hiato	0,538	0,471	0,476	0,446
Participação (%)	47,71	100,00	48,58	100,00
Hiato quadrático	0,23	0,13	0,15	0,09
Participação (%)	50,69	100,00	49,15	100,00

Fonte: Pnad (tabulações especiais) *apud* Rocha (2005, p.136)

Com as evidências dos efeitos positivos sobre a redução da pobreza é preciso ter cautela, já que, nesse mesmo intervalo de tempo, as maiores perdas de postos de trabalho recaíram sobre os indivíduos com menor escolaridade. Vê-se que permanece, no Brasil, uma gravíssima dívida social, caracterizada pelo analfabetismo e pelo baixo nível de instrução profissional, constituindo um sério problema e entrave para o desenvolvimento social. Convém insistir que o plano de estabilização não foi eficiente no combate às desigualdades, principalmente no Nordeste.

É no Nordeste que o analfabetismo apresenta seus maiores índices, e está mais territorializado, porém, quando distribuído espacialmente, é no seu mundo rural que se apresenta o resultado mais desanimador. Conseqüentemente, a pobreza e a desigualdade têm raízes mais profundas e se destacam ainda pelo

[...] forte crescimento da participação do Nordeste na pobreza rural brasileira, que passa de 45,8%, em 1970, para 68,17%, em 1999. Assim, a pobreza rural nordestina se apresenta, em 1999, como núcleo “duro” da pobreza no Brasil (ROCHA, 2005, p. 89).

Secas, baixa renda familiar, analfabetismo e limitados recursos são fatores determinantes de pobreza rural regional. Tais fatores ampliam-se pelas

contradições, marcadas pela falta de modernização e pela estrutura fundiária. Rocha (2005; p. 139) comenta:

As características físicas de boa parte da área rural da região, a imutabilidade da estrutura agrária, a modernização agrícola tardia e lenta – que se dá frequentemente em novos espaços, afetando apenas marginalmente as relações de produção nas áreas de ocupação tradicional – são algumas das razões da persistência da elevada incidência de pobreza rural no Nordeste.

De tradição secular e de total capacidade produtiva, até o término da 2ª guerra mundial (SARMENTO, 1984), o setor algodoeiro-têxtil, no Semi-árido, desacelerou frente à modernização do cultivo do algodão no centro-sul do Brasil, por ação da nova agricultura que se desenvolveu em função de “uma elevada produtividade, para atender os setores industrial, comercial e bancário” (ANDRADE, 1984, p. 30).

Passadas três décadas, contadas do início das crises, as somas de desvantagens recaem sobre o Semi-árido, com impactos diferenciados sobre as economias municipais. Por exemplo, no recorte desse estudo, as tecnologias informacionais de alcance urbano contrastam com a produção rudimentar e ineficiente em grande parte do mundo rural. No primeiro caso, é a modernização difundindo o modelo tecnológico e, no segundo, é “o abandono contínuo dos segmentos mais pauperizados pela ação municipal” (SPOSATI, 1988, p. 222). Refletindo sobre esse tema, Santos (1978, p. 36-37) nos mostra que a difusão da informação e as novas formas de consumo repercutem dialeticamente, definindo formas e organizações espaciais diferenciadas. O forte dualismo desse espaço tem razões na crise algodoeira, que parece conspirar em favor do seu empobrecimento. As dificuldades sociais e econômicas são graves, sobretudo no espaço rural, com

forte tendência a penalizar os investimentos nas necessidades sociais da força de trabalho local.

Sarmiento (1984, p. 64-67), analisando o desmoronamento da economia algodoeira no Nordeste, observou que a falta de modernização na agricultura e na indústria de derivados, assim como a queda da produção de algodão, entre 1945 e 1975, desabaram sobre a população com menor renda *per capita*, agravando a situação socioeconômica dos pobres.

Todo esse quadro de crises desaguou no problema do desemprego rural e na falta de oportunidades de trabalho. Conseqüentemente, a migração, como saída, e a atração urbana, como solução, sedimentaram o processo migratório para as cidades e a permanente pauperização da população dos municípios.

Regionalmente, o modelo econômico de acumulação desigual produziu modernização econômica e precariedade social. O mercado de trabalho nordestino, circundando esse processo, criava poucos empregos para trabalhadores habilitados e excluía milhões de desterrados do campo, que se “refugiavam” nas cidades.

Concomitantemente, difundiam-se os fenômenos da urbanização e da pobreza, tanto nas áreas de saída, quanto nas áreas de chegada. A difusão desses fenômenos, associada à estrutura fundiária injusta e antidemocrática, ajudou a manter milhões de pobres nas cidades e no campo. A incapacidade de refreamento da pobreza, o aprofundamento das desigualdades e seus reflexos no espaço estudado estão no cerne da problemática discutida neste trabalho. Em entrevista³, concedida quando do lançamento do seu livro *O Brasil território e sociedade no início do século XXI*, em co-autoria com Maria Laura Silveira, Milton Santos toca, crítica e realisticamente, no tema da desigualdade entre a cidade e o campo:

³ Trecho da entrevista publicada no Estado de São Paulo, Caderno 2, em 2002. Disponível em <<http://geocities.yahoo.com.br/jorgematheus2002/16mst.htm>>. Acesso em: 10 set. 2005.

As pequenas propriedades, com o desenvolvimento econômico do campo, só são viáveis com cooperativas fortes. Exigir que as pessoas fiquem no campo é uma crueldade. Como se pode pedir a um sujeito que fique no interior? Acho que é falta de caridade até. Se você se isola, você não tem saúde, escola, informação. Tem a que é dada pelo rádio, pela televisão, não aquela do contato, do intercâmbio direto, que é o que enriquece e que é a força da cidade.

Pobreza e desigualdade são temas muito freqüentes em pesquisas com abrangência nacional e pouco comum em escalas locais. Neste sentido, este trabalho é dirigido à sociedade objeto deste estudo, como um chamamento à ação, bem como, como uma contribuição para a discussão dos temas aqui abordados, em âmbito local, na ciência geográfica.

3 A REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, NO BRASIL, E SEUS EFEITOS NO SEMI-ÁRIDO

A partir dos anos 50 do século passado, visando a integrar o território nacional, o Estado brasileiro criou políticas governamentais com forte componente geográfico. As ações do Estado priorizavam investimentos em infra-estrutura produtiva, principalmente em energia e transportes, e facilitavam a expansão geográfica da indústria. Com abrangência nacional, grandes projetos foram desenvolvidos e uma nova dinâmica socioespacial surgiu, alterando, profundamente, a organização territorial do Brasil. Refletindo com Santos e Silveira (2001, p. 21), a partir da consideração de território usado como sinônimo de espaço geográfico, citamos:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21)

Para o projeto de integração nacional, foram feitas obras de grande impacto territorial, como Brasília, e a construção dos grandes eixos rodoviários, que possibilitaram a articulação do capital e a reafirmação do Estado sobre o conjunto do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 45). Foi por meio dessa articulação que surgiram os pólos industriais, com capacidade de dinamizar regiões ao seu redor e de criar estratégias para as empresas desenvolverem sua produção.

Os pólos de desenvolvimento industrial eram criados em regiões de posições econômicas menos favoráveis - Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste, em relação ao Sudeste, que consolidava a hegemonia de São Paulo como centro dinâmico da economia nacional. Todavia, essa condição impôs a integração de novos mercados e redefiniu uma nova divisão territorial do trabalho. Esses mercados integraram-se aos fluxos nacionais e internacionais do capitalismo, desse período, segundo Santos e Silveira (2001, p. 45), por intermédio da “região mais avantajada, em comparação com as demais, [que] passava também a dispor de condições para competir com as outras regiões na própria zona de influência destas últimas”.

Essa dinâmica favoreceu as empresas, que passaram a buscar, nesses mercados, os melhores espaços e, conseqüentemente, seletividade territorial. Essas investidas do capital edificaram a industrialização e difundiram o consumo, sob a égide do Estado, que tinha como eixo central de desenvolvimento a integração dos mercados. Sobre a integração, Oliveira (1993, p. 77) reforça nossa análise ao dizer:

[...] a integração de que estamos falando é um momento do processo de “nacionalização” do capital; isto é, enquanto as economias regionais ligaram-se ao Exterior, o capital internacional se realizava “regionalizando-se”; quando uma das “regiões” assume o comando do processo de expansão do capitalismo, voltado agora sobretudo à realização interna do valor, há necessariamente que realizar um processo de “nacionalização” do capital.

Mediante a orientação econômica do capitalismo monopolista, no Brasil, foi mantida, em ritmo acelerado, a industrialização. Em harmonia com o capital, a estratégia do governo brasileiro foi elaborar planos de desenvolvimento regional, para canalizar investimentos para as regiões periféricas do país, dando preferência ao Nordeste e à Amazônia.

O Estado criou superintendências regionais, que funcionaram como ‘carros-chefes’ da nova dinâmica econômica produtiva. Santos e Silveira (2001, p. 105), remetendo-se aos progressos do referido período, dizem que a nova dinâmica produz uma reorganização produtiva do território e sua argumentação vai nesse sentido: “Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas.”

No Nordeste, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) funcionou como “carro-chefe” do modelo modernizador e protagonista da nova cena política, que surge com a sua criação em 1959. Oliveira (1993, p. 95) diz a respeito:

Faltavam no Nordeste os conteúdos específicos do “populismo”: uma hegemonia burguesa que se impôs sem romper abertamente com a oligarquia agrária, um proletariado urbano que emerge em novas condições de expansão das forças produtivas, um Estado produtor que tornava-se gradual e crescentemente o próprio núcleo da contradição, pela ambigüidade de suas relações com as classes dominantes e dominadas.

No Brasil do Nordeste, a modernização submeteu a burguesia industrial às leis de reprodução da economia do Centro-Sul e aos processos de acumulação de capital decididos por São Paulo. A modernização trouxe a industrialização, mas subordinou a sociedade às suas exigências. A modernização priorizava o crescimento econômico, através da integração dos mercados. Nessa discussão, Oliveira (1993, p. 90) comenta:

A integração do mercado nacional, ou a criação do mercado nacional unificado, resultado da imposição em escala nacional do equivalente geral da economia da 'região' de São Paulo, vai encontrar aquela burguesia extremamente debilitada, incapaz de redefinir seu próprio esquema de reprodução, incapaz de impor, sob seu comando, e no seu espaço de reprodução, a seu favor, o equivalente geral da economia industrial.

A modernização industrial do Nordeste preteriu setores tradicionais, como o têxtil, e impôs limitações quando: selecionou lugares; inviabilizou as economias que integravam o campo e a cidade; e reduziu a renda de levadas de trabalhadores. Esses eram resultados da política desenvolvimentista, elaborada pelo Estado, que desarticulou, violentamente, as atividades econômicas tradicionais, como a algodoeira, das áreas sertanejas. As consequências desencadearam fortes migrações, pobreza e desigualdades socioespaciais.

Em se tratando do semi-árido nordestino, em grande medida, seus problemas são atribuídos às secas, pelas classes dirigentes, que ainda não se sensibilizaram para resolvê-los. Entretanto, as mudanças estruturais que vêm propiciando transformações socioespaciais, na região, nem sempre contemplam todo o semi-árido, à medida que algumas áreas apresentam um novo meio geográfico, adaptado às exigências da economia globalizada, para tanto, incorporando, ao seu espaço geográfico, objetos que se revestem de conteúdo científico, técnico e de informação. Em contrapartida, outras áreas ainda convivem com dificuldades de reestruturação, devido ao seu quadro de atraso e pobreza. Registra-se, então, uma realidade dualista de desenvolvimento desigual e desequilíbrio intra-regional, marcados pelos pares: o moderno e o arcaico, e o novo e o velho. Sobre o Nordeste moderno, escrevem Santos e Silveira (2001, p. 272):

A influência do fenômeno da globalização e a instalação do meio técnico-científico-informacional em certas manchas do território regional, como nas áreas irrigadas (o caso do vale do São Francisco), vão-se dar sobre um quadro socioespacial praticamente engessado. Essa situação abre a perspectiva de importantes fraturas na história social, com mudanças brutais dos papéis econômicos e políticos de grupos e também de lugares.

O nordeste moderno passou a ter seu território organizado, segundo a ordem econômica da necessidade de aumento de espaços especializados. Santos e Silveira (2001, p. 135) escrevem: “Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho”. Aqui se reconhece a importância da industrialização na região, porém, marcada por condições de subdesenvolvimento, pelos efeitos sociais perversos. Apesar da industrialização, foram conservadas as condições de subdesenvolvimento e, segundo Santos e Silveira (2001, p. 51), esse agravamento “pelo crescimento econômico [gerou], a saber, disparidades regionais pronunciadas, enormes desigualdades de renda e uma crescente tendência de empobrecimento das classes subprivilegiadas”.

A nova ordem econômica determinou também mudanças na agricultura, a qual passou a incorporar inovações tecnológicas e a fazer parte de novos sistemas agrícolas: tecnificados, cientificizados, informacionalizados e voltados para a produção de alimentos. A respeito do modelo aplicado ao Nordeste, Santos e Silveira (2001, p. 120) afirmam:

Trata-se de uma modernização em manchas. No campo nordestino desenvolvem-se áreas descontínuas e especializadas (frutas, legumes industrializáveis, soja, laranja), cuja expansão é limitada pela posição subordinada da produção local nos circuitos comerciais ou industriais.

Nesse contexto, a agricultura inseriu-se na internacionalização da economia e, como consequência, teve seu território redefinido pela nova divisão do trabalho na economia agrícola. Consolidou-se, no país, um mercado unificado de alimentos e matérias-primas agrícolas. Assim, Santos e Silveira (2001, p. 120-121) apontam que esse “mercado unificado, que interessa, sobretudo, às produções hegemônicas, leva à fragilização das atividades agrícolas periféricas ou marginais do ponto de vista do uso do capital e das tecnologias mais avançadas”, punindo os produtores que não dispõem das possibilidades técnicas e financeiras. A penalidade máxima foi dada às atividades agrícolas do semi-árido e, segundo Alencar (2005, p. 114):

O panorama observado na economia nordestina dos anos 1950 até a década de 1980, mostrou uma crise nas atividades econômicas tradicionais, as quais desempenharam papel importante até a primeira metade do século XX, destacando-se o algodão, cultivado em todo semi-árido, que, em decorrência de uma série de problemas relacionados à comercialização, propriedade fundiária – forma de relacionamento em setor processador e agricultores – não teve condição de enfrentar a praga do bicudo.

Nas áreas marginais, o semi-árido potiguar a título de exemplo, foi sendo delineado um quadro de atraso e, progressivamente, crises econômicas severas, as quais promoveram verdadeira depressão econômica, com a falência dos mercados produtores. Na busca da compreensão da depressão dessas áreas marginalizadas, no contexto da nova divisão territorial do trabalho, encontramos em Bittencourt (2001, p. 161):

Estudos realizados pela SUDENE são claros em afirmar que o Semi-árido não chega a ser uma sociedade moderna e dinâmica. A preponderância relativa das atividades produtivas e da população em áreas urbanas mostra, ao contrário, uma gradual atrofia econômica e uma continuada fuga da população do meio rural.

Marginalizado pela Sudene, o Seridó potiguar ficou em grande desvantagem, pois a crise teve sua dimensão ampliada pelo fracasso do algodão, cultivado em toda a região. Com múltiplos problemas, dentre eles, o atraso tecnológico, a migração campo-cidade, as limitações ambientais e privadas de novos projetos, o Seridó passou a conviver com o agravamento da pobreza e da exclusão social. Andrade (1994, p. 103), escrevendo sobre o semi-árido, comenta:

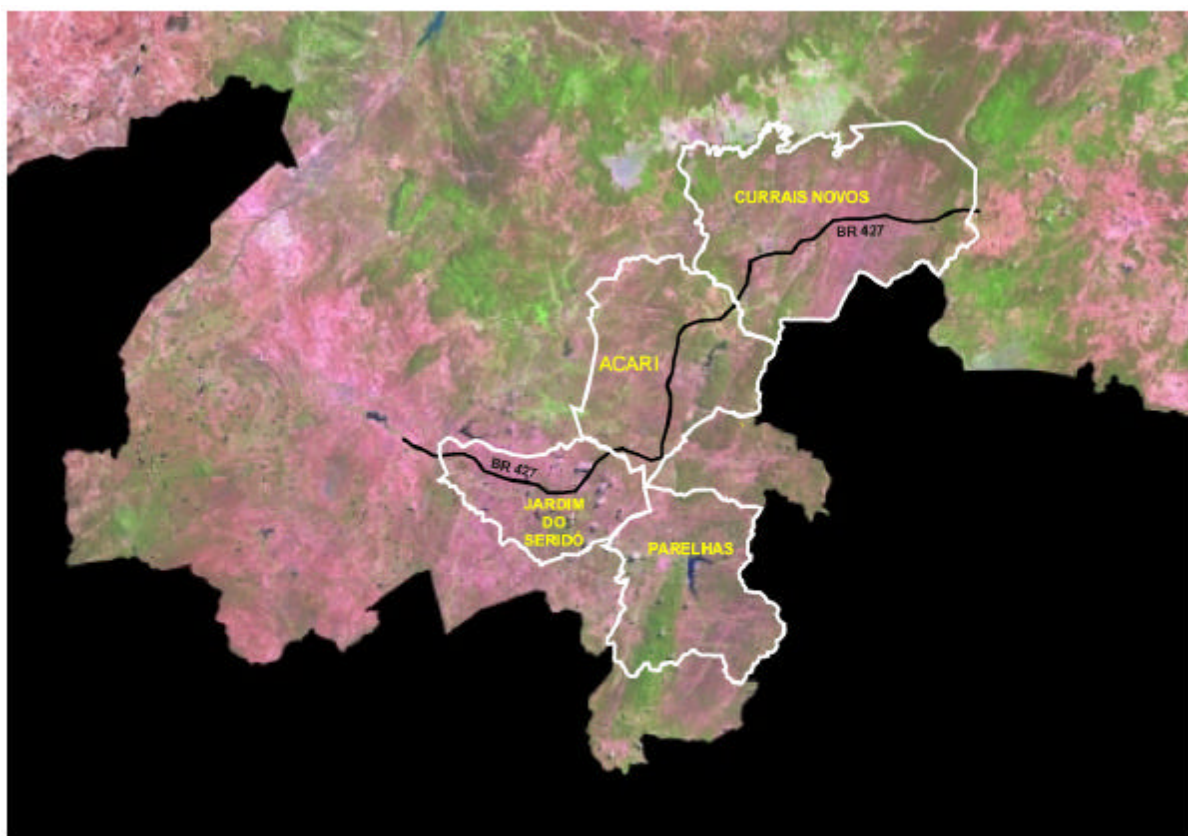
A origem da pobreza e da agressão ao meio ambiente, no semi-árido, são, mais do que as limitações ambientais, os fatores sócio-econômicos, políticos e culturais. Uma abordagem tecnocrática às dramáticas situações dessas populações, e ao impacto que nelas podem ter as variações climáticas, seria claramente insuficiente. Qualquer esforço sério para desenvolver essas regiões deve basear-se em estratégia sócio-econômica, que inclua compromissos políticos com reformas estruturais; reforma agrária, porque as estruturas agrárias constituem, em algumas regiões semi-áridas, sérios obstáculos ao acesso das populações aos recursos necessários à sua subsistência.

Os interesses divergentes, no Nordeste, tendo, por um lado, grandes empreendimentos industriais, impulsionados pelas políticas de incentivos fiscais, regida pela Sudene, e por outro, a falta de prioridades para o semi-árido, reforçaram as contradições e parecem ter perpetuado as desigualdades, tanto sociais quanto espaciais. Alencar (2005, p. 113) afirma sobre as políticas de incentivos, no Nordeste: “Em síntese, as políticas de intervenção, até a primeira metade de 1980, foram de natureza concentradora de renda, tanto do ponto de vista das classes sociais como do ponto de vista espacial”.

Num aumento de lente, em relação ao Seridó potiguar, identificamos também espaços com grande concentração de problemas. Visivelmente, em áreas estagnadas economicamente, o esvaziamento rural e a urbanização acelerada compõem a organização espacial dos seus territórios.

O objeto espacial deste estudo - Acari, Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas - é carente de iniciativas concretas do governo de combate às crises e, desde a década de 1970, enfrenta o desafio de conviver com o desemprego crônico e a estagnação das economias tradicionais, sobretudo, a economia do algodão.

As reflexões possíveis sobre as transformações econômicas e as desigualdades espaciais, no semi-árido, permitem-nos entender que, os novos padrões de produção transformaram o semi-árido em espaços luminosos e espaços opacos (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264). Sendo, os espaços luminosos, aqueles de consistência técnica e política, aptos a atraírem investimentos produtivos e, os espaços opacos, aqueles desprovidos dessas condições. A título de exemplo, no semi-árido potiguar, tornou-se luminoso, o espaço da territorialidade das frutas, na região do Baixo Açu, na bacia hidrográfica Piranhas-Açu, e opaco, o espaço das tradicionais áreas produtoras de algodão, dentre elas, a região do Seridó, onde se insere o espaço que compõe o objeto de estudo desta dissertação: os municípios de Acari, Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas.



Fontes: RIO GRANDE DO NORTE. *Coleção Brasil visto do espaço*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. CD ROM.
IBGE. Rio Grande do Norte. Censo 2000

Figura 1 – Recorte de estudo – Seridó oriental – RN, elaborada sobre foto de satélite e divisão política do RN

A impossibilidade de reestruturação produtiva da sua base econômica desfavoreceu, mais diretamente, o espaço das cidades que abrigavam indústrias de beneficiamento do algodão. Um exemplo é Acari, onde a crise mais se internalizou e contribuiu para torná-lo, no dizer de Santos e Silveira (2001), um lugar opaco.

A opacidade de Acari assume uma dimensão maior quando o comparamos com os seus vizinhos pobres. A sensação de maior empobrecimento, em relação aos demais, é revelada pelas limitações econômicas, herdadas, sobretudo, da crise do algodão, advinda do fechamento das indústrias de beneficiamento do caroço e da fibra têxtil.

3.1 O fechamento das indústrias e a crise do algodão

No tocante à organização do espaço, a historiografia da região do Seridó indica que sua vida econômica foi substancialmente transformada pelo desenvolvimento da economia algodoeira, no campo e na cidade. As culturas alimentares, a criação de gado e o algodão foram responsáveis pela organização do espaço e da produção econômica do semi-árido seridoense e, mesmo com as crises das economias tradicionais, as atividades rurais de subsistência continuam sendo de importância fundamental para quem permaneceu no campo.

Essa é a realidade da maioria dos municípios do Seridó. Porém, instaladas essas crises, na década de 1970, e a praga do bicudo, na década de 1980, acabando com o algodão, outras atividades econômicas, até então de pouca expressão no mercado, foram redefinidas. As indústrias de cerâmicas vermelhas, a pequena produção de roupas e a demanda por alimentos da culinária regional foram alternativas de ocupação e renda no Seridó.



Foto: João Galvão, mar. 2002

Figura 2 - Cerâmica vermelha no Seridó – Carnaúba dos Dantas

Ao analisarmos o conteúdo geográfico dessas atividades econômicas, nos municípios do nosso estudo, verificamos sua ausência em Acari. Logo, percebemos que, mesmo em se tratando de municípios regionalizados pelo subdesenvolvimento econômico, são aparentes as desigualdades socioeconômicas e espaciais entre eles. Smith (1988, p. 213), refletindo sobre o desenvolvimento desigual, afirma:

O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento. Isto é, o capital tenta fazer um “vaivém” de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então, num certo momento posterior voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida, e assim sucessivamente.

Dentre os municípios estudados a crise vinculada à perda da sua principal fonte de renda (algodão) tem se fortalecido mais em Acari, com a ausência de outra atividade econômica, que possibilite sustentação econômica ao município. Nele, falta capital e sobra força de trabalho. Logo, aflora, com maior intensidade, a problemática do desemprego e da baixa produção, assim expressa sucintamente por Ernest Mandel (1975, apud SMITH, 1988, p. 213), “do ponto de vista marxista [...] o subdesenvolvimento é sempre, em última análise, subemprego, tanto quantitativa (desemprego em massa) quanto qualitativamente (baixa produtividade do trabalho).”

O fechamento e o sucateamento das duas indústrias têxteis, Nóbrega&Dantas S/A e a SANBRA (Fig. 3 e Fig. 4), em Acari, como representação espacial do urbano e a estagnação, na zona rural do município, são indicadores da ausência de superação da sua desigualdade nas desigualdades espaciais.



Foto: João Galvão, 10 ago. 2003
Figura 3 – Nóbrega & Dantas – Acari



Foto: João Galvão, 10 ago. 2003
Figura 4 – SANBRA – Acari, 10 ago. 2003

Quando consideramos a totalidade do nosso objeto de estudo, do ponto de vista econômico, Acari perdeu importância e acumula mais problemas, diante da frágil economia da realidade estudada. A persistência da crise tem ampliado sua pobreza e motivado uma maior intervenção do Estado no campo social.

Acari, sendo o município original desse recorte e tendo a condição de maior pobreza em relação aos demais municípios, contradiz a própria história de desenvolvimento econômico, revelada por Santa Rosa (1974, p. 112):

A cidade cresceu, nela concentrando-se a vida municipal, em consequência de terem aparecido empregos proporcionados pelas pequenas indústrias instaladas - de descaroçamento de algodão, de óleo glicerídico, de alimentos – por algumas oficinas e por serviços públicos, como os de energia, águas e telefones.

Logo, o desenvolvimento em Acari esteve associado ao desempenho da cultura algodoeira e à implantação de duas indústrias de beneficiamento de algodão. Contudo, a desaceleração da economia acariense, posterior à falência da atividade em pauta, gerou desemprego, limitou a agricultura e potencializou as migrações. As perspectivas de reversão das condições de pobreza de Acari são remotas e essa posição está consubstanciada, no dizer de Clementino (2003, p. 397):

No que se refere às antigas áreas do complexo algodoeiro-pecuário, particularmente na região de Seridó, as resistências à mudança são visivelmente maiores. A crise do algodão, já nos anos 70 (com a presença do bicudo e as alterações na demanda, no padrão tecnológico e empresarial da indústria têxtil, modernizada no Estado e, mais recentemente, as políticas associadas ao Plano Real), contribuiu para dificultar, ainda mais, uma saída para essa secularmente frágil economia sertaneja.

O enfraquecimento e as dificuldades de modernização da economia acariense propiciaram a concentração, na cidade, de atividades do circuito inferior da economia terciária. Santos (1978, p. 37) explica:

O circuito inferior é formado essencialmente de diferentes tipos de pequeno comércio, e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e também de toda uma gama de serviços não modernos.

Do ponto de vista dos produtos e manufaturas disponíveis no mercado, a atividade comercial é muito limitada, em Acari. De acordo com Santos (1978, p. 48-49), no mercado de trabalho, há “uma predominância de pessoas que trabalham por conta própria, e



Foto: Maria Luiza Galvão, ago. 2004

Figura 5 - Comércio local – Acari

[em] empresas familiares cujas atividades abrangem principalmente pequenas fábricas, pequeno comércio”, o que caracteriza a sua pobreza urbana.

Nessas condições, Acari tem limitações econômicas, tecnológicas e sociais, as quais propiciam o empobrecimento de extensas camadas da sociedade local. As limitações também impossibilitam o desenvolvimento de fatores de produção e a

expansão do mercado de trabalho. Condicionada por esse empobrecimento a população acariense tem buscado no comércio informal as estratégias de sobrevivência.

3.2 Recorte Espacial: Perfil Histórico

O município de Acari, foco central desta pesquisa, forma, juntamente com os municípios de Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas, o nosso objeto de trabalho.



Foto: Acervo da Prefeitura Municipal de Acari, 1972

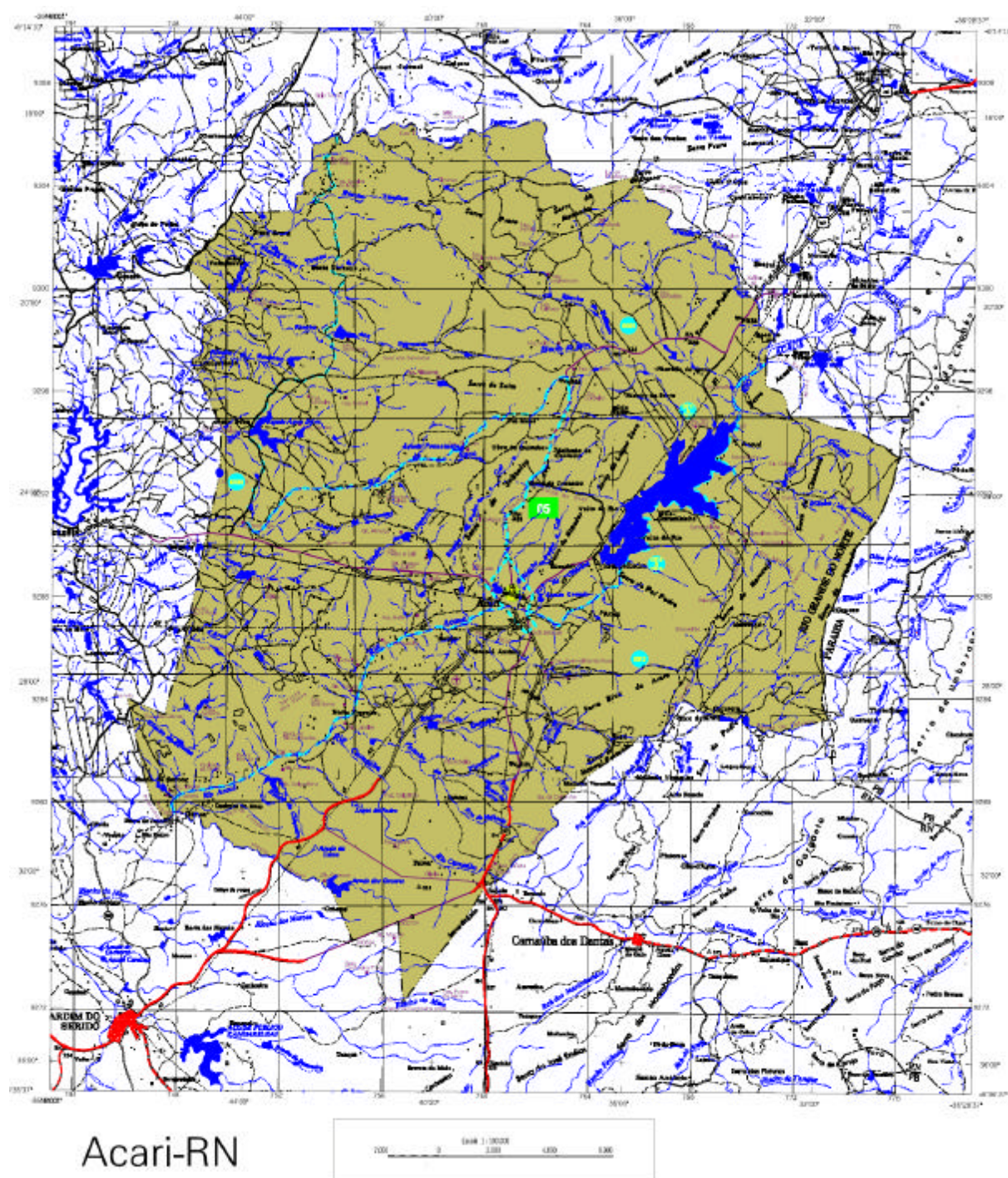
Figura 6 - Vista aérea do centro de Acari

Acari, segundo Medeiros Filho (2002), foi criado em 11 de abril de 1833. O município tem a segunda cidade mais antiga (a primeira foi Caicó) de toda a região do Seridó Potiguar.



Foto: Foto Chacon, Fortaleza-CE, acervo de Milton Lopes Galvão, 1995

Figura 7 - Vista aérea de Acari



Os municípios de Currais Novos e Jardim do Seridó foram desmembrados de Acari, ainda no século XIX, e Parelhas foi desmembrado de Jardim do Seridó, em 1926. Para fins do planejamento regional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estes municípios estão inseridos na microrregião do Seridó Oriental.



Fonte: IBGE – 2004

Figura 8 – Microrregião Seridó oriental – Recorte de estudo

3.3 O gado e a efetiva conquista de Acari

A ocupação do território sertanejo do Rio Grande do Norte se deu através da exploração da atividade com o gado. Por conseguinte, essa atividade desenvolveu-se nas ribeiras dos rios, que ofereciam água, sombra para abrigo e descanso, e pasto para os animais. Nessas terras, foram organizadas as fazendas, onde se deram o cultivo da terra e o manejo com os rebanhos.

Suassuna e Mariz (1997, p. 135) afirmam que as fazendas de gado ficavam nas freguesias, do sertão potiguar, criadas no decorrer do século XVIII. Nesse século, foi configurado o completo povoamento da capitania do Rio Grande e a criação de gado propiciou, ao sertão, o perfil de uma região eminentemente pastoril.

A criação de gado alcançou o Sertão Potiguar por intermédio do território da Paraíba que, junto a Pernambuco e à Bahia, viabilizaram o seu criatório. Os movimentos populacionais eram oriundos de Salvador e Olinda e se tornaram os principais focos de partida de homens e gado na direção do Sertão. Nesse sentido, a pecuária conquistou, para o Nordeste, a maior porção de sua área territorial (ANDRADE, 1986). A pecuária foi uma atividade que enfrentou várias crises, mas manteve-se como o principal ramo econômico do Rio Grande do Norte, durante o período colonial, e o conhecimento da sua trajetória tornou-se fundamental para a compreensão do Semi-árido e de sua ocupação.

Em particular, a ocupação do Seridó Potiguar foi realizada através de sesmarias, para onde seguiram alguns alienígenas, curiosos e vacilantes. Ali, estabeleceram morada e começaram a faina da criação de gado (SANTA ROSA, 1974), ficando evidenciado que o que atraía mais, nessa região, era a criação de gado bovino, atividade que despertou interesse de sesmeiros de todas as castas

sociais. A atividade econômica era predominantemente destinada ao mercado interno, o que propiciou o surgimento de locais de comercialização, como as feiras e pousos. Esses locais deram origem aos primeiros núcleos de povoamento, ao seu espaço rural e a sua forma de organização da terra, nas áreas sertanejas. Emergiu também, com o criatório, uma força de trabalho de grande significado para a riqueza do fazendeiro de gado, pois essa mão-de-obra representava um custo muito baixo para os proprietários de terras. Além de cuidar do gado, esses trabalhadores atuavam, como aparato militar, na defesa de cada fazenda, portanto, de cada território.

Movidos pelo orgulho da conquista do território e do domínio das riquezas (fazendas e força de trabalho), os novos moradores do sertão ignoraram os nativos. Excepcionalmente, os índios cariris, denominados regionalmente de janduís, habitaram o Seridó sertanejo e, como foram tratados como escravos, enfrentaram os forasteiros, desencadeando conflitos. Tornaram-se inevitáveis as tensões no sertão nordestino, já que era objetivo do colonizador fundar uma sociedade, sobrepondo-se à já existente. Do domínio escravizante dos homens brancos, nasceu o ódio dos índios e muitas batalhas se sucederam na região, como a da Acauã, hoje Acari, provavelmente, a mais sangrenta. Assim, registrou Santa Rosa (1974, p. 14):

No vale dominado pela serra da Acauã desenrolou-se em 1688 destruidora batalha em que tomaram parte, de um lado, cerca de dois mil janduís furiosos e, de outro lado, tropas do Terço dos Paulistas, sediadas à margem do rio São Francisco, soldados do Rio Grande e de Pernambuco, num total de 300 a 400 homens em armas, comandadas por um experimentado cabo de guerra paulista, com toda a probabilidade Matias Cardoso de Almeida.

Pode-se afirmar que, após a vitória dos portugueses, nasceu, no Seridó, o seu povoamento definitivo, através da entrada de grandes fluxos de gado nesse

espaço. No território de Acari e nas terras em sua volta, os novos povoadores chegaram, na primeira metade do século XVIII (aproximadamente 1718), e inauguraram as primeiras fazendas nas ribeiras do rio Acauã. Dentre os novos povoadores, destacaram-se Tomás de Araújo e seu irmão Caetano Dantas Corrêa, como registra Santa Rosa (1974, p. 31):

Chegou em 1720 o jovem português Tomás de Araújo Pereira, [...] Trabalhou, progrediu e montou fazenda de gado em Picos de Baixo, à margem do rio Acauã [...] seguiu em 1727 para a ribeira do Piranhas com um irmão o adolescente Caetano Dantas Corrêa, filho de português, e de lá mudou-se para o Acari, instalando fazenda de criação em Picos de Cima, a uma légua e meia pouco mais ou menos do povoado.

Nas trilhas do Seridó, feitas pelos aventureiros que buscavam rincões sertanejos da Bahia, Piauí ou Ceará, estavam as terras de Acari, onde a natureza oferecia condições para descanso e pasto dos animais e era lugar para o abastecimento de água. As vantagens do território determinavam parada obrigatória para esses homens que trilhavam a região. O território de Acari nasceu da escolha dessa natureza. Santos (2002, p. 235) remete-nos à reflexão da escolha, quando afirma:

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.

De acordo com Santos (2002, p. 236), o processo de criação e a harmonia socioespacial iniciaram-se, dando origem à sociedade territorial. Ali aflorou “a relação de produção com a terra [...] sustentada por uma relação de propriedade”

(RAFFESTIN, 1993, p. 230), configurando a relação homem/natureza e definindo um sistema de relações de poder. Acari surgiu dessa forma.

Habitaram no território denominado de Acari, autoridades de relevo, ao longo do período colonial, com destaque para os capitães-mores Galvão, Medeiros e Manuel Esteves de Andrade. A esse último, atribui-se a criação do município. Os três capitães residiam, respectivamente, nas fazendas Totoró, pertencente, hoje, a Currais Novos; Remédio, pertencente à Cruzeta; e Saco, situada, até hoje, em Acari. Eram fazendeiros de grande poder, nos domínios do Acari, e foram os primeiros seridoenses a exercer cargos públicos.

A região do Seridó teve seu território delimitado em 1831. Acari foi criada em 1833 e, pouco depois, em 1835, tornou-se independente de Caicó, quando foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Guia do Acari, desvinculada da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant' Ana do Seridó. Para melhor compreensão, escreve Medeiros Filho (2002, p. 235) “No tocante à sua geografia, o Seridó teve delimitado o seu território, através de decreto da Regência de 25 de outubro de 1831 [...]. Aos 11 de abril de 1833, foi criada a nova vila seridoense do Acari.”

Ainda sobre o tema, Medeiros Filho (2002, p. 234) reafirma, sobre a independência de Acari:



Foto: Maria Luiza Galvão, ago. 2003
Figura 9 - Matriz de Nossa Senhora da Guia
– Acari

Em 1835, o território sujeito à jurisdição da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'ana do Seridó, cuja matriz ficava no Caicó, sofreu um desmembramento de parte de sua área, com a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Guia do Acari, que passou a exercer domínio sobre as capelas da Conceição (hoje Jardim do Seridó) e Currais Novos. No mesmo ano, era nomeado vigário do Acari o pe. Tomás Pereira de Araújo.

No período que se sucedeu à demarcação do território acariense, o ambiente rural de todo o Seridó foi alternado por períodos de secas e invernos, mas o seu espaço foi se reproduzindo, mediante os benefícios conquistados com a construção de açudes e de uma estrada, ligando o Seridó ao atual município de Carnaubais, consolidando interesses, comerciais e econômicos, ligados à pecuária bovina.

No decênio de 1840, registraram-se períodos de grandes secas, com destaque para a do ano de 1845, que atingiu todo o Sertão do Rio Grande do Norte e fez com que as populações migrassem para os brejos. Povos do Seridó mudaram-se, principalmente, para os brejos paraibanos, porém, dos moradores de Acari, somente uma família se retirou e os que ali permaneceram superaram as agruras da seca numa só vazante: a do rio Acauã. Logo, fica evidenciada a vantagem ambiental de Acari, no processo de povoamento e ocupação econômica do território. Para tanto, Medeiros Filho, citando Manuel Antônio Dantas Corrêa, refere-se ao Acauã como o Nilo Acauã, ao descrever os efeitos da seca no Seridó e a mobilidade populacional. Medeiros Filho (2002, p. 266) relata:

[...] só os moradores deste rio Acauã, hoje freguesia e vila do Acari, só uma pesada família de uma família se retirou; antes para aqui concorreram várias famílias de diversas freguesias a buscar abrigo para a vida, que na extensão de quatro a cinco léguas fez um povo numeroso com uma só vazante (tendo algum poço para o comércio) servindo de sustento os legumes, não só para seus donos como também para os viandantes que por aqui transitavam com suas cavalgadas.



Foto: Maria Luiza Galvão, 12 fev. 2004

Figura 10 - Rio Acauã – na zona urbana de Acari

Compreender o povoamento do Sertão é também compreender a determinação dos desbravadores do Seridó, pois muitos se tornaram seus povoadores, quando fincaram os pés, construíram famílias, implantaram uma agricultura e criaram gado, mesmo enfrentando as adversidades regionais, sobretudo durante as secas. A determinação em enfrentar as secas são refletidas em Raffestin (1993, p. 232), a partir das relações de poder que se instalam para controlar o acesso à água, pois a água é um trunfo tão precioso quanto a vida que ela cria.

No último quartel do século XIX, foram registrados períodos de secas, tendo sido apontada como a grande seca, pelo seu poder destruidor, a de 1877. A situação em Acari foi amenizada pela existência de poços de águas permanentes no rio Acauã. Tais condições propiciaram a manutenção da população e do gado,

extremamente afetados, pelas condições de escassez de água. Andrade (1986, p. 150) explica em sua obra *A terra e o homem no Nordeste*:

Nestes sertões desenvolveu-se uma civilização *sui generis*. Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades [...] As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades.

Assim sendo, entende-se que as dificuldades naturais não abatiam a comunidade acariense, que resistia, com solidariedade, criatividade e coragem, aos períodos difíceis, impostos pelo fenômeno da seca, demonstrando que a defesa do território era, por excelência, de caráter permanente e social, na definição da sua organização espacial. Tomando como referência Raffestin (1993, p. 144), em seu livro *Por uma geografia do poder*, compreende-se Acari como um espaço original e um território construído, quando ele conceitua:

O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. [...] O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação [...] [o território] é uma produção a partir do espaço, [...] por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.

No tocante ao poder, Acari tinha homens dotados de espírito público e era importante reduto eleitoral. Na segunda metade do século XIX, tornara-se Cabeça de Distrito Eleitoral e tinha um expressivo número de cidadãos votantes: em 1849, totalizavam 1274 (SANTA ROSA, 1974, p. 69). Para a compreensão da importância do reduto eleitoral, no território acariense, citamos Raffestin (1993, p. 58) “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os

recursos”. Para os recursos renováveis – água e solo – as relações de poder são de caráter exploracionista e para os recursos não renováveis são de caráter político.

Assim, Acari era território colonial de prosperidade, concentrando uma sociedade de fazendeiros, onde o criador de gado exercia poder sobre os recursos naturais e imateriais ou, em outras palavras, exercia controle sobre a água e o solo e os segmentos político, econômico e social da comunidade. Raffestin (1993, p. 235) ratifica “A época colonial foi fortemente marcada por esse comportamento exploracionista. As relações de poder e de propriedade dão origem a relações de poder muito dissimétricas, tanto com as coisas como com os homens.”

Da sua conquista pelos sesmeiros até 1888, ano em que oficialmente terminou a escravidão, foi mantida inalterada a estrutura socioeconômica e espacial de Acari, baseada na posse da terra, na criação do gado e na mão-de-obra. Dos alforriados, a maioria já era considerada agregada à família do fazendeiro de gado.

3.4 O território de Acari: o ciclo de “riqueza” com a cultura algodoeira

A cultura algodoeira surgiu, em terras potiguaras, como atividade econômica complementar à do gado. Na ocupação do espaço rural, definiu a estrutura fundiária, consolidando a integração do binômio gado-algodão e imprimiu mudanças, nesse mesmo espaço, delineando povoados, vilas e cidades.

O algodão encontrou um espaço produzido pelo gado, condições territoriais e climáticas favoráveis. Quanto aos proprietários de terras, estes incorporaram a atividade algodoeira à fazenda, sem provocar mudanças nas relações de trabalho, pois o vaqueiro era também agricultor.

A introdução da atividade algodoeira coincidiu com o desenvolvimento da tradicional agricultura do Nordeste sertanejo: uma agricultura de subsistência, que utilizava pequenas áreas, denominadas roçados, onde a produção ficava restrita à mandioca, ao milho, ao feijão e ao algodão. As maiores extensões eram destinadas à criação de gado, mesmo assim, a cultura do algodão engendra, por necessidade de consumo, o desenvolvimento de uma incipiente indústria artesanal. Eram fabricados panos grosseiros, utilizando-se a mão de obra escrava.

Ao longo do século XIX, a agricultura experimentou um surto algodoeiro, produzindo um rápido desenvolvimento, graças ao aumento do consumo, na própria região, das exportações na direção do mercado europeu e, excepcionalmente, da introdução de uma nova relação de trabalho: o trabalho assalariado. A respeito disso, Andrade (1986, p. 158) comenta:

Essa atividade agrícola, porém passados os primeiros anos, não necessitou de tantos escravos como a cana-de-açúcar e proporcionou grande desenvolvimento ao trabalho assalariado no Sertão. Realmente, numa área em que quase a cada decênio havia uma grande seca dizimando o gado e provocando a migração dos proprietários mais sólidos, não poderia dar bons resultados o emprego de grandes cabedais em escravos.

Dentre esse surto algodoeiro, destaca-se o período compreendido entre 1861 e 1869, o da Guerra de Secessão, entre o norte e o sul dos Estados Unidos. Essa guerra impede a produção algodoeira daquele país, destruindo a economia da cultura do algodão dos estados sulinos norte-americanos e instaurando uma severa crise comercial, com o declínio das exportações para o continente europeu, especialmente, na direção da Inglaterra. A crise determinou a elevação do preço internacional da matéria-prima e a emergência de novos mercados, o que favoreceu a retomada das exportações do algodão brasileiro, registrando um verdadeiro rush,

no nordeste brasileiro. Foi, a partir desse período, que a economia do algodão conquistou um lugar de destaque, na região, ao superar a agroindústria canavieira, que era abatida, internacionalmente, pelo seu atraso tecnológico. O Rio Grande do Norte, em particular, teve grande impulso na produção de algodão, pois passou a exportar para a Inglaterra, e o Seridó despontou como produtor de algodão de fibra longa, denominado mocó, reconhecido como “o melhor do mundo”. Clementino (1987, p. 51) afirma:

O algodão mocó, produzido na região do Seridó, se firma como cultura principal do Estado justamente nesse período. Esse algodão atende a todos os requisitos de comprimento, resistência, textura, para a confecção de tecidos da melhor qualidade.

Quanto a Acari, a cultura do algodão passou a dinamizar a economia do município, como comenta Santa Rosa (1974, p. 76):

Reforçava-se deste modo a economia do Acari. Passou-se a plantar a malvácea para atender à exportação. O fazendeiro juntou à função de criador a de lavrador. A cultura do algodoeiro para o mercado externo acarretou a necessidade do descaroçamento. Antes, esta operação efetuava-se à mão e era relativamente fácil executá-la, pois se retiravam os caroços num só movimento: eles estavam unidos, formando uma só peça.

O processo mecânico para descaroçar o algodão utilizava a bolandeira, que era movimentada pela força motriz do gado. Em Acari, as bolandeiras foram instaladas nas fazendas Cauaçu, Navio, Cacimba do Meio, Imburanas, Bico da Arara, Zangarelhas e Boa Vista, onde estavam os pares de bois de maior expressividade. Esse período foi de grande prosperidade para o município, que passou a ter, como fonte principal de renda, o capital comercial, oriundo das exportações de algodão. Tal prosperidade possibilitou a construção das melhores

casas, estabelecimentos comerciais e, até, a conclusão das obras da igreja matriz de Nossa Senhora da Guia (Figura 9).

As inovações produziram mudanças econômicas e espaciais, e a atividade do algodão, como motor dessa dinâmica, produziu uma geografia que passou a ter, no urbano, a expressão da paisagem.



Foto: João Galvão, 18 ago. 2001

Figura 11 - Matriz de Nossa Senhora da Guia – Acari – Missa do vaqueiro

A produção de algodão continuou se expandindo e uma nova tecnologia chegou à região através dos chamados locomóveis, que utilizavam o vapor como força motriz no processo de descaroçamento e beneficiamento do algodão. A difusão desse novo maquinismo teve início no começo do século XX e, em Acari, segundo dados oficiais, as máquinas de beneficiamento - bolandeiras e locomóveis - ocupavam o segundo lugar no ranking regional, tendo uma bolandeira a mais que ele, o município de Jardim do Seridó. Veja Quadro 1, abaixo.

MUNICÍPIOS	BENEFICIADORES	
	BOLANDEIRAS	LOCOMÓVEIS
Acari	27	09
Caicó	22	09
Currais Novos	25	06
Flores	10	08
Jardim	28	09
Serra Negra	12	06
TOTAL	124	47

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. Questionário sobre as condições da agricultura nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, 1910-1912, *Passim*. Cf. Takeya, Denise Monteiro. Op. Cit. p. 79. Clementino, Maria do L. M. Op. Cit. p. 58.

Quadro 1 - Número de beneficiadores de algodão existentes nos municípios da região do Seridó em 1910

No período subsequente, registrou-se, na história econômica do Estado do Rio Grande do Norte, um grande salto de desenvolvimento da atividade algodoeira, promovido pela introdução de descaroçadores a vapor, com maior número de serras, nas usinas de descaroçamento e beneficiamento da fibra e do caroço do algodão. Só em 1935, é que se fazem referências às usinas (SANTOS, P., 2002, p. 153).

O algodão ganhou importância industrial, no Estado do Rio Grande do Norte, por ocasião de uma reestruturação produtiva das usinas mais capitalizadas, as quais passaram a refinar óleo glicerídeo do caroço do algodão. Ao se referir aos decênios de 40 e 50, do século XX, Santos, P. (2002, p. 182), escreve:

É claro que as empresas algodoeiras foram crescendo e ganhando maior estrutura funcional, em detrimento da redução do número de maquinário de menor porte, sobretudo, aqueles instalados nas fazendas. Era o processo de extinção dos pequenos descaroçadores, cedendo lugar à usina no interior.

Faziam parte dessa reestruturação o capital internacional, que entrava nas áreas produtoras através de multinacionais; a transferência do descaroçador de

algodão das fazendas para as cidades; e o maquinista do algodão, como intermediador do processo comercial e financeiro. O que permaneceu foi a vinculação entre o produtor e o comerciante de algodão, que formavam um par em uma única pessoa. Clementino (1987, p. 130) explica esses mecanismos:

É preciso tornar claro que, se houve um deslocamento do descaroador de algodão para os centros urbanos do interior, isso não significa dizer que o beneficiamento e a comercialização do algodão tenha se desvinculado da propriedade fundiária, muito pelo contrário, a fortaleceu; considerando que a usina, ao abrir a perspectiva de suprimir a agenciamento da casa exportadora, abria para o maquinista a possibilidade de exercer diretamente a intermediação comercial e financeira na produção e comercialização do algodão.

Dentre as usinas do interior do Estado, duas localizavam-se em Acari e pertenciam ao grupo Nóbrega & Dantas S/A, local; e à Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA), multinacional, que reunia vários grupos internacionais, e abriu suas filiais nas capitais nordestinas e em cidades do interior. Quanto ao primeiro grupo, era considerado um dos mais sólidos da região do Seridó e, nos anos 1950/60, a maior algodoeira do Nordeste (CLEMENTINO, 1987, p. 219).



Foto: Maria Luiza, 10 out. 2003

Figura 12 - Nóbrega e Dantas – Acari



Foto: Maria Luiza, 10 out. 2003

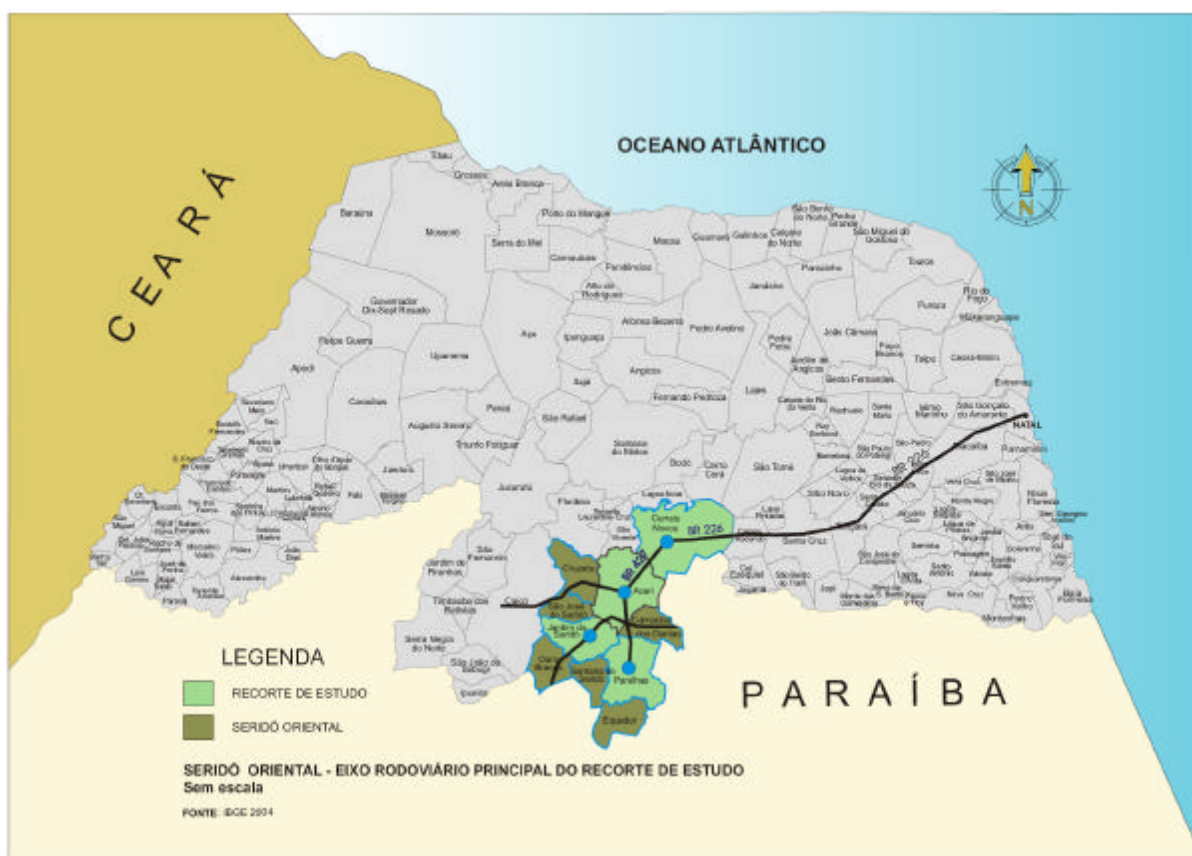
Figura 13 - SANBRA – Acari

Esses dois estabelecimentos industriais de descaroçamento e beneficiamento do algodão fortaleceram a economia municipal, proporcionando empregos e, conseqüentemente, uma nova divisão social do trabalho. Essas mudanças refletiam as relações entre os espaços produzidos pela atividade industrial e pelas relações sociais, mediante a inserção econômica de Acari em um quadro de economia moderna.

3.5 Localização geográfica da área, aspectos demográficos e socioeconômicos

3.5.1 Localização geográfica

O recorte espacial localiza-se entre 06° 15' 39" e 06° 41' 16", de latitude sul, e entre 36° 28' 20" e 36° 46' 28", de longitude oeste. De acordo com o IBGE, os municípios que o integram pertencem à Microrregião Seridó Oriental e à Mesorregião Central Potiguar. Conforme ilustra a Figura 14, na página seguinte, o recorte espacial situa-se no eixo rodoviário da BR 427, ligado a Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, através da BR 226. Os 2.396 km² de área do recorte totalizam 4,51% de participação no território do Rio Grande do Norte. Nesta porção territorial, estão distribuídos os municípios de Acari, Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas.



Fonte: IBGE, 2004

Figura 14 - Seridó Oriental – Eixo Rodoviário do Recorte de Estudo

É válido dizer que a pecuária depende, incondicionalmente, dos recursos naturais, mas os impactos sobre a vegetação, solos e recursos hídricos, vêm, continuamente, agredindo o ambiente do Seridó.

O uso intensivo e inadequado, por parte das comunidades, dos recursos proporcionados pela vegetação de caatinga tem causado impactos geoambientais e colocado em risco esse bioma. As técnicas inadequadas de manejo causam perdas irreparáveis na biodiversidade e pobreza nas comunidades. O manejo correto e a biodiversidade são assuntos em pauta nas últimas décadas e são preconizados pelo desenvolvimento sustentável, mas, nessa porção territorial, em discussão, os problemas socioambientais tendem a se perpetuar.

O açude de Gargalheiras, situado na bacia do rio Acauã, em Acari, representa, para seus nativos, a mais forte relação do homem com a natureza. Sua construção beneficiou-se da estrutura geológica, a partir do conjunto de serras, que serve de proteção das águas represadas no vale escavado do rio. Nos períodos de longa estiagem, sua água representa o fator de maior resistência às adversidades impostas pela seca, mas também significa, para os beneficiados com a sua água, vida e medo. Estes sentimentos reproduzem, dialeticamente, o poder que a água tem nos períodos de chuvas e a incerteza que ela traz nos períodos de seca.



Fonte: Antônio Jacó, dez. 2003
Figura 15 - Gargalheiras seco



Fonte: João Galvão, 12 fev. 2004
Figura 16 - Gargalheiras cheio

Acari, principal foco do estudo, está numa posição geográfica de centralidade, por onde escoam pessoas e mercadorias na direção das cidades vizinhas do Rio Grande do Norte e do Estado da Paraíba, com as quais o município tem uma forte relação.

3.5.2 Aspectos demográficos

Segundo os dados do Censo IBGE, ano 2000, a população do espaço estudado é de 83.340 habitantes. Essa população representa 2,00% da população do Rio Grande do Norte e 0,05% da população do Brasil, estando localizada, em sua maioria, em áreas urbanas. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, para o mesmo ano, registra as seguintes taxas de urbanização: Jardim do Seridó (77,21%), Acari (79,2%), Parelhas (80,78%) e Currais Novos (87,10%).

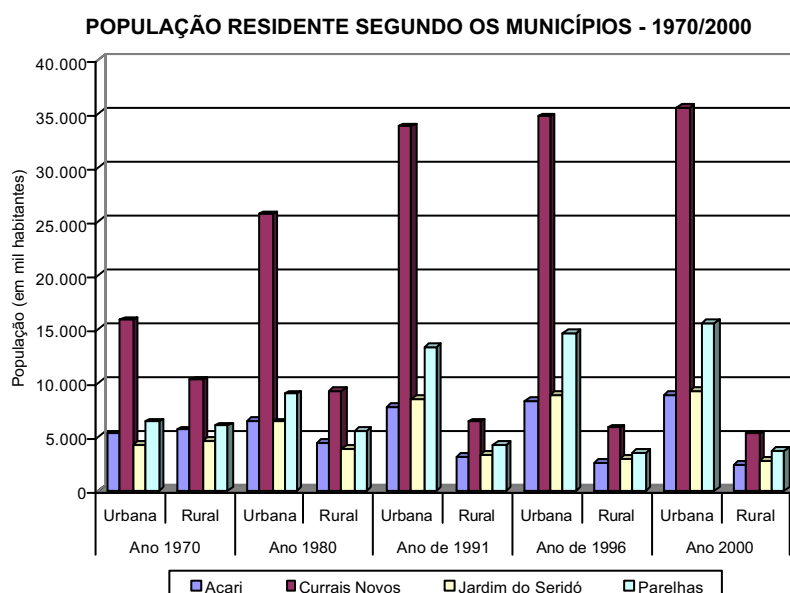
A evolução demográfica, nos quatro municípios, no período compreendido entre 1970 e 2000 (v. Tab. 1 e Gráfico 1), mostra o aumento da população urbana e a redução da população rural, seguindo a tendência no país. Em se tratando de Nordeste, esse período foi de forte urbanização, com menores avanços na modernização agrícola e sem mudanças no quadro agrário (ROCHA, 2005, p. 93).

A população está distribuída desigualmente nos quatro municípios, sendo Currais Novos e Acari aqueles de maior e menor população, respectivamente (Tab. 1). Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, as densidades demográficas – também desiguais – estão assim distribuídas nos quatro municípios: Acari (18,2 hab/km²), Jardim do Seridó (31,6 hab/km²), Parelhas (36,7 hab/km²) e Currais Novos (46,0 hab/km²). Currais Novos e Acari, mais uma vez, apresentam o maior e o menor índice, respectivamente.

TABELA 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE (HABITANTE) - 2000

ANO	MUNICÍPIOS											
	ACARI			CURRAIS NOVOS			JARDIM DO SERIDÓ			PARELHAS		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	5.267	5.631	10.898	15.863	10.316	26.179	4.215	4.691	8.906	6.425	6.044	12.469
1980	6.520	4.498	11.018	25.674	9.305	34.979	6.422	3.932	10.354	8.974	5.508	14.482
1991	7.807	3.176	10.983	33.819	6.408	40.227	8.550	3.290	11.840	13.357	4.218	17.575
1996	8.358	2.590	10.948	34.749	5.837	40.586	8.894	2.992	11.886	14.654	3.533	18.887
2000	8.841	2.348	11.189	35.529	5.262	40.791	9.297	2.744	12.041	15.606	3.713	19.319

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 2000



Fonte: IBGE - Censos demográficos – 1970-2000

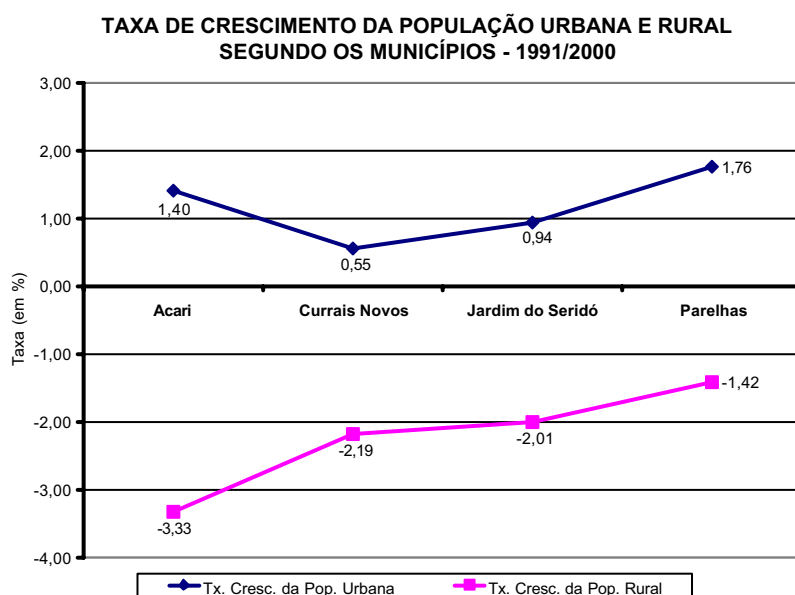
Gráfico 1 – População residente segundo os municípios – 1970-2000

Ao observarmos os dados de crescimento, no período 1991-2000, constatamos que, no recorte estudado, as taxas foram negativas na zona rural, com o maior valor negativo, sendo em Acari (-3,33) (v. Tabela 3 e Gráfico 2). Na década de 90, a população urbana registrou um aumento considerável em relação à população rural, em todas as sedes municipais.

TABELA 3 - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1991/2000

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA (HAB)			POPULAÇÃO RURAL (HAB)		
	1991	2000	Taxa de crescimento	1991	2000	Taxa de crescimento
ESTADO	1.669.267	2.036.673	2,26	746.300	740.109	-0,09
Acari	7.807	8.841	1,40	3.176	2.348	-3,33
Currais Novos	33.819	35.529	0,55	6.408	5.262	-2,19
Jardim do Seridó	8.550	9.297	0,94	3.290	2.744	-2,01
Parelhas	13.357	15.606	1,76	4.218	3.713	-1,42

Fonte: IDEMA / CESE (Dados Básicos: IBGE, Censos Demográficos) - 1991/2000



Fonte: IDEMA / CESE (Dados Básicos: IBGE, Censos Demográficos) - 1991/2000

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da população urbana e rural segundo os municípios – 1991-2000

Esta situação de desfavorecimento do meio rural, segundo Rocha (2005, p. 181), decorre tanto das limitações dos “governos locais de operar de modo eficaz, em favor do desenvolvimento das atividades produtivas e da assistência da população” quanto das condições ambientais adversas e da pobreza social.

A população rural é declinante e acompanha a dinâmica demográfica nacional, entretanto a mobilidade populacional em municípios do Seridó reveste-se também de razões intra-regionais, causadas pelo fim do cultivo algodoeiro e da

desestruturação da sua base econômica. Tais razões suscitam impactos socioterritoriais, marcados pelo esvaziamento rural, desequilíbrios ambientais e situações de extrema pobreza.

O aumento da população urbana está associado à migração rural-urbana, que leva à concentração de população nas cidades. A população migrante enfrenta o diminuto mercado de trabalho urbano e, em conjunto com os cidadãos da cidade, convive com o desafio cotidiano do desemprego.

3.5.3 Aspectos socioeconômicos

Até o final da década de 1960, o desempenho econômico do recorte espacial era favorecido pela economia algodoeira. No decorrer da década de 1970, a crise do algodão inseriu a região do Seridó, e em particular os municípios pesquisados, num processo de decadência econômica, deixando-a aquém de outras economias estaduais. Em outras palavras, pode-se dizer que a economia tornou-se periférica em relação às que se modernizaram.

Simultaneamente à modernização da agricultura do semi-árido, ocorreu a decadência histórica da agricultura do Seridó, propiciada por mudanças estruturais, com a expansão e incorporação de novas áreas de cultivo no Rio Grande do Norte. Atrelada à crise, houve uma grande redução da participação da região na riqueza estadual.

O território em estudo conquistou também projeção com a agropecuária - setor importante na história econômica do Estado, até a década de 1960 – mas, ao longo do processo de modernização da agricultura do semi-árido, sua contribuição na geração de riqueza caiu. A crise do binômio algodão-gado afetou o Seridó como

um todo e, com isso, as conseqüências nas economias locais levaram muitos produtores e comerciantes à falência.

A partir daí, as economias municipais foram diminuindo sua participação na divisão estadual do trabalho e permanecem com dificuldades de reversão desse quadro. Da agricultura algodoeira, resta, às economias municipais do Seridó, a lembrança de terem vivenciado uma das experiências agrícolas de maior êxito no Estado.

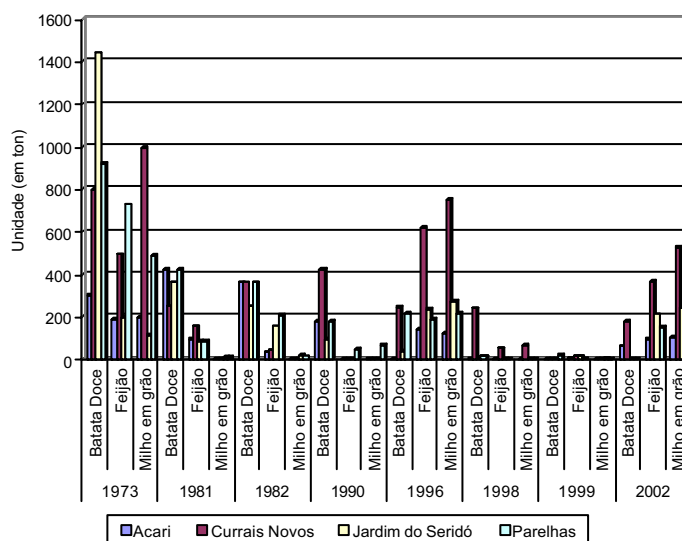
Conforme ilustram as Tabelas 4 e 5 e o Gráfico 3, no período compreendido entre 1973 e 1999, a agricultura foi pouco significativa, enfrentou forte desaceleração e, no final da década, praticamente desapareceu. Individualmente, é registrada maior perda em Acari, que ocupa o 4º lugar na produção das lavouras temporárias - batata doce, feijão e milho; e permanentes - algodão arbóreo, coco-da-baía e manga.

TABELA 4 - AGRICULTURA (CULTURAS TEMPORÁRIAS) – 1973-2002

CULTURAS	QUANTIDADE PRODUZIDA (TON)								
	MUNICÍPIO \ ANO	1973	1981	1982	1990	1996	1998	1999	2002
Batata doce	Acari	300	420	360	180	0	0	0	60
	Currais Novos	800	250	360	420	245	240	0	180
	Jardim do Seridó	1.440	360	250	92	39	0	0	0
	Parelhas	920	420	360	180	216	16	20	0
Feijão	Acari	190	95	35	0	143	0	4	95
	Currais Novos	492	156	41	0	621	50	14	367
	Jardim do Seridó	198	82	156	0	237	0	16	212
	Parelhas	728	82	209	45	189	0	5	152
Milho em grão	Acari	199	0	0	0	120	0	0	105
	Currais Novos	996	0	0	0	750	67	0	528
	Jardim do Seridó	112	10	22	0	270	0	6	240
	Parelhas	490	10	14	67	215	0	2	175

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal – 2002) *apud* Anuário Estatístico do IDEMA-RN

AGRICULTURA (CULTURAS TEMPORÁRIAS) - 1973/2002

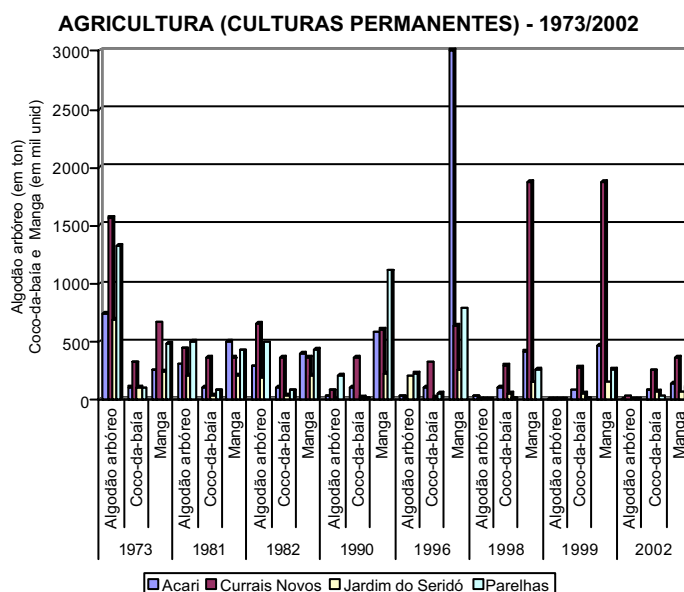


Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal – 2002) *apud* Anuário Estatístico do IDEMA-RN
Gráfico 3 – Agricultura – culturas temporárias – 1973-2002

TABELA 5 - AGRICULTURA (CULTURAS PERMANENTES) 1973-2002

CULTURAS	QUANTIDADE PRODUZIDA								
	MUNICÍPIO ANO	1973	1981	1982	1990	1996	1998	1999	2002
Algodão arbóreo (em ton)	Acari	739	301	283	30	24	24	0	0
	Currais Novos	1.560	441	652	76	18	4	4	24
	Jardim do Seridó	684	212	187	4	202	0	0	0
	Parelhas	1.328	500	489	211	228	0	0	3
Coco-da-baía (em mil unid)	Acari	101	104	104	104	104	104	80	82
	Currais Novos	320	360	360	360	320	288	280	252
	Jardim do Seridó	108	32	32	15	20	51	50	68
	Parelhas	96	80	80	12	48	9	12	24
Manga (em mil unid)	Acari	250	500	400	578	3.000	414	460	138
	Currais Novos	660	360	360	600	636	1.876	1.870	360
	Jardim do Seridó	240	210	210	225	250	145	145	60
	Parelhas	480	420	432	1.110	780	260	260	104

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal – 2002) *apud* Anuário Estatístico do IDEMA-RN



Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal – 2002) *apud* Anuário Estatístico do IDEMA-RN
Gráfico 4 - Agricultura – culturas permanentes – 1973-2002

Durante a segunda metade do século XX, a década de 1980 apresentou uma drástica redução da quantidade produzida de algodão arbóreo (de alto conceito mercadológico), duramente castigado pela praga do bicudo. Essa praga, aliada às secas periódicas e ao uso de técnicas rudimentares, caracterizou o quadro de problemas ambientais, estruturais e tecnológicos, contribuindo para o agravamento dos problemas socioespaciais. A redução da quantidade produzida foi acompanhada da diminuição das áreas plantadas e colhidas de todas as culturas (Tabelas 6 e 7), sendo marcante, na última década, o desaparecimento de lavouras tradicionais, como: algodão, feijão e batata doce.

TABELA 6 - LAVOURAS PERMANENTES – 1990-2000

VARIÁVEL	MUNICÍPIO	ANOS										
		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Área plantada (hectare)	Acari	1.535	80	88	68	428	428	234	89	142	61	61
	Currais Novos	3.972	300	410	392	442	442	287	515	481	246	199
	Jardim do Seridó	526	325	650	12	646	646	341	599	166	24	24
	Parelhas	4.440	1.536	939	935	687	687	60	515	55	29	29
Área colhida (hectare)	Acari	1.535	80	88	53	428	428	234	89	142	61	61
	Currais Novos	3.972	300	410	182	442	442	287	295	287	246	199
	Jardim do Seridó	524	325	650	12	646	646	341	149	26	24	24
	Parelhas	4.440	1.536	939	935	687	687	60	174	29	29	29

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

TABELA 7 - LAVOURAS TEMPORÁRIAS – 1990-2000

VARIÁVEL	MUNICÍPIO	ANOS										
		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Área plantada (hectare)	Acari	85	1.429	1.293	4	734	746	1.061	984	956	371	571
	Currais Novos	142	2.005	1.960	50	3.078	3.114	3.367	3.047	2.930	2.642	2.841
	Jardim do Seridó	59	3.083	2.395	-	2.477	1.234	1.425	1.249	1.120	894	390
	Parelhas	2.315	1.970	1.656	-	1.248	756	979	1.096	1.144	555	556
Área colhida (hectare)	Acari	85	1.429	1.293	4	734	746	1.061	366	6	31	571
	Currais Novos	142	2.005	1.960	50	3.078	3.114	3.367	614	381	91	2.841
	Jardim do Seridó	59	3.083	2.395	-	2.477	1.234	1.425	1.224	0	85	390
	Parelhas	2.310	1.970	1.656	-	1.248	756	979	252	4	47	556

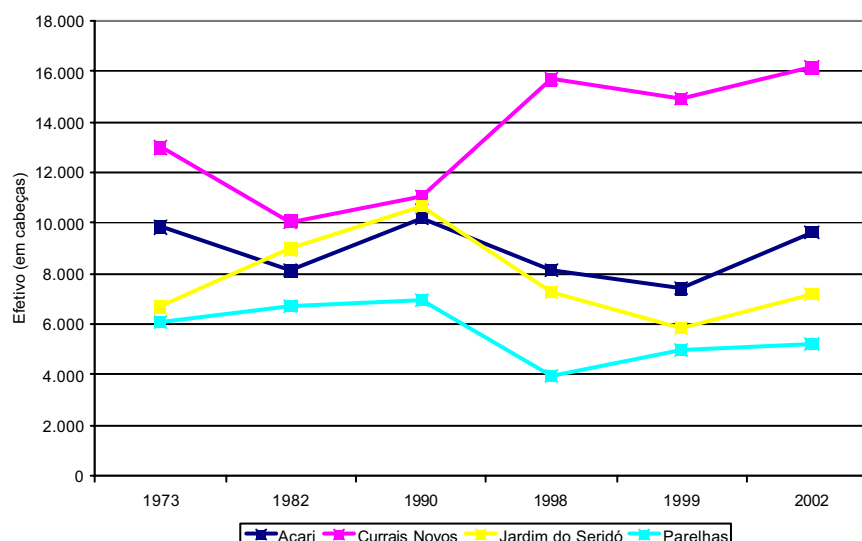
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Historicamente, a pecuária representa a primeira base econômica do território recortado. A predominância é do rebanho bovino, que, somado aos rebanhos de caprinos e ovinos (Tabela 8 e Gráfico 8), retomou seu crescimento por influência do programa oficial do leite – política compensatória do governo do Estado – que, em 1998, atingiu todo o território potiguar (FELIPE, 2002). Através do programa do leite, o Estado do Rio Grande do Norte tem incentivado a integração do setor agropecuário com o setor industrial, estimulando a pecuária leiteira.

TABELA 8 – PECUÁRIA – 1973-2000

EFETIVO (CABEÇAS)	MUNICÍPIOS	REBANHOS					
		ANOS					
		1973	1982	1990	1998	1999	2002
Bovinos	Acari	9.831	8.100	10.199	8.117	7.386	9.652
	Currais Novos	12.988	10.060	11.012	15.681	14.897	16.153
	Jardim do Seridó	6.673	8.965	10.659	7.265	5.825	7.163
	Parelhas	6.099	6.710	6.921	3.965	4.997	5.233
Caprinos	Acari	399	370	1.462	1.610	1.690	1.885
	Currais Novos	1.034	1.300	1.249	1.514	1.635	1.938
	Jardim do Seridó	399	462	545	859	918	936
	Parelhas	414	925	2.058	1.034	1.259	1.145
Ovinos	Acari	1.222	900	1.385	2.100	2.230	2.486
	Currais Novos	2.052	3.000	2.476	4.898	5.094	5.420
	Jardim do Seridó	4.818	3.420	8.964	5.316	5.487	6.181
	Parelhas	622	1.382	1.728	2.153	2.625	2.442

Fonte: IBGE (Produção Pecuária Municipal – 2002) *apud* Anuário Estatístico do IDEMA-RN

PECUÁRIA (REBANHO BOVINO) - 1973/2002

Fonte: IBGE (Produção Pecuária Municipal – 2002) *apud* Anuário Estatístico do IDEMA-RN
Gráfico 5 – Pecuária – rebanho bovino – 1973-2002

A atividade industrial está mais desenvolvida em Currais Novos e Parelhas, municípios da pesquisa que se destacam em todos os itens levantados. (Tab. 9 e Gráfico 6). Quanto a Acari e Jardim do Seridó, são inexpressivas suas participações nas atividades industriais e, observando os resultados do número de estabelecimentos industriais com os dados do Quadro 1, percebe-se que o fechamento das indústrias continua no cerne da problemática estudada. Para Felipe (1988, p. 25) “[...] sem as fábricas e as usinas, alguns desses municípios, reduziram

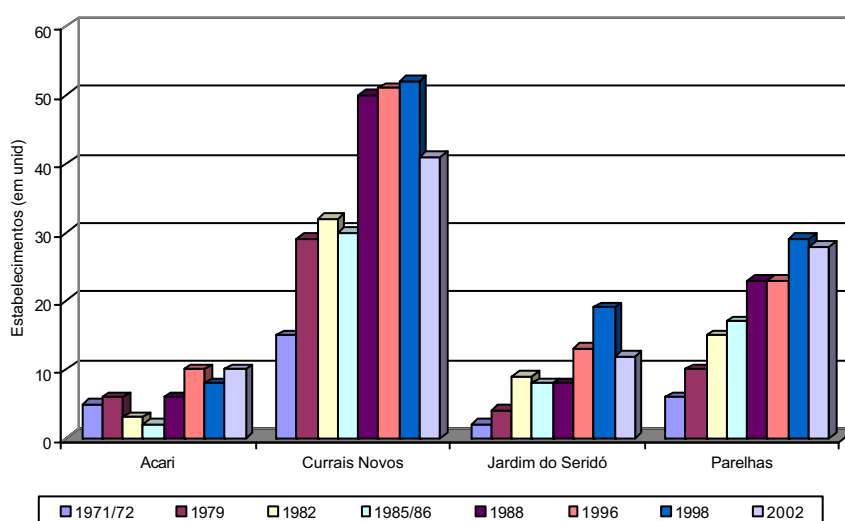
as suas sedes municipais, a chamada área urbana, a exercerem funções de dormitórios de desempregados e aposentados.”

TABELA 9 – INDÚSTRIA – 1971-2002

MUNICÍPIOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS							
	ANOS							
	1971/72	1979	1982	1985/86	1988	1996	1998	2002
Acari	5	6	3	2	6	10	8	10
Currais Novos	15	29	32	30	50	51	52	41
Jardim do Seridó	2	4	9	8	8	13	19	12
Parelhas	6	10	15	17	23	23	29	28

Fonte: Cadastro Industrial do RN, anos 1971-72, IEL; 1982-85-86-88-96-98-2002, FIERN

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1971/2002



Fonte: Cadastro Industrial do RN, anos 1971-72, IEL; 1982-85-86-88-96-98-2002, FIERN

Gráfico 6 – Número de estabelecimentos industriais, segundo os municípios – 1971-2002

Merecem destaque, no recorte, as indústrias extrativas e de transformação, devido à localização geográfica mineral (Currais Novos e Parelhas) e a histórica posição, que Currais Novos sempre ocupou, na exploração da xelita - minério de alto valor, nos mercados nacional e internacional, para as indústrias elétricas e de armamentos, até o início da década de 1980.

O destaque para Parelhas, deve-se ao fato de o município ter sua base econômica centrada na atividade mineral, sendo as indústrias de cerâmica vermelha e o garimpo de pedras, principalmente as turmalinas, as mais dinâmicas. As empresas de exploração mineral detêm conhecimento, capital e tecnologia e funcionam de modo a atender às demandas e exigências do mercado. Por conseguinte, essas empresas obtêm vultosos lucros. Essas empresas, instaladas no município de Parelhas, beneficiam-se das vantagens locacionais e da permissão de explorar a força de trabalho da comunidade parelhense, através de baixos salários.

Apesar do processo produtivo, desenvolvido pela mineração parelhense, ser muito dinâmico, muitos trabalhadores são deixados de fora dos contratos de trabalhos. Como consequência, pequenos mineradores desempregados submetem-se ao garimpo de gemas e pedras, por conta própria, utilizando práticas de mineração predatórias, precárias e de baixo rendimento, desencadeando dupla insalubridade: para eles e para o meio ambiente. A exclusão do mercado, associada à falta de melhoria nos métodos de trabalho dos pequenos mineradores, confrontada com a realidade das empresas que atuam no ramo, em Parelhas, caracterizam tripla desigualdade: nos níveis de conhecimento, de rendimento e de tecnologia.

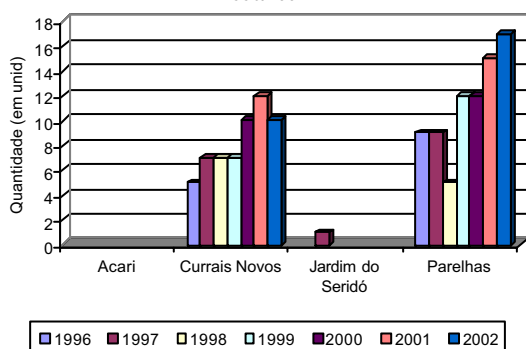
De acordo com a Tabela 10 e os Gráficos 7, de a até f, Currais Novos e Parelhas têm infra-estrutura de grande importância nos setores de transporte, comunicação e educação, tornando-os visivelmente mais atrativos aos investimentos. As dificuldades para incorporar tecnologias e as deficiências sociais, colocam Acari e Jardim do Seridó em posição de desvantagem, pois limitam as chances de atração de possíveis investimentos. A falência da indústria algodoeira e as mudanças nos processos de produção industrial atingiram severamente estes dois municípios.

TABELA 10 - NÚMERO DE UNIDADES DA INFRA-ESTRUTURA INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E SERVIÇOS – 1996-2002

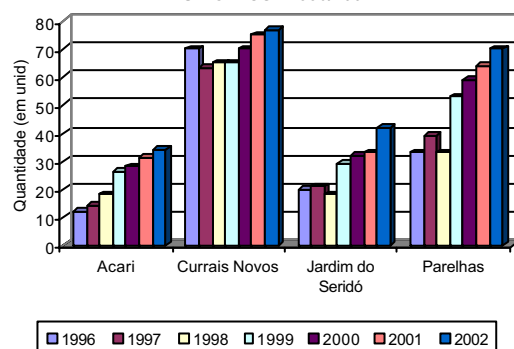
CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES CNAE	MUNICÍPIO	ANOS						
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Indústrias extrativas	Acari	-	-	-	-	-	-	-
	Currais Novos	5	7	7	7	10	12	10
	Jardim do Seridó	0	1	0	0	0	0	0
	Parelhas	9	9	5	12	12	15	17
Indústria de transformação	Acari	12	14	18	26	28	31	34
	Currais Novos	70	63	65	65	70	75	77
	Jardim do Seridó	20	21	18	29	32	33	42
	Parelhas	33	39	33	53	59	64	70
Construção	Acari	1	2	1	2	2	2	2
	Currais Novos	9	13	17	19	21	26	18
	Jardim do Seridó	3	1	3	6	7	7	7
	Parelhas	1	1	1	3	3	4	4
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	Acari	69	77	72	104	113	118	123
	Currais Novos	388	388	400	428	461	512	496
	Jardim do Seridó	95	99	83	118	125	141	150
	Parelhas	161	163	165	222	239	257	284
Transporte, armazenagem e comunicações	Acari	2	4	6	6	7	9	9
	Currais Novos	18	20	28	33	35	38	46
	Jardim do Seridó	2	5	6	6	7	8	9
	Parelhas	2	7	7	10	13	11	13
Educação	Acari	0	0	0	1	2	2	1
	Currais Novos	5	5	16	8	9	11	9
	Jardim do Seridó	1	1	1	1	1	1	1
	Parelhas	2	2	5	2	2	3	3

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

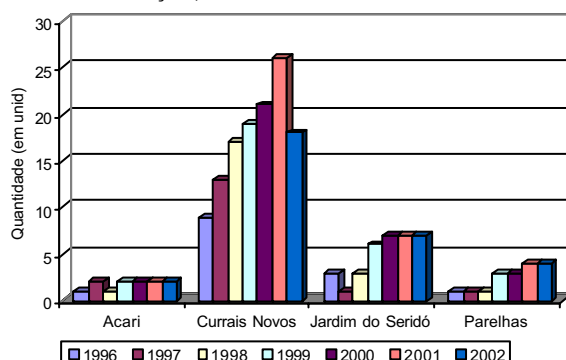
**INDÚSTRIAS EXTRATIVAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
1996/2002**



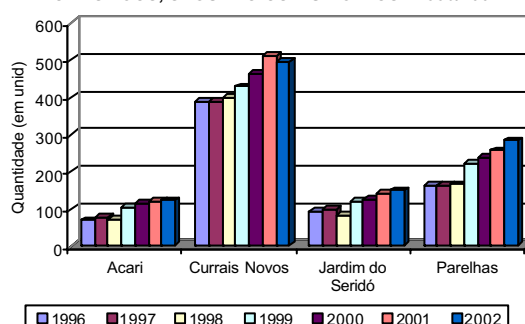
**INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS - 1996/2002**



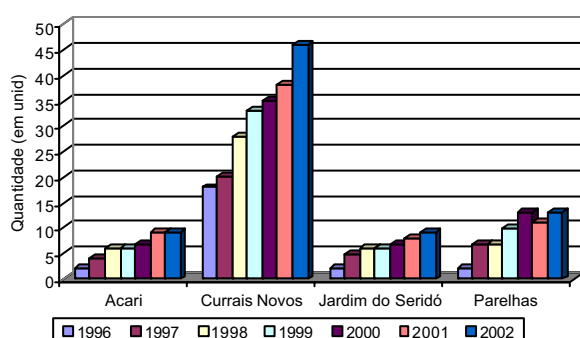
CONSTRUÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1996/2002



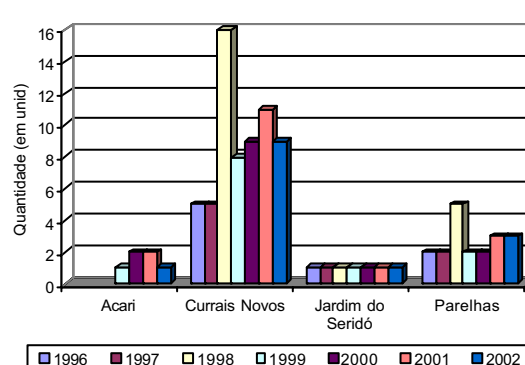
**COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E
DOMÉSTICOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1996/2002**



**TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1996/2002**



EDUCAÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1996/2002



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

Nota: Gráfico a Indústria extrativa, segundo os municípios 1996-2002

Gráfico b Indústria de transformação, segundo os municípios 1996-2002

Gráfico c Construção, segundo os municípios 1996-2002

Gráfico d Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, segundo os municípios 1996-2002

Gráfico e Transporte, armazenagem e comunicações, segundo os municípios 1996-2002

Gráfico f Educação, segundo os municípios 1996-2002

Gráficos 7 a até f - número de unidades da infra-estrutura industrial, de comércio e serviços – 1996-2002

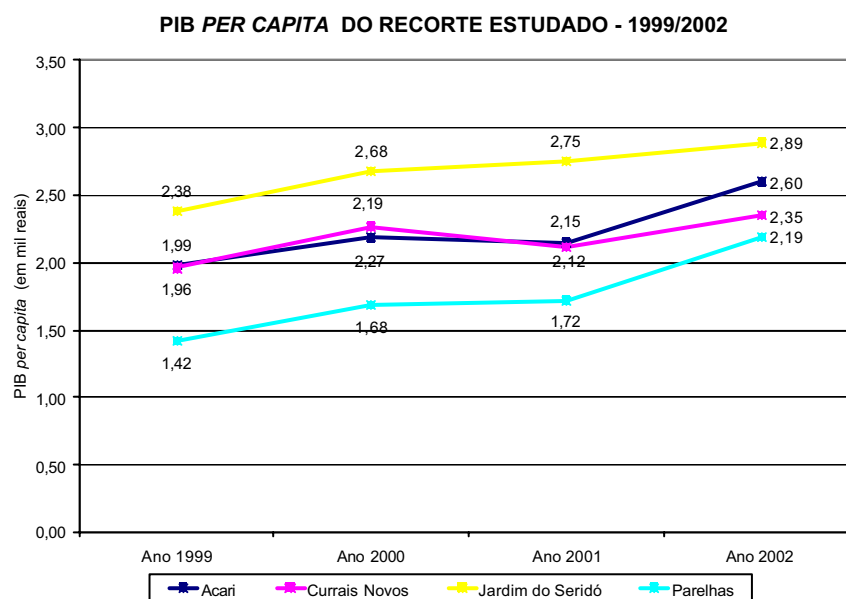
Apesar de esse quadro comparativo sugerir uma posição favorável aos municípios de Currais Novos e Parelhas, tal avaliação não se sustenta, quando considerados os indicadores sociais, tais como: PIB per capita e Índice de Gini, que se apresentam desfavoráveis em todos os municípios, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - 2002.

A concentração de renda, no país, adquirida por meio da acumulação de riqueza, tem desfavorecido o mercado de trabalho e aprofundado a desigualdade. O crescimento econômico, sem coesão social, tem bloqueado o desenvolvimento e elevado os níveis de desigualdade. Embora as mudanças econômicas ocorram em todas as escalas geográficas, no Brasil, o padrão distributivo da riqueza tem sido mantido e distanciado os territórios pobres dos novos investimentos produtivos. Neste contexto, a desigualdade tende a contribuir para reduzir as oportunidades de desenvolvimento nos municípios do recorte.

TABELA 11 - PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA* - 1999-2002 - E ÍNDICE DE GINI - 2002 -, NO RECORTE DE ESTUDO

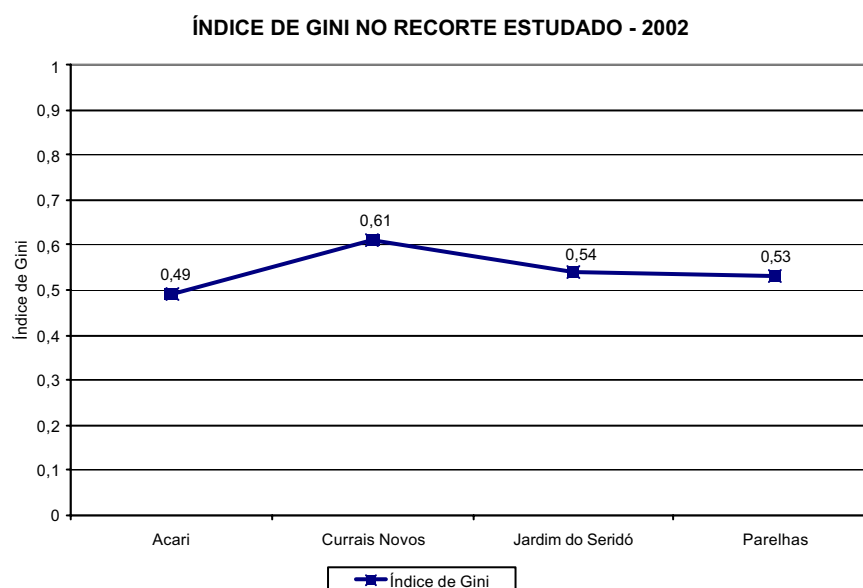
MUNICÍPIOS	PRODUTO INTERNO BRUTO <i>PER CAPITA</i> (EM R\$/ANO)				ÍNDICE DE GINI
	1999	2000	2001	2002	
Acari	1988	2185	2153	2598	0,49
Currais Novos	1961	2270	2122	2349	0,61
Jardim do Seridó	2381	2675	2749	2892	0,54
Parelhas	1422	1683	1723	2192	0,53

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais *apud* IBGE - Contas Nacionais, n. 14, Produto Interno Bruto dos Municípios e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - 2002



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – 2002

Gráfico 8 – PIB per capita do recorte estudado – 1999-2002



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – 2002

Gráfico 9 – Índice de Gini, no recorte estudado - 2002

A Tabela 12 mostra a distribuição da população ocupada por município, por classificação de atividade, no total, para o período compreendido entre 1996-2002. Em todos os municípios, ocorreu um aumento no número de empregos, no período, apesar de uma variação anormal nos anos de 1998-99. Observa-se que, de um modo geral, não há empregos formais suficientes, já que o total de pessoal ocupado

em cada unidade municipal é incompatível com o tamanho de cada população. Não havendo empregos suficientes, o setor terciário torna-se hipertrofiado, com uma economia informal, abrigando os desempregados e os subempregados.

TABELA 12 - DADOS GERAIS DAS UNIDADES LOCAIS POR FAIXAS DE PESSOAL OCUPADO TOTAL, SEGUNDO SEÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES, EM NÍVEL MUNICÍPIOS DO RECORTE – 1996-2002

MUNICÍPIOS	FAIXAS DE PESSOAL OCUPADO = TOTAL						
	CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE) = TOTAL						
	PESSOAL OCUPADO TOTAL (PESSOAS)						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Acari	452	522	498	591	711	785	818
Currais Novos	2.301	2.321	2.967	2.916	3.853	4.104	4.252
Jardim do Seridó	527	502	450	563	960	1.055	1.183
Parelhas	635	910	602	1.006	1.508	1.776	1.777

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

No contexto atual de globalização e de empregos minguados, as políticas públicas sociais, no Brasil, vêm ganhando relevo, tanto pela forte pressão social quanto pela histórica ineficiência do Estado na resolução da pobreza e das desigualdades sociais. As políticas de caráter social, em grande medida, consistem na transferência de renda e se destinam à parcela que depende de proteção social. São políticas de caráter assistencialista e atuam de forma emergencial, aliviando a pobreza dos grupos mais vulneráveis. Por conseguinte, elas não têm eficácia na superação da pobreza.

Com o mercado de trabalho restrito e as economias imobilizadas, de modo particular nos municípios que integram esse estudo, a transferência de renda atua, primeiramente, aliviando as carências e, em segundo lugar, realimentando o padrão histórico de combate à pobreza do Estado.

No início da década de 1990, o Brasil, ao redefinir o seu modelo de desenvolvimento, passou a privilegiar o mercado produtivo em detrimento das demandas sociais. Em decorrência disso, o Estado reduziu a oferta de serviços

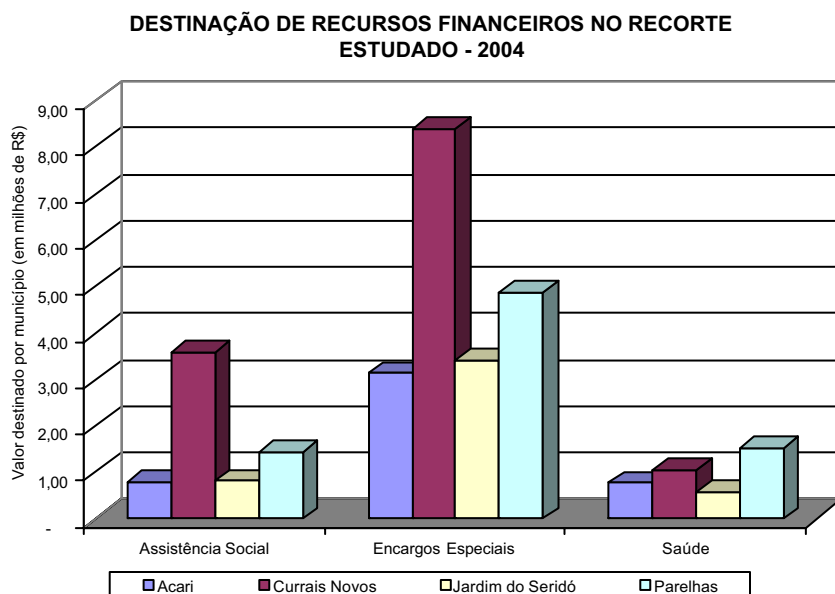
públicos, comprometendo a assistência aos mais pobres. O Estado, já que não enfrentou, sistematicamente, a crescente fragmentação social, causada pelo avanço do mercado, deu particular ênfase às políticas de transferência de renda para a população carente do país. Como a pobreza não se limita à insuficiência de renda (ROCHA, 2005, p. 192), essas políticas não são a garantia da sua ruptura. Apesar do consenso teórico quanto à necessidade do Estado priorizar despesas sociais, a transferência de renda conserva a histórica desigualdade da distribuição de riqueza, no país.

A Tabela 13 evidencia o conjunto de programas arrolados pelo Governo Federal e o quanto cabe a cada município do recorte estudado. A quantidade de famílias beneficiadas e o valor transferido refletem a importância dos recursos investidos na área social em cada município, mas também mostra a pauperização da população diante do modelo econômico vigente (SPOSATI, 1988, p. 137). O município, espaço real de vivência da população, em comparação com a abstração Estado ou Federação, é o palco dos confrontos entre população e governo.

TABELA 13 - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS NO RECORTE ESTUDADO - 2004

FUNÇÃO	AÇÃO GOVERNAMENTAL	VALOR DESTINADO POR MUNICÍPIO			
		ACARI	CURRAIS NOVOS	JARDIM DO SERIDÓ	PARELHAS
Assistência Social	Bolsa Família - Benefícios	797.890,00	3.577.518,00	817.337,00	1.442.928,00
	CFEM	0,00	30.486,43	0,00	12.589,74
	CIDE - Combustíveis	17.365,21	49.729,12	17.946,46	28.072,36
	Compensação de Exportação - CEX	7.523,16	33.923,74	11.949,34	16.362,46
	Cota-parte dos Estados e DF do Salário-Educação	23.730,83	111.280,00	31.340,41	37.479,04
	FPM - CF art. 159	2.580.224,12	5.817.707,57	2.580.224,12	3.870.335,80
	Royalties (Lei nº 7.525/86 - Art.6º)	34.356,37	85.890,94	34.356,37	51.534,59
	Royalties (Lei nº 9.478/97 - Art.48)	51.694,51	76.311,02	54.156,12	61.541,10
	Transferência - FUNDEF (CF, art.212)	410.763,82	2.163.099,89	685.454,62	792.756,05
	Transferência - ITR - Municípios	3.474,81	5.661,67	2.191,56	2.200,08
Saúde	Transferências - LC n.º 87/96 e 115/2003	4.531,80	20.434,68	7.197,96	9.856,32
	Atendimento em Unidades de Saúde em Estados e Municípios	0,00	168.000,00	0,00	731.112,22
	Atendimento em Unidades de Saúde em Municípios	234.255,14	478.350,54	187.954,79	292.416,14
	Cartão SUS	120,10	746,90	209,80	744,50
	Farmácia Básica	21.518,45	78.410,80	23.159,05	37.731,50
	Medicamentos	24.000,00	0,00	0,00	0,00
	Registro e Controle de Doenças	36.003,79	110.707,86	37.723,75	54.343,81
	Saúde da Família	392.560,00	178.696,00	296.240,00	359.480,00
	Vigil. Sanitária Inc.Financ. do PAB p/Ações ao Municípios	60.080,00	32.012,00	44.340,00	38.172,00
	Vigil. Sanitária Inc.Financ. do PAB p/Ações ao Municípios e DF	2.340,85	8.528,65	2.519,40	4.119,00
Total destinado ao município:		4.702.432,96	13.027.495,81	4.834.300,75	7.843.774,71

Fonte: Adaptado de Portal da Transparência. Disponível em <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/Portal.asp>>. Acesso em 26 set. 2005.



Fonte: Adaptado de Portal da Transparência. Disponível em
<<http://www.portaldatransparencia.gov.br/Portal.asp>>. Acesso em 29 set. 2005

Gráfico 10 – Destinação de recursos financeiros no recorte estudado - 2004

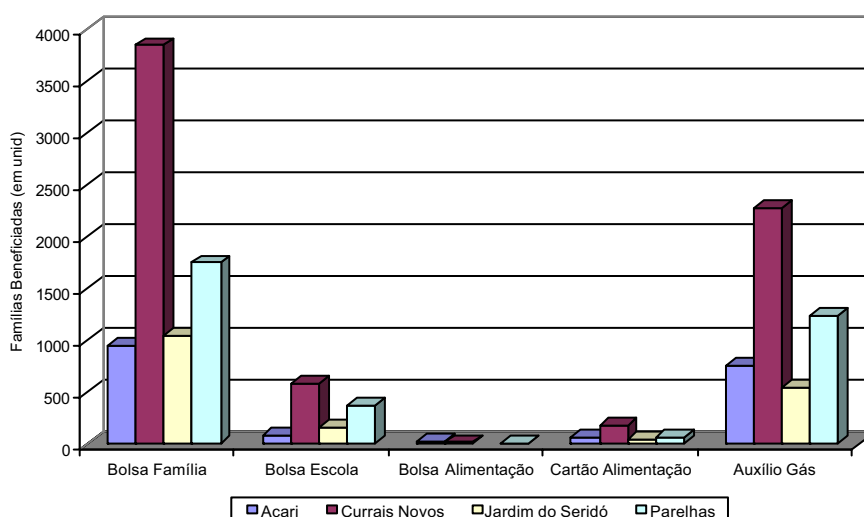
Comparados os dados referentes aos recursos financeiros e ICMS, nas Tabelas 14 e 15, fica comprovada a dependência, desses quatro municípios, dos repasses, além de se constatar que, quanto menor é a receita disponível do município, maior será a importância relativa dos recursos transferidos. Ao analisarmos cada município e o peso do Programa Bolsa-Família – o mais importante no país, Acari tem maiores implicações nas despesas sociais do recorte pesquisado.

TABELA 14 - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR MUNICÍPIO DO RECORTE – AGO. 2005

MUNICÍPIOS	ACARI		CURRAIS NOVOS		JARDIM DO SERIDÓ		PARELHAS	
	Família	Total (R\$)	Família	Total (R\$)	Família	Total (R\$)	Família	Total (R\$)
Bolsa Família	945	57.962,00	3.843	254.134,00	1.037	67.697,00	1.745	113.883,00
Bolsa Escola	76	1.440,00	578	11.985,00	155	3.015,00	366	7.950,00
Bolsa Alimentação	18	270,00	15	300,00	-	-	2	60,00
Cartão Alimentação	61	3.050,00	171	8.550,00	48	2.400,00	65	3.250,00
Auxílio Gás	753	11.295,00	2.280	34.200,00	544	8.160,00	1.230	18.450,00

Fonte: Adaptado de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <http://www.mds.gov.br/ascom/bolsafamilia/transfrenda_municipios.pdf>. Acesso em 30 set. 2005.

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA POR MUNICÍPIO
FAMÍLIAS BENEFICIADAS - AGO/2005**



Fonte: Adaptado de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <http://www.mds.gov.br/ascom/bolsafamilia/transfrenda_municipios.pdf>. Acesso em 30 set. 2005.

Gráfico 11 – Programas de transferências de renda por município, famílias beneficiadas – ago. 2005

Em todos os aspectos estudados, evidencia-se uma situação de desigualdade, quando comparados os municípios de Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas com os aspectos do município de Acari. Percebe-se que, dentro dessa lógica, Currais Novos e Parelhas apresentam-se como mais eficientes e, economicamente, mais dinâmicos. Acari, foco da pesquisa, segue em desvantagem

em relação aos seus vizinhos, sem fomentar o desenvolvimento ou construir uma sociedade sustentável de inclusão social e material.

De acordo com os dados de 2003, disponíveis na Tabela 15, os municípios de Currais Novos e Parelhas são os maiores arrecadadores de ICMS e FPM. Logo, a produção e/ou comercialização gerada por eles indica maior desenvolvimento econômico. Comparativamente, a baixa arrecadação do ICMS representa uma menor atividade comercial e um menor desenvolvimento em Acari e Jardim do Seridó. Tal situação converte-se em elemento de análise da importância da transferência de renda para esses municípios, a exemplo do Programa Bolsa Família, que se torna indicativo de maior pobreza, responsável por boa parte da circulação de capital nos municípios.

TABELA 15 - VALOR DO FPM E DO ICMS, SEGUNDO O ESTADO, O RECORTE E SEUS MUNICÍPIOS - 2003

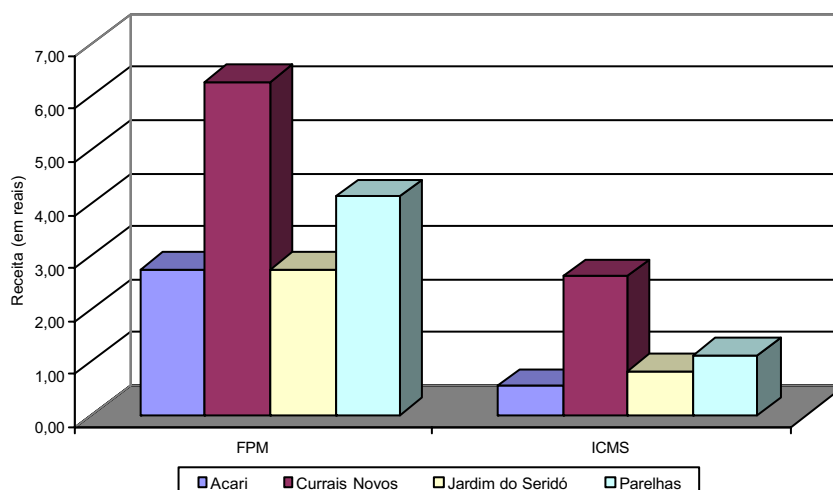
	FPM (EM R\$)	%	ICMS (EM R\$)	%
ESTADO	509.889.400,00	100,00	288.110.789,00	100,00
TOTAL RECORTE	15.863.434,20	3,11 *	5.110.459,06	1,77 *
Acari	2.736.919,31	17,25**	535.198,24	10,47**
Currais Novos	6.284.216,64	39,62**	2.619.498,32	51,26**
Jardim do Seridó	2.736.919,31	17,25**	831.451,10	16,27**
Parelhas	4.105.378,94	25,88**	1.124.311,40	22,00**

Fonte: Adaptado do Tribunal de Contas do Estado - TCE, *apud* Anuário Estatístico 2004 Disponível em <<http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/anuario2004/tabelas/5.2.3.3.xls>>. Acesso em 27 set.2005

* Percentual referente à relação Recorte/Estado RN

** Percentual referente à relação Município/Recorte

**FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DO IMPOSTO SOBRE
CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS, SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS - 2003**



Fonte: Adaptado do Tribunal de Contas do Estado - TCE, apud Anuário Estatístico 2004 Disponível em <<http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/anuario2004/tabelas/5.2.3.3.xls>>. Acesso em 27 set.2005

Gráfico 12 – Fundo de participação dos municípios e do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, segundo os municípios - 2003

Na última década, novos arranjos econômicos têm se apresentado no Seridó. Através do processo de reestruturação produtiva, a exemplo da exploração mineral em Parelhas, configura-se a relação local/global, através do modo de produção para o mercado, que atende interesses hegemônicos da economia global. Nesse sentido, Parelhas é um território local, normativo e mediador entre o mundo e a sociedade nacional e local (SANTOS, 2002, p. 338).

É visível o enfraquecimento da economia acariense e a conseqüente dificuldade de integração a esse novo circuito das novas economias. A problemática local se avoluma, acarretando desemprego, migração e pobreza, e a reversão desse quadro não vem sendo sinalizada. Faltam-lhe iniciativas locais e um programa alternativo de desenvolvimento, que valorize suas forças produtivas e possibilite o município competir no mercado.

4 OS IMPACTOS DA POBREZA URBANA E RURAL NO RECORTE DE ESTUDO

4.1 Pobreza e Geografia

A discussão acerca da desigualdade tem encontrado aportes na ciência geográfica, à medida que o processo produtivo ditado pela globalização se territorializa e intensifica a pobreza. Essa ambigüidade se expressa na cidade e no campo, a partir da escolha dos nichos de mercados nacionais, regionais ou locais, pelos atores hegemônicos para investimentos maciços de capital. Esses nichos são territórios, que condicionam, com eficácia, o atual modo de produção, que, por sua vez, determina uma valorização diferenciada das localizações (SANTOS, 2000, p. 33).

Os modelos de modernização conduzidos pelo Estado promoveram impactos sobre a renda regional, mas concorreram para o aumento dos desequilíbrios regionais, disparidades intra-regionais e aumento da distância entre os mais ricos e os mais pobres (ALENCAR, 2004, p. 115). No Nordeste, pobreza e desigualdade são fortes componentes regionais. Apesar dos investimentos sociais em educação e saúde, nas últimas décadas, muitas pessoas permanecem no estado de pobreza extrema.

No Brasil, a pobreza é um fenômeno que aquece o debate na geografia, em decorrência da distribuição dos recursos financeiros destinados ao combate da miséria. A distribuição é feita com base nos dados de concentração de pobres, levando-se em consideração a escala nacional, que acaba valorizando as regiões metropolitanas e excluindo determinadas áreas, onde é mais intensa a reprodução

da pobreza. Essa reflexão se dá no sentido de que as políticas públicas utilizem recortes territoriais, sendo subsidiadas pelo conhecimento geográfico.

4.2 Pobreza Urbana e Rural no Recorte de Estudo

Com a convicção de que, para alcançarmos o objetivo do nosso trabalho, fazia-se necessário conhecer de perto a situação socioeconômica e espacial do nosso recorte de estudo, desenvolvemos uma pesquisa de campo, entrevistando três atores: representantes do poder municipal de Acari, Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas; moradores urbanos; e moradores rurais, totalizando 264 entrevistas. Assim, a pesquisa de campo foi, ao mesmo tempo, exaustiva e compensatória, pois através dela identificamos os fatores cruciais da problemática econômica que buscávamos.

Para a apresentação dos sujeitos da pesquisa - moradores adultos das zonas urbana e rural e representantes municipais - optamos pelas informações fornecidas, pelos entrevistados, segundo a renda, escolaridade e estrutura territorial. Mediante a construção teórico-metodológica, realizamos a análise dos resultados alcançados, na busca da compreensão da pobreza e da desigualdade e a relação com o território.

O direcionamento da pesquisa proporcionou a opção pela busca de elementos ocultos de pobreza, encontrados na zona rural. O escambo e a informalidade praticados no campo constituíram fatores relevantes para analisar o grau da pobreza e da desigualdade rural no contexto rural.

4.3 Análise do Recorte Urbano

Nas quatro zonas urbanas, a pesquisa de campo contou com moradores adultos, localizados em domicílios residenciais, locais de trabalho e comércio, que esclarecidos sobre a importância da pesquisa como contribuição para o desenvolvimento da realidade socioeconômica da sua cidade, disponibilizaram-se a responder a todas as questões apresentadas.

Para a condução da pesquisa, estabeleceu-se, no plano de trabalho, uma amostra de 50 questionários, por sede municipal, totalizando 200 entrevistas. O questionário aplicado na área urbana⁴ contemplou aspectos socioeconômicos, conhecimento das recorrentes crises que dificultam o desenvolvimento e o que pensam os entrevistados a respeito das administrações dos seus municípios.

A pesquisa mostra que das 200 pessoas entrevistadas, 47,00% são do sexo masculino e 53,00% do sexo feminino. O maior número de mulheres foi registrado em Currais Novos (62,00%), seguido de Jardim do Seridó, Acari e Parelhas, com 52,00%, 50,00% e 48,00%, respectivamente (Tabela 16).

TABELA 16 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS, POR SEXO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS RN – 2004

MUNICÍPIO	TOTAL	SEXO			
		FEMININO		MASCULINO	
		Freq.	%	Freq.	%
Acari	50	25	50,0	25	50,0
Currais Novos	50	31	62,0	19	38,0
Jardim do Seridó	50	26	52,0	24	48,0
Parelhas	50	24	48,0	26	52,0
Total	200	106	53,0	94	47,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

⁴ Veja o Questionário municipal, no Apêndice A.

4.4 A Pobreza Urbana

Analisando-se a naturalidade dos entrevistados, a pesquisa revelou que 74,00% deles residem no município onde nasceram. De outros Estados da Federação, foram encontradas 10 pessoas, representando 5,00% dos entrevistados, ocorrendo maior incidência, nos municípios de Currais Novos e Jardim do Seridó, cujos percentuais foram de 40,00%, em cada um. A pesquisa também comprovou que Acari foi o Município que recebeu o maior número de pessoas nascidas em outros municípios do Rio Grande do Norte. Das 11 pessoas, nessa condição, 36,40% residem em Acari (Tabela 17).

TABELA 17 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIO PESQUISADO, SEGUNDO A NATURALIDADE. RN – 2004

NATURALIDADE	TOTAL	MUNICÍPIOS PESQUISADOS							
		ACARI		CURRAIS NOVOS		JARDIM DO SERIDÓ		PARELHAS	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Acari	49	45	91,8	3	6,1	1	2,0	0	0
Currais Novos	46	0	0,0	37	80,4	3	6,5	6	13,0
Jardim do Seridó	43	0	0,0	3	7,0	34	79,1	6	14,0
Parelhas	39	0	0,0	1	2,6	6	15,4	32	82,1
Outros municípios - RN	11	4	36,4	2	18,2	2	18,2	3	27,3
Outros Estados	10	1	10,0	4	40,0	4	40,0	1	10,0
Sem resposta	2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
Total	200	50	25,0	50	25,0	50	25,0	50	25,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

De conformidade com as tabelas 18 e 19, dos entrevistados, 70,50% trabalham e 29,50% estão sem empregos. A presença de desempregados é unânime, em todas as cidades, porém, Acari é a cidade com maior índice (38,00%) de trabalhadores sem atividade. As atividades exercidas pelos que trabalham são diversificadas, com concentração no mercado informal. Destacam-se também os

empregos públicos. No universo pesquisado, 29,50% informaram não trabalhar, dentre esses, 40,67% são aposentados.

No conjunto dos municípios pesquisados, as ocupações que obtiveram maior frequência, no grupo dos que trabalham (141 pessoas), foram: prestador de serviço (16,31%); professor (14,31%); vendedor (12,76%); e, funcionário público (7,09%). A pesquisa identificou, no conjunto dos aposentados, um grupo que trabalha. Eles exercem pequenos trabalhos com o objetivo de complementar a renda familiar. Isso quer dizer que a aposentadoria, nos dias atuais, não é mais sinônimo de inatividade (exceto aquelas por incapacidade). No período da pesquisa, em cada família visitada tinha pelo menos um de seus membros procurando emprego. O que confirma o crescimento do desemprego como consequência da deterioração do mercado de trabalho (ROCHA, 2005).

TABELA 18 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS, POR CONDIÇÃO DE TRABALHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS - RN - 2004

MUNICÍPIO	TOTAL	TRABALHAM		NÃO TRABALHAM	
		Freq.	%	Freq.	%
Acari	50	31	62,0	19	38,0
Currais Novos	50	35	70,0	15	30,0
Jardim do Seridó	50	36	72,0	14	28,0
Parelhas	50	39	78,0	11	22,0
Total	200	141	70,5	59	29,5

Fonte: Pesquisa de campo da autora

TABELA 19 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE TRABALHO E A OCUPAÇÃO QUE EXERCE. - 2004

CONDIÇÃO DE TRABALHO	OCUPAÇÃO	TOTAL	MUNICÍPIOS PESQUISADOS							
			ACARI		CURRAIS NOVOS		JARDIM DO SERIDÓ		PARELHAS	
			Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Trabalham	Agricultor	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
	Aposentado	1	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
	Artesão	3	1	33,3	0	0,0	1	33,3	1	33,3
	Autônomo	2	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0
	Auxiliar de serviços gerais	5	1	20,0	1	20,0	1	20,0	2	40,0
	Catadora	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
	Comerciante	5	0	0,0	2	40,0	1	20,0	2	40,0
	Confecção de roupas	8	2	25,0	2	25,0	4	50,0	0	0,0
	Educador	20	8	40,0	6	30,0	2	10,0	4	20,0
	Empregada doméstica	9	2	22,2	2	22,2	2	22,2	3	33,4
	Empregado da construção civil	5	3	60,0	1	20,0	1	20,0	0	0,0
	Empregado da indústria de cerâmica	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Feirante	3	1	33,3	2	66,7	0	0,0	0	0,0
	Funcionário público	10	2	20,0	3	30,0	3	30,0	2	20,0
	Gari	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
	Garimpeiro	2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
	Motorista	1	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
	Operador de máquinas	6	0	0,0	0	0,0	3	50,0	3	50,0
	Padeiro	1	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
	Pescador	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Prestadores de serviços	23	3	13,1	9	39,1	4	17,4	7	30,4
	Profissionais de saúde	5	0	0,0	2	40,0	2	40,0	1	20,0
	Secretária	8	1	12,5	2	25,0	3	37,5	2	25,0
	Trabalhador de cerâmica	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
	Vendedor	18	4	22,2	3	16,7	5	27,8	6	33,3
	Subtotal	141	31	22,0	35	24,8	36	25,5	39	27,7
Não trabalham	Aposentado	24	10	41,7	5	20,8	4	16,7	5	20,8
	Desempregado	10	5	50,0	3	30,0	1	10,0	1	10,0
	Dona de casa	13	3	23,1	5	38,5	4	30,8	1	7,6
	Empregada doméstica	2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
	Estudante	6	1	16,7	0	0,0	4	66,7	1	16,6
	Motorista	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
	Padeiro	1	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
	Pensionista	2	0	0,0	2	100,0	0	0,0	0	0,0
Subtotal		59	19	32,3	15	25,4	14	23,7	11	18,6
Total		200	50	25,0	50	25,0	50	25,0	50	25,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

A Tabela 20 apresenta os dados de educação, segundo o grau de instrução da população pesquisada, e foi encontrada a seguinte situação: na classificação de analfabeto ou primário incompleto, estão 12,50% dos pesquisados; com menos de quatro anos na escola, parte dos entrevistados classifica-se como analfabetos funcionais, enquanto outra parte constitui o grupo que não frequentou a escola formal. Nesse grau de instrução, Acari e Currais Novos registram percentuais iguais, (20,00%), Parelhas conta com 44,00% e Jardim do Seridó, com 16,00%.

Em todos os municípios, observou-se que, o acesso à escola com merenda escolar para crianças entre sete e 14 anos tem contribuído para o aumento da

matrícula. A merenda escolar é um componente da política nutricional do Estado ,na área social, e está voltada para a população mais carente. Dado o peso que o bom nível de escolaridade assume, no mundo atual, uma política educacional adequada e de qualidade traduz-se em fatores estratégicos, no combate à pobreza e às desigualdades.

Concluíram as quatro primeiras séries, correspondentes ao ensino fundamental, 14,00% dos entrevistados. A distribuição desse contingente, por município, apresenta-se assim: Currais Novos e Jardim do Seridó, com 32,10% cada, Acari ocupa a segunda colocação, com 21,40%, e Parelhas, com 14,30%.

Com o ginásial completo ou incompleto (hoje 5ª a 8ª séries), a pesquisa registrou que 20,50% estão incluídos nessa categoria. Destes, Acari e Currais Novos, com 24,40%, estão empatados, Jardim do Seridó tem 19,40% e Parelhas (31,70%), estes dois últimos, apresentando o menor e o maior índice, respectivamente.

Cerca de 35,00% dos entrevistados que possuíam o 2º grau completo, representaram o grupo mais expressivo no universo pesquisado. Com esse grau de instrução, estão, em ordem decrescente: Jardim do Seridó (28,60%), Currais Novos e Parelhas (24,40%, cada) e Acari (22,90%) com o menor percentual do grupo.

Com o curso superior incompleto, foram registrados 4,00% dos entrevistados e, com o curso superior completo, 14,00%. Desses dois grupos, constatou-se que Acari está em melhor condição, tendo 37,50% dos seus entrevistados com acesso ao ensino superior e 35,70% com o 3º grau concluído.

TABELA 20 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIO PESQUISADO, SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO – 2004

GRAU DE INSTRUÇÃO	TOTAL	MUNICÍPIOS PESQUISADOS							
		ACARI		CURRAIS NOVOS		JARDIM DO SERIDÓ		PARELHAS	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Analfabeto ou primário incompleto	25	5	20,0	5	20,0	4	16,0	11	44,0
Primário completo	28	6	21,4	9	32,1	9	32,1	4	14,3
Ginasial completo ou incompleto	41	10	24,4	10	24,4	8	19,5	13	31,7
2º Grau completo ou incompleto	70	16	22,9	17	24,3	20	28,6	17	24,3
Superior incompleto	8	3	37,5	2	25,0	2	25,0	1	12,5
Superior completo	28	10	35,7	7	25,0	7	25,0	4	14,3
Total	200	50	25,0	50	25,0	50	25,0	50	25,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

De acordo com a Tabela 21, a renda individual dos dois primeiros grupos: o que ganha até um salário mínimo e o que percebe de um a dois salários mínimos, totalizam 65,00% dos entrevistados, sendo as faixas mais representativas. Os sem rendimento correspondem a 15,50% dos entrevistados, nos quatro municípios. Dentre as demais faixas salariais, 14,00% pertencem ao grupo dos que ganham de dois a três salários mínimos e, acima desse rendimento, o percentual é insignificante.

TABELA 21 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A RENDA INDIVIDUAL (MENSAL) – 2004

RENDA MENSAL	TOTAL		MUNICÍPIOS PESQUISADOS							
			ACARI		CURRAIS NOVOS		JARDIM DO SERIDÓ		PARELHAS	
	Freq	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 1 SM	54	27,0	9	16,7	7	13,0	17	31,5	21	38,9
De 1 a 2 SM	76	38,0	22	28,9	22	28,9	15	19,7	17	22,4
2 a 3 SM	28	14,0	5	17,9	10	35,7	8	28,6	5	17,9
3 a 5 SM	7	3,5	1	14,3	3	42,9	1	14,3	2	28,6
5 a 10 SM	3	1,5	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
10 a 20 SM	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mais de 20 SM	1	0,5	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sem rendimento	31	15,5	9	29,0	8	25,8	9	29,0	5	16,1
Total	200	100,0	50	25,0	50	25,0	50	25,0	50	25,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Quanto à situação de moradia (Tabela 23), observa-se, entre os entrevistados, que 45,50% possuem imóveis ou estão pagando a prestação da casa própria. São moradores de Acari, Currais Novos e Jardim do Seridó, que se inserem nesse quadro. Em Parelhas, atesta-se que nenhum dos entrevistados se encontra na situação acima mencionada. Na condição de moradia alugada, encontram-se 17,00%; em prédios cedidos, 10,50%; e 15,00%, em outras situações. Dos pesquisados, 12,00% recusaram-se a responder à questão.

TABELA 23 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS, POR TIPO DE MORADIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS - 2004

MUNICÍPIO	TOTAL	ALUGADO		PRÓPRIO E ESTÁ PAGANDO		PRÓPRIO E ESTÁ QUITADO		CEDIDO SEM PAGAMENTO		OUTRO		SEM RESPOSTAS	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Acari	50	12	24,0	1	2,0	27	54,0	5	10,0	2	4,0	3	6,0
Currais Novos	50	10	20,0	7	14,0	24	48,0	3	6,0	1	2,0	5	10,0
Jardim do Seridó	50	5	10,0	1	2,0	31	62,0	8	16,0	1	2,0	4	8,0
Parelhas	50	7	14,0	0	0,0	0	0,0	5	10,0	26	52,0	12	24,0
Total	200	34	17,0	9	4,5	82	41,0	21	10,5	30	15,0	24	12,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

A maioria do grupo pesquisado tem renda familiar na faixa de 1 a 2 salários mínimos, correspondente a 36,00% do total (Tabela 24). Este resultado apresenta uma relação com a renda individual, na mesma faixa, relativo a 38,00% do total (Tabela 21), o que nos permite concluir que, as rendas individual e familiar são a mesma, para expressiva parcela da população. O segundo intervalo de renda mais representativo é o de 3 a 5 salários mínimos, registrando 26,00%. Nesta faixa de renda familiar, o destaque fica com Acari, participando com 46,20% dos entrevistados neste intervalo. Pode-se verificar que a população pobre encontra-se espalhada por todos os municípios e possui uma renda que impossibilita ter acesso

aos bens mais simples para consumo. Nesse sentido, há, em todo o recorte da pesquisa, expressiva parcela de população pobre indigente (ROCHA, 2005), impedida de garantir as necessidades básicas de alimentação.

TABELA 24 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A RENDA FAMILIAR MENSAL - 2004

RENDA FAMILIAR	TOTAL		MUNICÍPIOS PESQUISADOS							
			ACARI		CURRAIS NOVOS		JARDIM DO SERIDÓ		PARELHAS	
	Freq	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Até 1 SM	5	2,5	4	80,0	1	20,0	0	0,0	0	0,0
1 a 2 SM	72	36,0	26	36,1	24	33,3	8	11,1	14	19,4
2 a 3 SM	44	22,0	12	27,3	14	31,8	11	25,0	7	15,9
3 a 5 SM	52	26,0	24	46,2	10	19,2	9	17,3	9	17,3
5 a 10 SM	8	4,0	6	75,0	2	25,0	0	0,0	0	0,0
10 a 20 SM	2	1,0	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mais de 20 SM	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sem rendimento	13	6,5	1	7,7	4	30,8	3	23,1	5	38,5
Não Informado	4	2,0	1	25,0	1	25,0	2	50,0	0	0,0
Total	200	100,0	76	38,0	56	28,0	33	16,5	35	17,5

Fonte: Pesquisa de campo da autora

A insatisfação com as administrações municipais, em relação às alternativas de desenvolvimento, colocadas em prática, ficou constatada. No nosso entendimento, os municípios não têm sido capazes de contemplar a diversidade de necessidades dos vários segmentos sociais e, portanto, não contribuem para diminuir as desigualdades. Apresentadas alternativas de desenvolvimento (Tabela 25), os entrevistados apontaram três, que julgaram ser mais importantes, na administração municipal.

- O interesse em trabalhar para a coletividade – 46,50%;
- Programas de limpeza urbana e destino do lixo – 37,00%;
- Ações desenvolvidas na promoção de emprego e renda – 35,00%;
- O compromisso político de atender as necessidades dos mais carentes – 30,00%;
- Ações desenvolvidas na programação das atividades culturais – 16,50%;

- Programas de moradia para corrigir o déficit habitacional – 15,50%; e a
- Gestão pública (gerenciamento), para recuperação e conservação ambiental – 4,00%.

TABELA 25 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS, A RESPEITO DO QUE ELES MAIS VALORIZAM NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS - 2004

MUNICÍPIO		OPÇÕES DE RESPOSTAS													
		A		B		C		D		E		F		G	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	Freq.	22	28	25	25	7	43	0	50	22	28	3	47	21	29
	%	44,0	56,0	50,0	50,0	14,0	86,0	0,0	100,0	44,0	56,0	6,0	94,0	42,0	58,0
Currais Novos	Freq.	11	39	19	31	15	35	4	46	14	36	10	40	27	23
	%	22,0	78,0	38,0	62,0	30,0	70,0	8,0	92,0	28,0	72,0	20,0	80,0	54,0	46,0
Jardim do Seridó	Freq.	14	36	23	27	1	49	0	50	16	34	12	38	16	34
	%	28,0	72,0	46,0	54,0	2,0	98,0	0,0	100,0	32,0	68,0	24,0	76,0	32,0	68,0
Parelhas	Freq.	13	37	26	24	8	42	4	46	22	28	8	42	6	44
	%	26,0	74,0	52,0	48,0	16,0	84,0	8,0	92,0	44,0	56,0	16,0	84,0	12,0	88,0
Total	Freq.	60	140	93	107	31	169	8	192	74	126	33	167	70	130
	%	30,0	70,0	46,5	53,5	15,5	84,5	4,0	96,0	37,0	63,0	16,5	83,5	35,0	65,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda:

- A – O compromisso o político de atender as necessidades dos mais carentes
 B – O interesse em trabalhar para a coletividade
 C – Programa de moradia para corrigir o déficit habitacional
 D – A gestão pública (gerenciamento), para a recuperação/conservação ambiental
 E – Os programas de limpeza urbana e destino do lixo
 F – As ações desenvolvidas na promoção das atividades culturais
 G – As ações desenvolvidas na promoção de emprego e renda.

Uma constatação, que nos pareceu surpreendente, foi a satisfação com a evolução de dois programas de prevenção à saúde, apresentados na Tabela 26. A Política de Saneamento e Esgoto e o Programa Saúde da Família foram os mais votados pelos 200 entrevistados.

Por município, a escolha ficou assim: Acari e Parelhas indicaram os mesmos programas escolhidos pelo conjunto dos municípios; em Currais Novos, a escolha priorizou o Programa Saúde da Família e o Atendimento aos Doentes Crônicos; e, em Jardim do Seridó, a escolha ficou com a Política de Saneamento e Esgoto e o Programa de Educação de Jovens e Adultos.

TABELA 26 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS, AO ESCOLHER DOIS PROGRAMAS DENTRE OS APRESENTADOS, QUE ATENDEM DE FORMA MAIS SATISFATÓRIA OS CIDADÃOS MUNICIPAIS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS – 2004

MUNICÍPIO		OPÇÕES DE RESPOSTAS													
		A		B		C		D		E		F		G	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	FREQ.	27	23	23	27	5	45	10	40	8	42	9	41	15	35
	%	54,0	46,0	46,0	54,0	10,0	90,0	20,0	80,0	16,0	84,0	18,0	82,0	30,0	70,0
Currais Novos	FREQ.	11	39	20	30	14	36	19	31	17	33	5	45	13	37
	%	22,0	78,0	40,0	60,0	28,0	72,0	38,0	62,0	34,0	66,0	10,0	90,0	26,0	74,0
Jardim do Seridó	FREQ.	24	26	14	36	21	29	5	45	5	45	10	40	17	33
	%	48,0	52,0	28,0	72,0	42,0	58,0	10,0	90,0	10,0	90,0	20,0	80,0	34,0	66,0
Parelhas	FREQ.	31	19	26	24	13	37	9	41	5	45	6	44	6	44
	%	62,0	38,0	52,0	48,0	26,0	74,0	18,0	82,0	10,0	90,0	12,0	88,0	12,0	88,0
Total	FREQ.	93	107	83	117	53	147	43	157	35	165	30	170	51	149
	%	46,5	53,5	41,5	58,5	26,5	73,5	21,5	78,5	17,5	82,5	15,0	85,0	25,5	74,5

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda:

A – Política de saneamento e esgoto

B – Programa Saúde da Família

C – Programa de educação de jovens e adultos

D – Atendimento aos doentes crônicos

E – Programas de complementação alimentar para as famílias de baixa renda.

F – Programa de erradicação do trabalho infantil

G – Programa de assistência ao idoso

Quanto à existência de organizações não governamentais e como elas atuam (tabelas 27 e 28), a maioria (52,5%) afirmou desconhecer, 41,5% sabem da existência, 5,5% disseram não existir esse tipo de organização nos municípios onde residem e 0,5% não opinaram. Considerando as respostas com frequência positiva, são relevantes; o trabalho com idoso e a atuação das associações de classe.

TABELA 27 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS, SOBRE A EXISTÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS), SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS - 2004

MUNICÍPIO	TOTAL	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS							
		SIM		NÃO		DESCONHEÇO		NÃO OPINARAM	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Acari	50	16	32,0	5	10,0	29	58,0	0	0,0
Currais Novos	50	15	30,0	1	2,0	34	68,0	0	0,0
Jardim do Seridó	50	31	62,0	3	6,0	16	32,0	0	0,0
Parelhas	50	21	42,0	2	4,0	26	52,0	1	2,0
Total	200	83	41,5	11	5,5	105	52,5	1	0,5

Fonte: Pesquisa de campo da autora

TABELA 28 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS QUE DISSERAM CONHECER A EXISTÊNCIA DE ONGS NO MUNICÍPIO, POR ÁREA DE ATUAÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS - 2004

MUNICÍPIO		ITENS PESQUISADOS																	
		A		B		C		D		E		F		G		H		I	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	Freq.	10	6	13	3	8	8	8	8	7	9	10	6	10	6	3	13	2	14
	%	62,5	37,5	81,3	18,8	50,0	50,0	50,0	50,0	43,8	56,3	62,5	37,5	62,5	37,5	18,8	81,3	12,5	87,5
Currais Novos	Freq.	8	7	6	9	4	11	3	12	3	12	8	7	8	7	4	11	4	11
	%	53,3	46,7	40,0	60,0	26,7	73,3	20,0	80,0	20,0	80,0	53,3	46,7	53,3	46,7	26,7	73,3	26,7	73,3
Jardim do Seridó	Freq.	11	20	9	22	18	13	4	27	9	22	22	9	11	20	14	17	3	28
	%	35,5	64,5	29,0	71,0	58,1	41,9	12,9	87,1	29,0	71,0	71,0	29,0	35,5	64,5	45,2	54,8	9,7	90,3
Parelhas	Freq.	8	13	5	16	10	11	6	15	5	16	12	9	8	13	11	10	1	20
	%	38,1	61,9	23,8	76,2	47,6	52,4	28,6	71,4	23,8	76,2	57,1	42,9	38,1	61,9	52,4	47,6	4,8	95,2
Total	Freq.	37	46	33	50	40	43	21	62	24	59	52	31	37	46	32	51	10	73
	%	44,6	55,4	39,8	60,2	48,2	51,8	25,3	74,7	28,9	71,1	62,7	37,3	44,6	55,4	38,6	61,4	12,0	88,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda:

- A – Ajuda a crianças carentes
- B – Associação amigos de bairros
- C – Atividades sindicais/associação de classe
- D – Grupo de teatro música, dança
- E – Trabalho com doentes
- F – Trabalho com idosos
- G – Trabalho com menor
- H – Trabalho de ajuda organizado por entidades religiosas
- I – Trabalho de defesa do meio ambiente

As tabelas 29 e 30 expõem os resultados sobre o que a população sabe a respeito das tradicionais atividades agroindustriais, ligadas à cultura algodoeira, em cada Município. 71% dos entrevistados responderam positivamente a respeito do assunto, bem como sobre as razões da crise que levou ao fechamento das usinas de beneficiamento do algodão. Os resultados obtidos ajudam a confirmar a hipótese levantada, quanto ao maior empobrecimento de Acari, com a falência das algodoeiras. As razões apontadas por ordem de frequência estão assim classificadas:

- Longos períodos de estiagem – 45,1%;
- A praga do bicudo nos algodoads – 41,5%;
- Desinteresse das classes dirigentes locais – 34,5%;
- Ausência de políticas para incentivar o desenvolvimento industrial – 31,7%;
- Falta de recursos financeiros para a agricultura – 22,5%;
- Desinteresse das classes dirigentes estaduais – 13,4%; e a
- Redução das exportações de matérias primas – 9,9%.

A análise comparativa entre o total das respostas no recorte pesquisado e as respostas por município reafirma as duas principais razões, (longos períodos de estiagem e a praga do bicudo), entretanto, todos os itens apresentados no questionário foram apontados como razões para a crise instalada desde o início da década de 1970.

TABELA 29 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE A EXISTÊNCIA DE ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS ATÉ O INÍCIO DA DÉCADA DE 1970, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS - 2004

MUNICÍPIO	TOTAL	EXISTÊNCIA DE ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS			
		SIM		NÃO	
		Freq.	%	Freq.	%
Acari	50	40	80,0	10	20,0
Currais Novos	50	42	84,0	8	16,0
Jardim do Seridó	50	32	64,0	18	36,0
Parelhas	50	28	56,0	22	44,0
Total	200	142	71,0	58	29,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

TABELA 30 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE O FECHAMENTO DAS ALGODOEIRAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS – 2004

MUNICÍPIO		ITENS PESQUISADOS													
		A		B		C		D		E		F		G	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	Freq.	13	27	13	27	10	30	20	20	3	37	7	33	12	28
	%	32,5	67,5	32,5	67,5	25,0	75,0	50,0	50,0	7,5	92,5	17,5	82,5	30,0	70,0
Currais Novos	Freq.	14	28	8	34	15	27	13	29	5	37	7	35	22	20
	%	33,3	66,7	19,0	81,0	35,7	64,3	31,0	69,0	11,9	88,1	16,7	83,3	52,4	47,6
Jardim Do Seridó	Freq.	18	14	7	25	11	21	7	25	7	25	0	32	14	18
	%	56,3	43,8	21,9	78,1	34,4	65,6	21,9	78,1	21,9	78,1	0,0	100,0	43,8	56,3
Parelhas	Freq.	19	9	4	24	9	19	9	19	4	24	0	28	11	17
	%	67,9	32,1	14,3	85,7	32,1	67,9	32,1	67,9	14,3	85,7	0,0	100,0	39,3	60,7
Total	Freq.	64	78	32	110	45	97	49	93	19	123	14	128	59	83
	%	45,1	54,9	22,5	77,5	31,7	68,3	34,5	65,5	13,4	86,6	9,9	90,1	41,5	58,5

Fonte : Pesquisa de campo da autora

Legenda:

- A – Longos períodos de estiagem
- B – Falta de recursos financeiros para a agroindústria
- C – Ausência de políticas para incentivar o desenvolvimento industrial
- D – Desinteresse das classes dirigentes locais
- E – Desinteresse das classes dirigentes estaduais
- F – Redução das exportações de matérias-primas
- G – A praga do bicudo nos algodões

Conforme a Tabela 31, os participantes apresentaram sugestões, comuns nos quatro municípios, para implementação de uma política econômica para geração de emprego e renda. A sugestão que lidera a lista – indústria cerâmica – indica o desconhecimento dos impactos ambientais, provocados por esta atividade, e do processo de degradação dos recursos naturais, na região do Seridó. Do total pesquisado, e por município, as sugestões estão assim distribuídas:

- Recorte de estudo:
- Fabricação de tijolo e telha (51,50%)
- A pequena oficina de costura, calçado e estofado (45,50%)
- Acari:
- A pequena oficina de costura, calçado e estofado;
- Fabricação de tijolo e telha.
- Currais Novos:
- Comércio atacadista/varejo;
- Fabricação de tijolo e telha.
- Jardim do Seridó:
- A pequena oficina de costura/calçado e estofado;
- Indústria de alimentos.
- Parelhas:
- Fabricação de tijolo e telha;
- Comércio atacadista e varejista.

TABELA 31 – FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS AO INDICAR ALTERNATIVAS ECONÔMICAS PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS – 2004

MUNICÍPIO		ITENS PESQUISADOS											
		A		B		C		D		E		F	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	Freq.	34	16	2	48	33	17	3	47	18	32	10	40
	%	68,0	32,0	4,0	96,0	66,0	34,0	6,0	94,0	36,0	64,0	20,0	80,0
Currais Novos	Freq.	14	36	28	22	22	28	10	40	20	30	2	48
	%	28,0	72,0	56,0	44,0	44,0	56,0	20,0	80,0	40,0	60,0	4,0	96,0
Jardim do Seridó	Freq.	27	23	13	37	21	29	24	26	10	40	0	50
	%	54,0	46,0	26,0	74,0	42,0	58,0	48,0	52,0	20,0	80,0	0,0	100,0
Parelhas	Freq.	15	35	24	26	27	23	15	35	9	41	7	43
	%	30,0	70,0	48,0	52,0	54,0	46,0	30,0	70,0	18,0	82,0	14,0	86,0
Total	Freq.	90	110	67	133	103	97	52	148	57	143	19	181
	%	45,0	55,0	33,5	66,5	51,5	48,5	26,0	74,0	28,5	71,5	9,5	90,5

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda:

A – Pequena oficina de costura/calçado/estofado

B – Comércio atacadista/varejo

C – Fabricação de tijolo e telha

D – Indústria de alimentos

E – Emprego na administração pública

F – Pesca

Para uma lista (Tabela 32), com sete atividades econômicas consideradas recentes, os entrevistados indicaram três delas em cada realidade espacial. Pelas respostas, essas atividades existem em todos os municípios, porém o turismo e a pequena confecção são predominantes. Elas confirmam a importância da valorização cultural e de novas possibilidades de geração de renda.

TABELA 32 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS NA ESCOLHA DAS ATIVIDADES MAIS RECENTES, DESENVOLVIDAS NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS – 2004

MUNICÍPIO		ITENS PESQUISADOS											
		A		B		C		D		E		F	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	Freq.	21	29	23	27	25	25	3	47	12	38	13	37
	%	42,0	58,0	46,0	54,0	50,0	50,0	6,0	94,0	24,0	76,0	26,0	74,0
Currais Novos	Freq.	19	31	17	33	14	36	19	31	25	25	4	46
	%	38,0	62,0	34,0	66,0	28,0	72,0	38,0	62,0	50,0	50,0	8,0	92,0
Jardim do Seridó	Freq.	11	39	2	48	36	14	14	36	27	23	4	46
	%	22,0	78,0	4,0	96,0	72,0	28,0	28,0	72,0	54,0	46,0	8,0	92,0
Parelhas	Freq.	30	20	15	35	24	26	14	36	13	37	3	47
	%	60,0	40,0	30,0	70,0	48,0	52,0	28,0	72,0	26,0	74,0	6,0	94,0
Total	Freq.	81	119	57	143	99	101	50	150	77	123	24	176
	%	40,5	59,5	28,5	71,5	49,5	50,5	25,0	75,0	38,5	61,5	12,0	88,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda:

A – Turismo

B – Artesanato

C – Pequenas indústrias de confecções

D – Pequenas fábricas de alimentos (doces, massas, queijo, manteiga)

E – Supermercados

F – Beneficiamento de pescado

Colocado na condição de administrador municipal, o entrevistado elegeu os projetos prioritários para a sua cidade retomar o processo de desenvolvimento. A opção mais valorizada, incentivos fiscais, demonstra o crédito dado pela população à política de abertura econômica, que vem sendo adotada no Brasil, assim como é indicativo do desconhecimento do potencial que cada cidade dispõe para fomentar o desenvolvimento socioeconômico e territorial (Tabela 33). Em ordem de importância foram mais votados no recorte de estudo e nos quatro municípios, por unidade pesquisada:

- Recorte de estudo:
 - Incentivos fiscais para atrair empresas (58,00%);
 - Piscicultura e carcinicultura, nos açudes (33,50%);
 - Agricultura familiar em assentamentos rurais (29,00%);
 - Apoio à cultura local (música, literatura, entre outros) (28,00%);
 - Turismo ecológico (23,00%); e
 - Turismo religioso e cultural (21,00%).
-
- Acari:
 - Incentivos fiscais para atrair empresas;
 - Agricultura familiar em assentamentos rurais;
 - Turismo ecológico.
-
- Currais Novos:
 - Piscicultura e carcinicultura, nos açudes;
 - Incentivos fiscais para atrair empresas;
 - Agricultura familiar em assentamentos rurais.
-
- Jardim do Seridó:
 - Incentivos fiscais para atrair empresas;
 - Apoio à cultura local (música, literatura, entre outros);
 - Agricultura familiar em assentamentos rurais.
-
- Parelhas:
 - Incentivos fiscais para atrair empresas;
 - Turismo religioso e cultural;
 - Apoio à cultura local (música, literatura, entre outros).

TABELA 33 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE OS PROJETOS QUE INCENTIVARIA PARA PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO, SE FOSSEM ADMINISTRADORES MUNICIPAIS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS – 2004

MUNICÍPIO		ITENS PESQUISADOS											
		A		B		C		D		E		F	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	Freq.	21	29	11	39	16	34	6	44	14	36	34	16
	%	42,0	58,0	22,0	78,0	32,0	68,0	12,0	88,0	28,0	72,0	68,0	32,0
Currais Novos	Freq.	16	34	36	14	12	38	5	45	6	44	25	25
	%	32,0	68,0	72,0	28,0	24,0	76,0	10,0	90,0	12,0	88,0	50,0	50,0
Jardim do Seridó	Freq.	6	44	5	45	8	42	14	36	18	32	36	14
	%	12,0	88,0	10,0	90,0	16,0	84,0	28,0	72,0	36,0	64,0	72,0	28,0
Parelhas	Freq.	15	35	15	35	10	40	18	32	18	32	21	29
	%	30,0	70,0	30,0	70,0	20,0	80,0	36,0	64,0	36,0	64,0	42,0	58,0
Total	Freq.	58	142	67	133	46	154	43	157	56	144	116	84
	%	29,0	71,0	33,5	66,5	23,0	77,0	21,5	78,5	28,0	72,0	58,0	42,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda:

A – Agricultura familiar em assentamentos rurais

B – Piscicultura e carcinicultura nos açudes

C – Turismo ecológico

D – Turismo religioso e cultural

E – Apoio à cultura local (música, literatura, entre outros)

F – Incentivos fiscais para atrair empresas.

Provocados a falar sobre a satisfação, ou não, com o desempenho econômico do município, os entrevistados preferiram falar sobre suas expectativas quanto às ações que poderiam contribuir com o desenvolvimento econômico. Nesta questão fizeram, ainda, uma avaliação que demonstrou uma visão crítica sobre a realidade dos municípios que integram a pesquisa.

É importante ressaltar que dos 200 entrevistados, 84 responderam essa questão, representando 42,00% do universo pesquisado, e mesmo considerando os que não avaliaram, há coerência entre os aspectos avaliados e propostos.

Avaliação dos entrevistados:

- A educação de Acari é de boa qualidade;
- A mineração é um quebra-galho, mas é melhor do que não ter;
- A mineração pode dar certo;
- As empresas de mototáxi empregam muita gente;
- A atividade mineradora é voltada para as empresas estrangeiras;
- Está difícil criar emprego;
- Falta emprego no Município e vontade política do poder público;
- Falta incentivo para micro e pequenas empresas mineradoras, e a exploração de minério se dá sem controle e fiscalização da Prefeitura;
- Falta interesse para promover a classe pobre e se projetos, programas e atividades fossem bem realizados, o município seria mais desenvolvido;
- Falta política de incentivo à agricultura;
- Irregularidade na gestão de pessoal na administração municipal;
- O município está mais atrasado do que 30 anos atrás, quando tinha indústria e emprego; e
- O município utiliza mão-de-obra e matéria-prima de outras cidades, quando deveria utilizar os recursos humanos do próprio município.

Propostas dos entrevistados:

- Abertura de fábricas de produtos alimentícios (óleo de cozinha e doce), confecções, fio de algodão e agave;
- Motivar o cultivo do algodão e reabrir as algodozeiras;
- Construir poços para apoiar a agricultura e propor, ao Governo Federal, projetos de apoio à agricultura, para estimular o pequeno produtor;
- Crescimento e divulgação do turismo local;
- Direcionar a mineração para a geração de emprego nas cidades;
- Implantação de uma central de produtos hortigranjeiros;
- Incentivar a mineração, a produção artesanal;
- Despertar o interesse de as pessoas ricas, da cidade, investirem no próprio município;

- Criar condições para o esporte, cultura e o turismo local;
- Investir mais na educação, saúde e assistência aos idosos no campo;
- A prefeitura deve levar a sério a administração das verbas públicas, e trabalhar mais pelo desenvolvimento do município;
- Políticas desenvolvidas, junto à sociedade, para a geração de novos empregos;
- Utilizar o açude como potencial de geração de emprego; e
- Política educacional que desenvolva o raciocínio crítico da população.

4.5 Análise do Recorte Rural



Foto: Maria Luiza, 7 ago. 2005

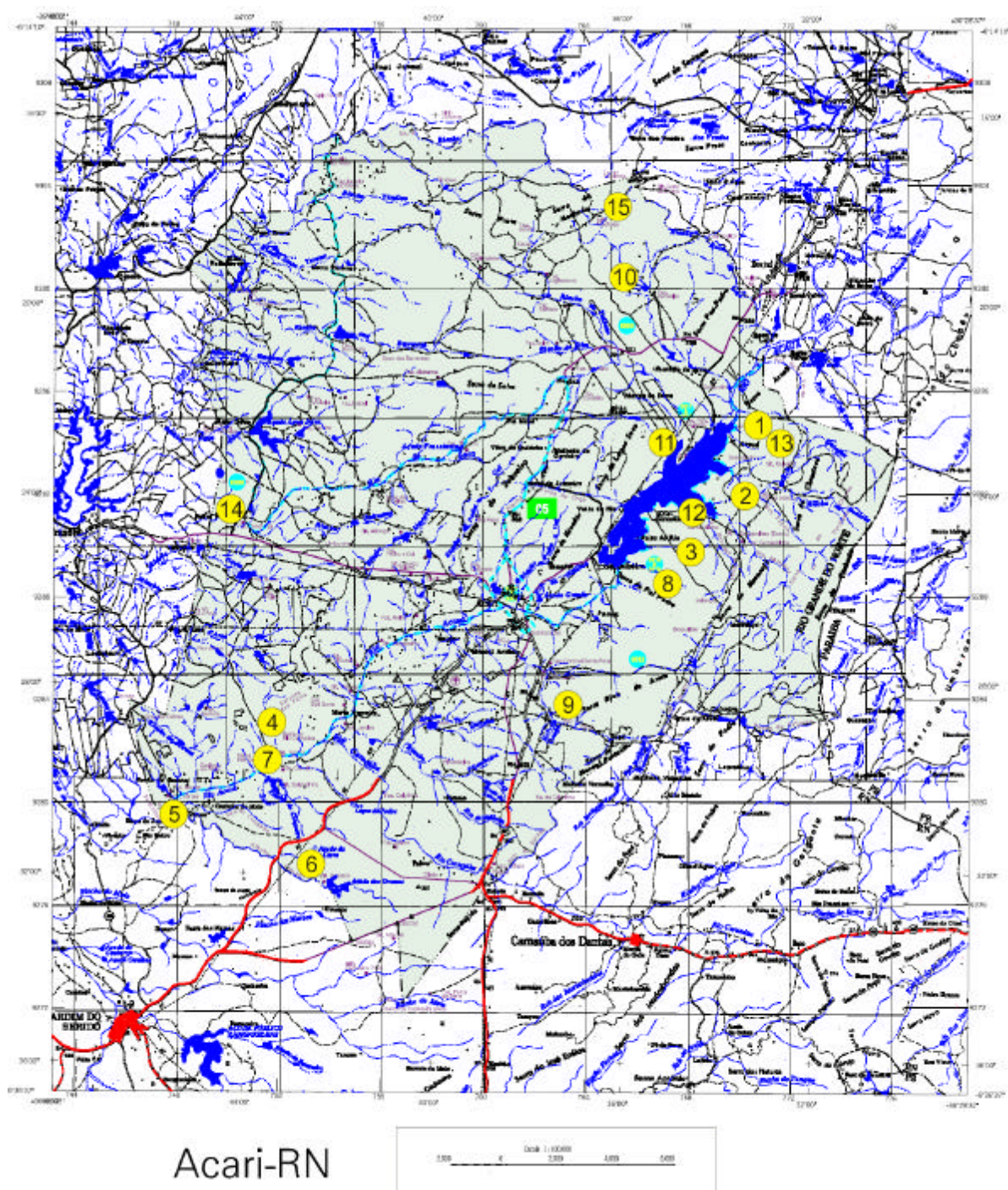
Figura 17 – Casa na zona rural de Acari

O espaço rural oferece condições mínimas de acesso, devido à precariedade das estradas. As dificuldades e limitações de acessibilidade são analisadas como fatores de pobreza, com efeitos sobre o território. Foram mapeadas as 57 localidades, que integram a geografia da pobreza rural dos quatro municípios (Quadro 2 e mapas 2, 3, 4 e 5, abaixo.)

MUNICÍPIO	NOME DA COMUNIDADE	INDICAÇÃO NO MAPA	TOTAL	NÚMERO DE ENTREVISTADOS	
				FEMININO	MASCULINO
Acari	Bulhões	12	1	1	0
	Sítio Abreu	8	1	1	0
	Sítio Acauã	1, 13	2	0	2
	Sítio Barra do Rio	4	1	0	1
	Sítio Cabeço Branco	2	1	1	0
	Sítio Carnaubinha	3	1	1	0
	Sítio Grossos	5	1	1	0
	Sítio Ingá	9	1	0	1
	Sítio Machado	15	1	0	1
	Sítio Pedra Branca	7	1	0	1
	Sítio Pendanga	14	1	1	0
	Sítio Retiro	10	1	1	0
	Sítio Várzea	6	1	1	0
	Sítio Volta do Rio	11	1	0	1
Subtotal			15	8	7
%			100,0	53,3	46,7
Currais Novos	Poço de Serra	14	1	0	1
	Povoado Cruz	12	1	1	0
	Sítio Barro Branco	10	1	1	0
	Sítio Barroca	13 Não localizado	1	0	1
	Sítio Bom Sucesso	1	1	1	0
	Sítio Lagoa Nova	3	1	0	1
	Sítio Lajes Pintadas	9 Não localizado	1	1	0
	Sítio Malhada Grande	7	1	1	0
	Sítio Pedra Branca	5	1	0	1
	Sítio Poço da Serra	4	1	0	1
	Sítio Santana	15	1	1	0
	Sítio Santo Antônio	2	1	0	1
	Sítio São Geraldo	6	1	0	1
	Sítio Serra dos Brandes	8/11	2	2	0
Subtotal			15	8	7
%			100,0	53,3	46,7
Jardim do Seridó	Riachão	4	1	1	0
	Sítio Bananeiro	1	1	0	1
	Sítio Belo Horizonte	12	1	0	1
	Sítio Buriti	5	1	1	0
	Sítio Conceição de Baixo	14	1	0	1
	Sítio Currais Novos	10	1	1	0
	Sítio Jerimum	15	1	0	1
	Sítio Juazeirinho	3	1	1	0
	Sítio Manhoso	9	1	0	1
	Sítio Pau-Ferro	2, 7	2	0	2
	Sítio Riachão	6	1	1	0
	Sítio Riacho Verde	13	1	1	0
	Sítio Viração (perto do riacho)	11	1	0	1
	Žangarelhas	8	1	1	0
Subtotal			15	7	8
%			100,0	46,7	53,3
Parelhas	Algodão	5	1	1	0
	Sítio Boa Vista	10	1	0	1
	Sítio Boqueirão	4	1	1	0
	Sítio Cachoeira	12	1	0	1
	Sítio Cidade	1	1	1	0
	Sítio Cobra	11	1	0	1
	Sítio Colonos	8 Não localizado	1	0	1
	Sítio Malhada Grande	2	1	1	0
	Sítio Maracacheta	15 Não localizado	1	0	1
	Sítio Olho D'água do Boi	3	1	1	0
	Sítio Quintos	7	1	1	0
	Sítio Salgadinho	13	1	0	1
	Sítio Suçuarana	6	1	1	0
	Sítio Timbaúba	9	1	1	0
	Sítio Várzea do Barro	14	1	0	1
Subtotal			15	8	7
%			100,0	53,3	46,7

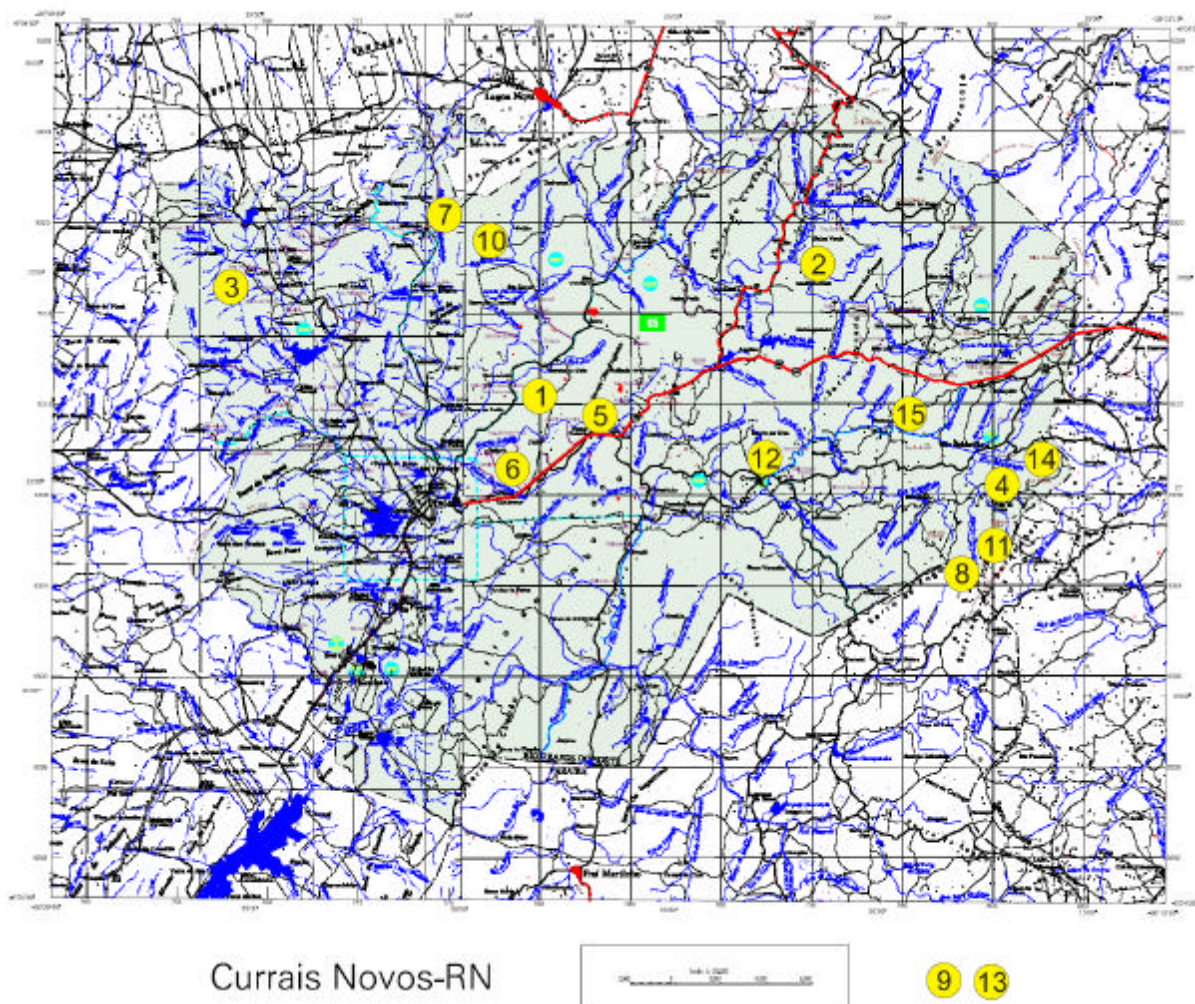
Fonte: Pesquisa de campo da autora

Quadro 2 Número de entrevistados, por sexo, segundo os municípios e as comunidades pesquisadas – 2005



Fonte: Adaptação do Mapa Oficial de Acari - IBGE, com indicações das localidades rurais consultadas

Mapa 2 - Acari – urbano e rural – comunidades rurais dos entrevistados -2005



Fonte: Adaptação do Mapa Oficial de Currais Novos - IBGE, com indicações das localidades rurais consultadas

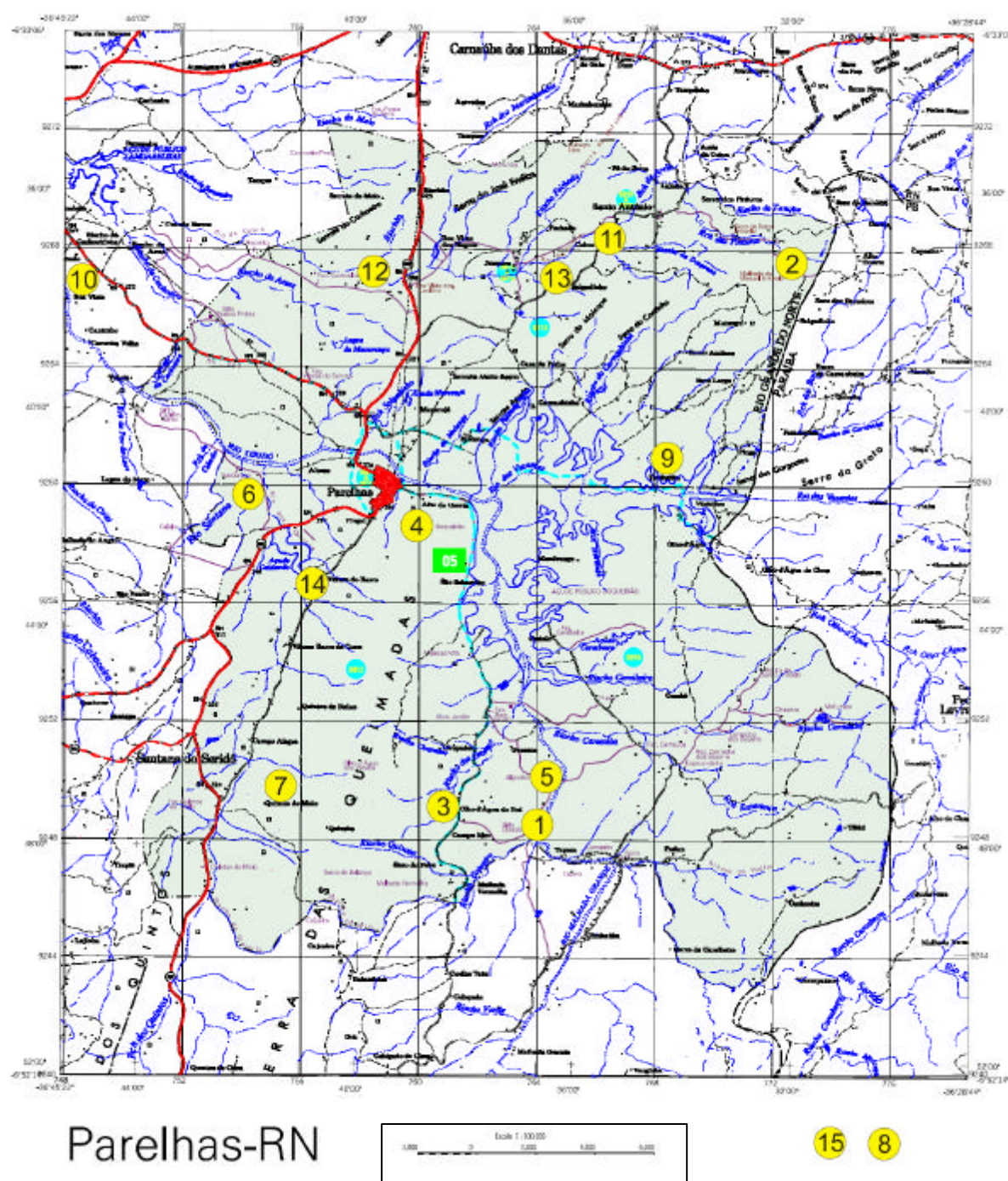
Nota: As comunidades 9 e 13, não foram localizadas no mapa

Mapa 3 - Currais Novos – urbano e rural – comunidades rurais dos entrevistados -2005



Fonte: Adaptação do Mapa Oficial de Jardim do Seridó - IBGE, com indicações das localidades rurais consultadas

Mapa 4 - Jardim do Seridó – urbano e rural – comunidades rurais dos entrevistados -2005



Fonte: Adaptação do Mapa Oficial de Parelhas - IBGE, com indicações das localidades rurais consultadas

Nota: As comunidades 8 e 15, não foram localizadas no mapa.

Mapa 5 - Parelhas – urbano e rural – comunidades rurais dos entrevistados -2005

A Tabela 34 mostra os dados sobre a naturalidade dos entrevistados em cada município. A maioria dos entrevistados de Acari (93,3%), Currais Novos (80,0%) e Parelhas (66,7%) mora na mesma localidade de nascimento. Já, em Jardim do Seridó, apenas 46,7% ainda residem no município onde nasceram.

TABELA 34 - FREQUÊNCIA DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A NATURALIDADE - 2005

NATURALIDADE		TOTAL	ACARI	CURRAIS NOVOS	JARDIM DO SERIDÓ	PARELHAS
Acari	Freq.	16	14	2	0	0
	%	26,7	93,3	13,3	0,0	0,0
Currais Novos	Freq.	12	0	12	0	0
	%	20,0	0,0	80,0	0,0	0,0
Jardim do Seridó	Freq.	9	0	0	7	2
	%	15,0	0,0	0,0	46,7	13,3
Parelhas	Freq.	10	0	0	0	10
	%	16,7	0,0	0,0	0,0	66,7
Outros municípios do RN	Freq.	10	1	0	8	1
	%	16,7	6,7	0,0	53,3	6,7
Outros estados	Freq.	3	0	1	0	2
	%	5,0	0,0	6,7	0,0	13,3
Total	Freq.	60	15	15	15	15
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Analisando-se o grau de instrução dos entrevistados, observa-se que a grande maioria não concluiu os estudos. 36,7% são analfabetos e 48,3% têm o primário incompleto. Os demais obtiveram os seguintes graus de escolaridade: 11,7% concluíram o ensino fundamental; e, apenas 3,3%, o ensino médio. Essa mesma tendência observa-se quando analisamos esses dados, em nível de município, com exceção do município de Acari, onde os dados apresentam-se da seguinte forma: 26,7% são analfabetos; 40,0% concluíram o curso primário; 26,7% concluíram o ensino fundamental; e 6,7% cursaram o ensino médio (Tabela 35).

TABELA 35 - FREQUÊNCIA DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS, SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO - 2005

GRAU DE INSTRUÇÃO		TOTAL	ACARI	CURRAIS NOVOS	JARDIM DO SERIDÓ	PARELHAS
Analfabeto/Sem instrução	Freq.	22	4	6	6	6
	%	36,7	26,7	40,0	40,0	40,0
Primário completo (1º Grau incompleto)	Freq.	29	6	7	8	8
	%	48,3	40,0	46,7	53,3	53,3
1º Grau completo (Ginasial)/2º grau incompleto	Freq.	7	4	1	1	1
	%	11,7	26,7	6,7	6,7	6,7
2º Grau completo (Colegial)/Superior incompleto	Freq.	2	1	1	0	0
	%	3,3	6,7	6,7	0,0	0,0
Total	Freq.	60	15	15	15	15
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Os dados da Tabela 36 revelam que a renda das famílias que residem no campo, na área de abrangência da pesquisa, está concentrada nas três primeiras faixas salariais investigadas, ou seja, até 2,5 salários mínimos. Outra parcela significativa (21,7%) não tem rendimento. Quando se analisa os dados por município, observa-se que a renda familiar permanece com a mesma característica, ou seja, concentrada nas faixas salariais mais baixas. Vale ressaltar que o município de Jardim do Seridó é o que apresenta a menor parcela de famílias sem nenhuma renda.

TABELA 36 - FREQUÊNCIA DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A RENDA FAMILIAR - 2005

RENDA FAMILIAR	TOTAL	MUNICÍPIOS PESQUISADOS				
		ACARI	CURRAIS NOVOS	JARDIM DO SERIDÓ	PARELHAS	
Até R\$ 130,00	Freq.	16	1	3	7	5
	%	26,7	6,7	20,0	46,7	33,3
De R\$ 130,01 a R\$ 260,00	Freq.	21	6	5	5	5
	%	35,0	40,0	33,3	33,3	33,3
De R\$ 260,01 a R\$ 390,00	Freq.	8	2	2	1	3
	%	13,3	13,3	13,3	6,7	20,0
De R\$ 390,01 a R\$ 520,00	Freq.	2	2	0	0	0
	%	3,3	13,3	0,0	0,0	0,0
Acima de R\$ 520,00	Freq.	2	0	1	1	0
	%	3,3	0,0	6,7	6,7	0,0
NS/NR	Freq.	1	0	1	0	0
	%	1,7	0,0	6,7	0,0	0,0
Sem rendimento	Freq.	10	4	3	1	2
	%	16,7	26,7	20,0	6,7	13,3
Total	Freq.	60	15	15	15	15
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Analisando os dados da Tabela 37, sobre a ocupação dos entrevistados, constata-se que grande parte dos entrevistados tem algum tipo de ocupação, 5% são aposentados e 71.6% são donas de casa.

TABELA 37 - FREQUÊNCIA DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A OCUPAÇÃO - 2005

OCUPAÇÃO	TOTAL	MUNICÍPIOS PESQUISADOS				
		ACARI	CURRAIS NOVOS	JARDIM DO SERIDÓ	PARELHAS	
Aposentado	Freq.	3	2	1	0	0
	%	5,0	13,3	6,3	0,0	0,0
Autônomo	Freq.	16	3	5	3	5
	%	26,7	20,0	31,3	21,4	33,3
Desempregado	Freq.	1	1	0	0	0
	%	1,7	6,7	0,0	0,0	0,0
Dona de Casa	Freq.	22	5	4	6	7
	%	36,7	33,3	25,0	42,9	46,7
Empregado	Freq.	5	0	3	2	0
	%	8,3	0,0	18,8	14,3	0,0
Empregador	Freq.	13	4	3	3	3
	%	21,7	26,7	18,8	21,4	20,0
Total	Freq.	60	15	16	14	15
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

O desemprego é apontado por 63% dos entrevistados (Tabela 38), como o maior problema nos quatro municípios. Individualmente, o desemprego ressalta em Parelhas e parece surpreendente, pelo fato de o município concentrar a indústria cerâmica e a extração mineral no Seridó.

TABELA 38 - FREQUÊNCIA DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS, SEGUNDO O MAIOR PROBLEMA DO MUNICÍPIO, HOJE – 2005

MAIOR PROBLEMA DO MUNICÍPIO	TOTAL	MUNICÍPIOS PESQUISADOS			
		ACARI	CURRAIS NOVOS	JARDIM DO SERIDÓ	PARELHAS
Atendimento médico-dentário	Freq.	2	1	1	0
	%	3,3	5,9	5,9	0,0
Desemprego	Freq.	38	8	9	11
	%	63,3	47,1	52,9	100,0
Dificuldade de acesso à escola pública	Freq.	1	0	0	0
	%	1,7	0,0	0,0	0,0
Dificuldade de acesso à terra	Freq.	3	1	1	0
	%	5,0	5,9	5,9	0,0
Escassez de água	Freq.	6	2	3	0
	%	10,0	11,8	17,6	0,0
Pobreza	Freq.	7	4	1	0
	%	11,7	23,5	5,9	0,0
Precariedade dos meios de transportes/estradas	Freq.	3	1	2	0
	%	5,0	5,9	11,8	0,0
Total	Freq.	60	17	17	11
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

A Tabela 39, por sua vez, mostra os resultados das respostas do questionamento sobre o maior problema do meio rural. Os dados revelam que, para os entrevistados, os maiores problemas dessa área são: escassez de água, pobreza e desemprego.

TABELA 39 - FREQUÊNCIA DE ENTREVISTADOS, POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS, SEGUNDO O MAIOR PROBLEMA DO MEIO RURAL, HOJE – 2005

MAIOR PROBLEMA DO MEIO RURAL	TOTAL		MUNICÍPIOS PESQUISADOS			
			ACARI	CURRAIS NOVOS	JARDIM DO SERIDÓ	PARELHAS
Atendimento médico-dentário	Freq.	4	1	0	2	1
	%	6,7	6,7	0,0	13,3	6,7
Desemprego	Freq.	13	5	0	4	4
	%	21,7	33,3	0,0	26,7	26,7
Dificuldade de acesso à escola pública	Freq.	1	0	1	0	0
	%	1,7	0,0	6,7	0,0	0,0
Dificuldade de acesso à terra	Freq.	5	0	0	2	3
	%	8,3	0,0	0,0	13,3	20,0
Escassez de água	Freq.	21	2	8	4	7
	%	35,0	13,3	53,3	26,7	46,7
Pobreza	Freq.	14	5	6	3	0
	%	23,3	33,3	40,0	20,0	0,0
Precariedade dos meios de transportes/estradas	Freq.	2	2	0	0	0
	%	3,3	13,3	0,0	0,0	0,0
Total	Freq.	60	15	15	15	15
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

A carência de serviços públicos, na área de saúde, revela a desigualdade entre a cidade e o campo, já que os moradores das quatro cidades demonstraram satisfação com os serviços de saúde e saneamento e os moradores do campo mostram-se carentes desses cuidados (Tabela 40). Os serviços mais reivindicados são:

- Saúde – 80.8%;
- Saneamento (esgoto e fossa) e coleta de lixo – 73,3%; e
- Abastecimento de água – 66,7%.

TABELA 40 - FREQUÊNCIAS DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE QUAIS SERVIÇOS PÚBLICOS, NA SUA COMUNIDADE, PRECISAM SER MELHORADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS. – 2005

MUNICÍPIO PESQUISADO		OPÇÕES DE RESPOSTAS													
		A		B		C		D		E		F		G	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	Freq.	8	7	10	5	11	4	6	9	1	14	4	11	5	10
	%	53,3	46,7	66,7	33,3	73,3	26,7	40,0	60,0	6,7	93,3	26,7	73,3	33,3	66,7
Currais Novos	Freq.	10	5	11	4	9	6	5	10	3	12	2	13	5	10
	%	66,7	33,3	73,3	26,7	60,0	40,0	33,3	66,7	20,0	80,0	13,3	86,7	33,3	66,7
Jardim do Seridó	Freq.	8	7	9	6	13	2	4	11	2	13	3	12	6	9
	%	53,3	46,7	60,0	40,0	86,7	13,3	26,7	73,3	13,3	86,7	20,0	80,0	40,0	60,0
Parelhas	Freq.	10	5	11	4	11	4	3	12	2	13	4	11	4	11
	%	66,7	33,3	73,3	26,7	73,3	26,7	20,0	80,0	13,3	86,7	26,7	73,3	26,7	73,3

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda:

A – Abastecimento d'água (cisternas, poços, reservatório)

B – Saneamento (esgoto, fossa)

C – Coleta de lixo

D – Saúde

E – Educação

F – Transporte

G – Esporte e lazer (quadras e campos de futebol)

Para os entrevistados da zona rural, as razões da crise econômica (Tabela 41) são as mesmas apontadas pelos moradores urbanos: a praga do bicudo nos algodoads; a falta de recursos financeiros para a agricultura; e longos períodos de estiagem.

TABELA 41 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS, SOBRE AS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS. – 2005

MUNICÍPIO PESQUISADO		OPÇÕES DE RESPOSTAS											
		A		B		C		D		E		F	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	Freq.	8	7	5	10	0	15	5	10	1	14	10	5
	%	53,3	46,7	33,3	66,7	0,0	100,0	33,3	66,7	6,7	93,3	66,7	33,3
Currais Novos	Freq.	10	5	1	14	1	14	3	12	2	13	13	2
	%	66,7	33,3	6,7	93,3	6,7	93,3	20,0	80,0	13,3	86,7	86,7	13,3
Jardim do Seridó	Freq.	12	3	3	12	2	13	3	12	0	15	10	5
	%	80,0	20,0	20,0	80,0	13,3	86,7	20,0	80,0	0,0	100,0	66,7	33,3
Parelhas	Freq.	7	8	8	7	1	14	1	14	4	11	9	6
	%	46,7	53,3	53,3	46,7	6,7	93,3	6,7	93,3	26,7	73,3	60,0	40,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda:

A – Longos períodos de estiagem (secas)

B – Falta de recursos financeiros para a agricultura

C – A demora da reforma agrária

D – Desinteresse dos políticos e proprietários

E – Atraso nas técnicas e instrumentos de trabalho

F – A praga do bicudo nos algodoads

Estimulados a indicar quais alternativas econômicas solucionariam a crise no campo, os entrevistados apontaram: a melhoria da política das águas e a abertura de crédito para os pequenos produtores (Tabela 42).

TABELA 42 - FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS, SOBRE INDICAÇÃO DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS PARA SOLUCIONAR A CRISE NO CAMPO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS – 2005

MUNICÍPIO PESQUISADO		OPÇÕES DE RESPOSTAS											
		A		B		C		D		E		F	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Acari	Freq.	6	9	8	7	3	12	2	13	5	10	6	9
	%	40,0	60,0	53,3	46,7	20,0	80,0	13,3	86,7	33,3	66,7	40,0	60,0
Currais Novos	Freq.	6	9	10	5	1	14	2	13	3	12	8	7
	%	40,0	60,0	66,7	33,3	6,7	93,3	13,3	86,7	20,0	80,0	53,3	46,7
Jardim do Seridó	Freq.	5	10	8	7	5	10	4	11	3	12	5	10
	%	33,3	66,7	53,3	46,7	33,3	66,7	26,7	73,3	20,0	80,0	33,3	66,7
Parelhas	Freq.	13	2	12	3	1	14	0	15	4	11	0	15
	%	86,7	13,3	80,0	20,0	6,7	93,3	0,0	100,0	26,7	73,3	0,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda:

- A – Melhoria da política das águas
- B – Abertura de crédito para os pequenos produtores
- C – Aceleração da reforma agrária
- D – A instalação de uma política agrária (cooperativas agrícolas)
- E – A recuperação do cultivo do Algodão
- F – Incentivos para agricultura familiar em assentamentos

Para melhorar a vida na comunidade onde residem, os entrevistados apontaram as seguintes sugestões:

- Água encanada;
- Abertura de crédito agrícola para o pequeno e médio produtor para desenvolver a pecuária, agricultura e piscicultura;
- Melhores estradas;
- Aumentar o rebanho bovino para oferecer uma melhor qualidade de vida à família que habita na cidade;
- Cata vento para puxar água;
- Criação de rebanhos e programas que permitissem a permanência do agricultor na terra com fartura;

- Energia no campo;
- Melhorar a oferta de trabalho, já que a comunidade é entregue aos vícios (cachaça, jogo, entorpecentes) por falta do que fazer;
- Perfuração de poços para conseguir água potável;
- Plantações e lavouras nas terras que não estão sendo trabalhadas por ninguém;
- Construção de açudes, cisternas e chafarizes;
- Melhoria do sistema de saúde;
- Frentes de trabalho nos períodos de seca;
- Reforma agrária; e
- Políticas de saneamento básico.

Em Acari, as sugestões ocorreram no campo da pecuária, agricultura e da infra-estrutura, principalmente, no que concerne à pecuária e agricultura (Quadro 3).

Area	Sugestões	Freq.
Incentivo à pecuária e à agricultura	Aumentar o rebanho bovino para oferecer uma melhor qualidade de vida à família que habita na cidade Criação de rebanhos e programas que permitissem a permanência do agricultor na terra com fartura Investir em plantios para que melhore a qualidade de vida tanto da família como da pecuária Pecuária e criação Plantações e lavouras nas terras que não estão sendo trabalhadas por ninguém Plantio de verduras e frutas	6
Infra-estrutura - Água	A instalação de encanação para que não precise transportar a água para casa de burro. Cata-vento para puxar água Perfuração de poços para conseguir água potável	3
Infra-estrutura geral	Acesso a acari com melhores estradas Energia no campo. Desinteresse do dono da terra em instalar Fazia uma ponte, pois durante o período chuvoso o rio Acauã enche impossibilitando a passagem de veículos	3
Incentivo financeiro	Abertura de crédito agrícola para o médio produtor, para desenvolver a pecuária, agricultura e piscicultura. Aumentar, por parte do governo, os incentivos aos médios produtores	2
Geração de emprego	Melhorar a oferta de trabalho, já que a comunidade é entregue aos vícios (cachaça, jogo, entorpecentes) por falta do que fazer	1

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Quadro 3 Sugestões dos entrevistados sobre ações de melhoria - Acari

Em Currais Novos, os entrevistados reivindicaram, em maior número, ações na área de pecuária, agricultura e da infra-estrutura, com cinco sugestões. Nota-se que o problema da água ressalta, quer para o consumo humano, quer para a agricultura e pecuária (Quadro 4).

Área	Sugestões	Freq.
Incentivo à pecuária e à agricultura	Aumentar o gado, compraria um motor para fazer um chafariz Construir uma casa própria e adquirir rebanhos, caprinos, suínos etc., Criação e cultivo de pastos Distribuição de sementes e chuva Incentivos à agricultura e irrigação	5
Infra-estrutura geral	Energia elétrica e cisternas	5
	Melhorar a oferta de trabalho assalariado para jovens e desempregados	
	Melhorar a vida, plantios de milho, feijão e tomate, reforma de banheiros	
	Melhoria no sistema de saúde	
Infra-estrutura - Água	Reforma de casas, cisternas, aumento do rebanho	5
	Armazenagem de água com a construção de açudes	
	Cisternas e perfurações de poços	
	Perfuração de poços e oferta de empréstimos para desenvolver a agricultura	
Incentivo Financeiro	Plantação com irrigação Solucionar a falta de água	1
	Perfuração de poços e oferta de empréstimos para desenvolver a agricultura	

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Quadro 4 - Sugestões dos entrevistados sobre ações de melhoria - Currais Novos

Nota: Um dos entrevistados, deu sugestões em mais de uma área.

Em Jardim do Seridó, as reivindicações ocorreram, em maioria, na necessidade de água. Sugestões na área de pecuária e incentivos financeiros são os itens seguintes que mais ocorreram (Quadro 5).

Área	Sugestões	Freq.
Infra-estrutura - Água	Abertura de poços tubulares e projetos de irrigação	7
	Água, cisterna e alternativas para desenvolver a agricultura	
	Cisternas e caixas d'água	
	Investir em bombas para puxar água, já que existe água, mas não tem como levá-la para a plantação	
	Irrigação	
	Água e energia para plantio	
Incentivo à pecuária e à agricultura	Água encanada e saneamento para que não se faça necessidades ao ar livre	3
	Aumentar o terreiro de galinha	
	Investimento em gado	
Incentivo financeiro	Investiria em gado, plantação de capim e energia	3
	Empréstimo a baixos juros, distribuição de equipamentos a preços baixos por parte dos governantes	
	Investimentos do banco na terra	
Incentivo geral	Investiria no comércio na zona urbana	1
	Os donos da terra liberarem as terras para que haja o plantio, não somente a pecuária. Implantação de energia	
Geração de emprego	Frete de trabalho no período de seca	1

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Quadro 5 - Sugestões dos entrevistados sobre ações de melhoria – Jardim do Seridó

Mais uma vez, as reivindicações na área de água e saneamento aparecem em grande maioria. Agora, no município de Parelhas, a pecuária surge como segundo item mais requisitado para a melhoria das condições de vida da população rural (Quadro 6).

Área	Sugestões	Freq.
Infra-estrutura - Água	A construção de um açude Faria açudes Fazer cacimbão Investimentos do banco para ampliar açudes Investir na saúde e na água Irrigação Orelhão e água encanada Poço para armazenar água Políticas de saneamento básico	9
Incentivo à pecuária e à agricultura	Compraria gado e aumentaria o rebanho de ovelhas Cultivo de hortaliças com água de motor Plantio Plantio de mamoeiros e cisternas	4
Infra-estrutura geral	Colocaria uma tela na quadra de esportes	1
Não respondeu	Não respondeu	1

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Quadro 6 Sugestões dos entrevistados sobre ações de melhoria – Parelhas

4.6 O Poder Local

A partir dos anos 1990, no Brasil, a democracia liberal vem ampliando a participação dos cidadãos, em nível local, com o propósito de fazer valer o exercício da democracia, em escala menor, visando à superação dos problemas colocados pelos diferentes grupos. Este avanço democrático tem colocado o poder local mais próximo dos cidadãos e assegurado aos decisores políticos perceber melhor as suas necessidades e aspirações, as suas dificuldades e anseios, e, sobretudo, tem apontado o caminho para encontrar as melhores soluções para resolver os seus problemas.

O processo democrático atual delega, aos municípios brasileiros, o poder de gerenciar diversas áreas da atuação do Estado, como saúde e educação básica,

além de criar as possibilidades de desenvolvimento de políticas econômicas locais, em benefício do seu sistema produtivo, do qual devem ser aproveitadas as potencialidades e a força de trabalho disponível. Assim sendo, "o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação" de todos os cidadãos e das comunidades (DOWBOR, 1995).

No entanto, no que tange aos municípios pesquisados, permanecem os laços entre eles e o Estado, caracterizando, por um lado, forte dependência e, do outro, uma fragilidade do poder para conduzir a comunidade que representa. Estes aspectos criam limites para a sociedade decidir sobre seu próprio destino e dificultam, nos municípios, a adoção de políticas administrativas, que os coloquem, de fato, na linha de frente da construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Para que a construção dessa sociedade aconteça, é necessário que cada município se debruce sobre si mesmo.

Nas visitas, previamente agendadas e realizadas, às prefeituras dos quatro municípios, só foi possível entrevistar os secretários dos gabinetes civis ou das administrações municipais, pois os prefeitos estavam assumindo compromissos inesperados.

Os dados coletados, junto aos representantes administrativos, informam sobre as políticas públicas, a gestão das políticas municipais e os projetos elaborados para fomentar o desenvolvimento econômico de cada município (v. o questionário das prefeituras, no Anexo B). Cada administrador entrevistado informou sobre os Instrumentos de Planejamento Municipal, a disponibilidade de recursos para a Gestão do Município e a utilização de incentivos fiscais para atrair atividades econômicas. As respostas são avaliadas como favoráveis ao compromisso público

de melhorar a vida dos cidadãos, entretanto, ao compararmos com o que dizem os moradores entrevistados, observa-se um conflito causado pela divergência de opiniões (cf. avaliação urbana e rural).

No que se refere aos principais instrumentos de planejamento, tendo em vista a gestão municipal e o cumprimento da legislação, as respostas indicam que as quatro prefeituras estão cumprindo, em parte, o que determina a lei. Entretanto, o plano de governo existe, somente em Parelhas e Currais Novos, e o Plano de Desenvolvimento Urbano, somente no Município de Currais Novos.

Um outro instrumento da maior importância para o desenvolvimento sustentável das cidades é o Plano Diretor. O Plano Diretor Participativo, conforme determina o Estatuto das Cidades – Lei Federal 10.257/2001, é definido como um instrumento obrigatório para os municípios, com mais de 20 mil habitantes, além dos que integram Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos. A lei estabelece também a obrigatoriedade do Plano Diretor para as cidades que são de especial interesse turístico ou as que estão na área de influência de algum tipo de empreendimento de impacto ambiental de âmbito regional. Esses municípios têm até outubro de 2006, conforme o Estatuto, para elaborar ou atualizar seus planos diretores sob pena do prefeito incorrer em improbidade administrativa.

Esses instrumentos constituem requisitos legais para negociação, financiamento e gerenciamento das políticas públicas, que as prefeituras podem planejar e executar, respaldadas pelos Plano Plurianual de Investimentos (PPI), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA).

Quanto à Gestão Municipal, três das quatro prefeituras pesquisadas (Acari, Jardim do Seridó e Parelhas) afirmaram a existência de consórcios, apenas com a

área de saúde, enquanto Currais Novos, nem utiliza nem pretende, por entender que os consórcios beneficiam mais as empresas e menos as pessoas.

Questionados sobre informatização e terceirização, as quatro prefeituras são unânimes em afirmar que se encontram informatizadas e com banco de dados, em todas as áreas da administração municipal. Quanto à terceirização, já se constitui, nos quatro municípios, uma prática, nos serviços de coleta de lixo domiciliar; hospitalar e limpeza urbana. Acari e Currais Novos também adotam serviços de terceiros para o transporte escolar.

Sobre a política de incentivos à instalação de novos empreendimentos, apenas Currais Novos afirma adotá-la, utilizando os impostos como: IPTU, ISS, além da doação de terrenos e do apoio à estrutura industrial, para as empresas que procuram se instalar no município. Currais Novos defende que é, por meio dela, que os empreendimentos privados chegarão ao município.

Segundo informações oficiais do Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001 - IBGE⁵, registra-se unanimidade da política de atrativos governamentais em todo o recorte pesquisado, porém, os critérios e exigências para concessão dos benefícios não são evidenciados, limitando-nos quanto à análise da contribuição e dos efeitos para o desenvolvimento dos municípios do recorte.

A respeito das ações que permitem estimular a criação de novas atividades econômicas, apenas, Jardim do Seridó afirma não desenvolver ações dessa natureza. Contudo, indagados as outras três administrações sobre suas ações, somente Acari indica oficinas de costura como prática comum e bem sucedida na sua zona urbana.

⁵ Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001 – IBGE. Disponível em <<http://www1.ibge.gov.br/munic2001/>>. Acesso em 13 ago. 2005.

Questionados sobre programas de capacitação para a população ativa, todos os municípios afirmam desenvolver cursos, apoiados pelo SEBRAE, SENAI e Sesi, nas áreas de artesanato, culinária regional, mecânica de automóvel, auxiliar de construção e costura. Mas, quanto aos resultados alcançados pelos programas, os entrevistados desconhecem e não dispõem, nem mesmo, de relatórios com resultados quantitativos.

Não é possível generalizar sobre as garantias de desenvolvimento das políticas públicas, no nosso estudo, entretanto, conclui-se que o que está sendo realizado não resolve a problemática socioeconômica, cujo vetor é o desemprego generalizado.

4.7 Territórios Pobres e Marginalizados

A concentração histórica e a monopolização da riqueza, como elemento gerador do alargamento das desigualdades sociais, têm permeado a sociedade contemporânea e aprofundado a pobreza. No Brasil, para classificar a pobreza são usadas metodologias que ocultam os pobres, os quais convivem com o desafio de permanecerem no meio rural, mesmo com várias limitações, dentre as quais se destacam: o consumo alimentar precário, a falta de doações ou programas governamentais para famílias agrícolas e ausência de estimativa (esperança) de melhoria, em relação ao país. Cabe ressaltar que há exclusões de famílias rurais, pobres, das políticas de combate à fome e à pobreza e uma distribuição desigual da pobreza e dos recursos sociais. Tais exclusões subestimam o território e, dialeticamente, fortalecem e enfraquecem, respectivamente, a pobreza e as relações de poder das comunidades.

Em fatias do Acari rural, famílias pobres, desfavorecidas pela crise da economia do campo, utilizam práticas que remontam ao período colonial mercantilista, como o escambo - forma de troca econômica mais antiga do mundo, usada no mercado agrícola. O resgate dessa forma de troca está em desacordo com os padrões atuais de produção agropecuária, mas afinado com as necessidades de alimentação. Os que utilizam o escambo lançam mão dos excedentes da pequena produção como moeda de troca, objetivando suprir necessidades nutricionais. Essa alternativa consiste numa forma de resistir, no campo, e pressupõe uma cultura de cooperação que fomenta a solidariedade.

Vem ocorrendo, nesses territórios, um aumento de população, a partir da chegada de novos moradores, oriundos da zona urbana, para se dedicarem à produção de carvão. Esses trabalhadores fixam moradia no campo, porém, é, na cidade, que eles buscam a complementação da renda através de “bicos”, estabelecendo, assim, relações socioeconômicas e espaciais contraditórias, tanto em relação aos processos que, cada vez mais, determinam trocas comerciais, quanto à mobilidade populacional no sentido campo-cidade e não, no inverso - caso de Acari. Ao ultrapassarmos a fronteira das entrevistas, constatamos que é neste município, onde, proporcionalmente, há mais pobres indigentes. Nessas manchas territoriais de concentração de pobreza, a exemplo de Acari, a incapacidade de pressão política diminui as possibilidades de reversão desse quadro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, a hipótese principal era a de que a crise das atividades tradicionais, sobretudo a do algodão, era a causa da decadência da economia e do empobrecimento do recorte estudado. No entanto, pode-se perceber, claramente, que nos municípios estudados, o empobrecimento relaciona-se, plenamente, com o processo de reestruturação econômica capitalista, no Brasil do pós-guerra. Essa reestruturação desferiu um golpe sobre os setores tradicionais da economia semi-árida, principalmente, no setor algodoeiro.

O setor algodoeiro do Nordeste, no século XIX, foi ganhando relevância em função de sua importância, como produto de exportação, para a crescente indústria têxtil nacional e internacional. Nesse mesmo período, no Rio Grande do Norte, o algodão suplantou a economia do gado – prioritária na colônia - deixando-a num contexto secundário da economia potiguar.

A reestruturação capitalista provocou grandes mudanças econômicas, ao redefinir uma nova divisão territorial do trabalho, e gerou danos irreparáveis à sociedade sertaneja, ao desmontar a estrutura secular das atividades econômicas tradicionais. As mudanças econômicas e geográficas, no Nordeste, atestaram a força do capital e do estado monopolistas em produzir espaços desiguais e, em decorrência das mudanças, sedimentaram as posições de maior poder.

As transformações ocorridas no Nordeste beneficiaram o grande capital, mas produziram territórios marginais e multiplicaram os excluídos. Em linhas gerais, compreende-se que os efeitos das transformações inseriram-se nas contradições do sistema capitalista e alcançaram mercados produtivos periféricos, que não acompanharam as inovações tecnológicas desenvolvidas, prioritariamente, para a

agricultura. Nesse sentido, o recorte deste estudo é, por extensão, um território marginal, que teve seu mercado excluído dos planos de modernização para o Semi-árido.

As pressões exercidas pelo capital industrial, que demandava fibras de algodão de melhor qualidade, implicaram em novas formas de produção e de relações de trabalho, em todo o Nordeste algodoeiro. Os mercados, que cediam às pressões, dispunham de três qualidades básicas: fornecedores de matérias-primas; mão-de-obra barata e abundante; e mercado consumidor. Para as pequenas economias do Nordeste, que participavam só como fornecedoras de algodão, a crise favoreceu a ampliação dos desequilíbrios regionais. De forma particular, em Acari, a crise enrijeceu seu mercado e levou a pobreza a níveis preocupantes.

Para melhor compreender a situação do Município de Acari, foco do nosso objeto, é necessário analisar o seu problema local, tendo, como ponto de partida, o fechamento das usinas de descaroçamento e beneficiamento do algodão, para, em seguida, identificar os fatores de maior pobreza, quando comparado aos municípios de Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas. Neste contexto, a geografia assume total relevância, para explicar a fragmentação do território acariense, iniciada no século XIX e sedimentada nas últimas décadas do século XX.

No caso de Currais Novos e Parelhas, na condição de mercados, os dois municípios diferenciam-se, no recorte estudado, pela maior oferta de produtos e serviços. Quanto à pobreza e às desigualdades, ocorrem em todos os territórios e estão representadas (preponderantemente) pelos baixos indicadores de renda e de escolaridade. Logo, é possível generalizar a situação de pobreza e dizer que, em todos os municípios, os programas de fomento ao desenvolvimento são

inadequados e dissociados da estrutura socioeconômica e territorial que cada lugar dispõe.

Quanto a Jardim do Seridó, observa-se, nitidamente, a estagnação econômica do algodão, proporcionada pelas mudanças na divisão territorial do trabalho e que, seguramente, desencadeou uma crise na mesma proporção daquela ocorrida em Acari. O município de Jardim do Seridó foi, nesta região, onde a indústria algodoeira preponderou, tendo, em vista, o número de máquinas, em funcionamento, nas usinas de beneficiamento da fibra de algodão. Assim sendo, o município merece uma investigação mais acurada sobre os impactos socioterritoriais herdados da crise do algodão.

A nossa pesquisa de campo foi um ir-e-vir fecundo para os questionamentos levantados na formulação da hipótese norteadora desse trabalho. Na prática, foi o caminho necessário para alcançar as efetivas respostas que precisávamos. Isso nos possibilitou uma leitura mais concreta do nosso objeto de estudo.

A partir desse campo de estudo, aproximamos-nos da constatação das desigualdades e das significativas disparidades socioeconômicas e espaciais, existentes na sociedade estudada, e ajustamos os critérios teórico-metodológicos para explicar a pobreza e a sua dimensão, nos municípios do nosso recorte de estudo.

Quando os entrevistados falam sobre as carências e a falta de incentivos ao emprego e a renda, sente-se a urgência de ações locais, para que se oportunize uma vida melhor aos trabalhadores e às suas famílias. O desejo de uma vida digna está implícito na fala dos entrevistados, assim como um sentimento de angústia, por não ter, ou desconhecer, os recursos necessários para superar a pobreza. Acredita-se que os saberes e as práticas dos trabalhadores, aliados às ações que venham a

ser implementadas, representam as soluções para o enfrentamento desses graves problemas.

As dificuldades de acesso à renda, bens e serviços, apontados pelos atores da pesquisa de campo, constituíram-se fatores relevantes para entendermos os aspectos da pobreza, no recorte espacial de estudo, e decisivos para a análise do grau de desigualdade entre pobreza rural e urbana. A situação de carência da população rural não é nova, em nenhuma região do nosso país, entretanto, tornou-se fundamental compreendermos a sua natureza.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto C. de; VELLOSO, João Paulo dos R. (coord.); SILVA, José Graziano da [et al.]. *A nova geografia da fome e da pobreza*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. 126 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986. 240 p.

_____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005. 334 p.

_____. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 4 ed. São Paulo: Grijalbo, 1977. 136 p.

_____. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP, 1994. 252 p.

_____. *O desafio ecológico – utopia e realidade*. Coleção Geografia: teoria e realidade 24. São Paulo: HUCITEC, 1994. 108 p.

_____. *Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local*. In. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A; SILVEIRA, Maria L. (Orgs). *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, p.15-20.

_____. *Poder político e produção do espaço*, Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana, 1984. 130 p.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Seridó: uma região viável*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte012.html>>. Acesso em 19 jan. 2003.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Dados do PNUD. 2003. Disponível para *download* em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>.

BITTENCOURT, Wagner. *A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional*. In. RIO GRANDE DO NORTE: *Ética e desenvolvimento*. Organização e coordenação editorial de Vilma Queiroz Sampaio Fernandes de Oliveira. Natal: Pacto pelo desenvolvimento do Rio Grande do Norte, 2001. p.156-78.

BRASIL. Presidência da República. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 8 de out. 2005.

CARLOS, Ana Fani A. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 150 p.

CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa; SEABRA, Odette. *Território e Sociedade* entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2. ed., 2001. 128 p.

CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991. *Situação Demográfica, Social e Econômica: Primeiras Considerações*. Estado do Rio Grande do Norte. IBGE, 1995. 26 p.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial*. Natal: Universitária, 1987. 272 p.

_____. *Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades*. In: BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos; GONÇALVES, Maria Flora (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. São Paulo: UNESP; ANPUR, 2003. p. 387-404.

CONTAGEM DA POPULAÇÃO - 1996. *Rio Grande do Norte*. IBGE. 1996. Disponível em <www.ibge.gov.br>. 5 p.

CORRÊA, Roberto L. *Região e organização espacial*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1986. 94 p.

DOWBOR, Ladislau. *Introdução ao planejamento municipal*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 128 p.

_____. *O que é Poder Local?* São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1995. Disponível em <http://ppbr.com/ld/poder_local.asp>. Acesso em 8 out. 2005.

ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 543 p. il.

FELIPE, José Lacerda A; CARVALHO, Edilson Alves de. *Atlas Escolar Rio Grande do Norte*. João Pessoa: Grafset, 1999. 96 p.

FELIPE, José Lacerda A. *Elementos de geografia do Rio Grande do Norte*. Natal: Universitária, 1988. 100 p.

FERREIRA et al. *A desertificação no nordeste do Brasil: Diagnóstico e Perspectiva*. [s.l.]: UFPI, Núcleo DESERT.

FORBES, D. K. *Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 344 p.

FUNDAÇÃO IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em set. de 2001.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 366 p.

_____. *O conceito de região e sua discussão*. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-73.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Plano de desenvolvimento sustentável da região do Seridó do Rio Grande do Norte*. Caicó: Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, 30 set. 2000. 1 CD-ROM.

IBGE. *Censo Demográfico 2000: Mapa Municipal Estatístico – Descrição de Setores*, Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. CD-ROM.

_____. *Base de Informações Municipais 4*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. CD-ROM.

_____. *Base Estatcart de Informações Municipais 4*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. CD-ROM.

_____. *Estatcart: Sistema de Informações Georreferenciadas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. CD-ROM.

_____. *Perfil dos Municípios Brasileiros: Gestão Pública*, 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 247 p.

IDEC. *Anuário Estatístico do RN 2000*. Natal, IDEC. 2000. Disponível em <www.idema.gov.rn.br>. Acesso em set. de 2001.

_____. *Novo Perfil Demográfico do RN*. Natal: IDEC, 1996. 40 p.

_____. *Rio Grande do Norte - Alguns Indicadores Gerais - 1996*. Natal: IDEC, fev. 1996. 12 p.

_____. *RN - Uma Síntese dos Aspectos Físicos, Econômicos e Sociais - 1995*. Natal: IDEC, out. 1995. 50 p.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia seridoense*. Coleção Mossoroense, série “c”, v.1268. [s.l.]: Fundação Vingt Rosado, Fundação Guimarães Duque, jul. 2002. 308 p.

MEDEIROS, Bianor. *Paróquia de Acari*. Natal: Fundação José Augusto, 1985. 152 p.

MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Universitária, 1973. 276 p.

MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C. (Coord.). *Rio Grande do Norte*. Coleção Brasil Visto do Espaço. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2004. CD ROM.

MORAIS Marcus C.C. de. *Terras potiguanas*. Natal: Dinâmica, 1998. 306 p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 132 p.

PONTES, Beatriz Maria S. *A contribuição do pensamento geográfico brasileiro à região e à regionalização vistas como processo*. In. Boletim de geografia teórica. Vol. 16-17. Rio Claro-SP: Ageteo, 1986-1987. 428 p.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Informações sobre a aplicação de recursos federais. Disponível em <www.portaldatrasnparencia.gov.br/Portal.asp>. Acessos em ago. set. 2005.

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS: 1999-2002. IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, número 14. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 192 p. Acompanha um CD-ROM.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Título original: Marxismo e Geografia. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 158 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Título original: Pour une géographie du pouvoir. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

RIO GRANDE DO NORTE: *Ética e desenvolvimento*. Organização e coordenação editorial de Vilma Queiroz Sampaio Fernandes de Oliveira. Natal: Pacto pelo desenvolvimento do Rio Grande do Norte, 2001. 564 p.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 244 p.

SANTA ROSA, Jaime da Nóbrega. *Acari. Fundação, história e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974. 144 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001. 476 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp. 2002. 384 p.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo, HUCITEC: 1993. 158 p.

_____. *Entrevista*. Caderno 2 - Estadão. Disponível em <<http://geocities.yahoo.com.br/jorgematheus2002/16mst.htm>>. Acesso em 10 set. 2005.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 4 ed. 126 p.

_____. *O retorno do território*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A; SILVEIRA, Maria L. (Orgs). *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 15-20.

_____. *Pobreza urbana*. São Paulo, Recife: 1978. 120 p.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à cultura universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176 p.

SANTOS, Milton. *Professor Milton Santos*. Revista Caros Amigos, Ed. 52, Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed52/milton.asp> Acesso em: 10 set. 2005.

SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução Econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XX*. Natal: Clima, 2002. 300 p.

SARMENTO, Walney Moraes. *Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 183 p.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

SOUZA, M. J. L. de. *O território; sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C. e CORRÊA, R. L. (Orgs). *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988. 333 p.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte (1597/1822)*. Natal: Natal Editora, 1997.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Um Outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB – ETENE, 1985.

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO ACARI-RN

Este questionário foi preparado para ser respondido, diretamente, utilizando caneta. As perguntas deste questionário solicitarão que o entrevistado declare a sua resposta, assinalando conforme as orientações das questões. Nenhuma questão deve deixar de ser assinalada, mesmo quando a resposta for uma negativa ou se o entrevistado estiver em dúvida. Se isso acontecer, marque aquela mais próxima do que se considera a mais apropriada ou assinale a resposta negativa.

Caracterização do entrevistado

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

Naturalidade ☐ Acari ☐ Currais Novos ☐ Jardim do Seridó ☐ Parelhas
☐ Outro município: _____ Estado: _____ (se não for RN)

1 - O Sr.(a) trabalha? ☐ Sim ☐ Não

2 - Qual o seu grau de instrução?

Analfabeto ou primário (1ª a 4ª séries) incompleto (ensino fundamental) ☐

Primário (1ª a 4ª séries) completo (ensino fundamental) ☐

Ginásial (5ª a 8ª séries) completo ou incompleto (ensino fundamental) ☐

Segundo grau / completo ou incompleto (ensino médio) ☐

Superior completo ☐

Superior incompleto ☐

Outro: _____ ☐

3 - Qual a ocupação que o Sr.(a) exerce? _____

4 - Quanto o Sr.(a) ganha por mês? (Valor em salários mínimos, sem descontos)

Até 1 SM ☐

1 a 2 SM ☐

2 a 3 SM ☐

3 a 5 SM ☐

5 a 10 SM ☐

10 a 20 SM ☐

Mais de 20 SM ☐

Sem rendimento ☐

5 - O local em que o Sr.(a) mora é

Alugado ☐

Próprio e está pagando ☐

Próprio e está quitado ☐

Cedido sem pagamento ☐

Outro ☐

6 - Há outras pessoas, além do Sr.(a), morando na sua casa? ☐ Sim ☐ Não
 Se há, Quantas? _____

Responder as questões 7 e 8, se a anterior for positiva, se não, pule para o próximo tópico.

7 - Dessas pessoas, quantas possuem algum tipo de renda que contribua para a renda familiar?

Considere renda de trabalho fixo, trabalho informal (eventual), pensão, aposentadoria, biscate, etc

_____ pessoas ☐ Nenhuma

8 - Qual o valor da renda familiar mensal? O Sr.(a) deve somar a sua renda mensal bruta, com a renda das pessoas que moram em sua residência e ajudam na renda familiar.

R\$ _____,00

Conhecimento e avaliação das políticas desenvolvidas no município de Acari

O poder municipal tem hoje mais chances de assumir um papel empreendedorista no sentido de criar novas possibilidades de desenvolvimento social. Para tanto é fundamental uma boa gestão (administração) dos recursos financeiros.

9 - O que o Sr.(a) mais valoriza na administração municipal? (marque duas opções)

- O compromisso político de atender as necessidades dos mais carentes ☐
- O interesse em trabalhar para a coletividade ☐
- Programa de moradia para corrigir o déficit habitacional ☐
- A gestão pública (gerenciamento), para a recuperação/conservação ambiental ☐
- Os programas de limpeza urbana e destino do lixo ☐
- As ações desenvolvidas para promoção das atividades culturais ☐
- As ações desenvolvidas na promoção de emprego e renda ☐

10 - Identifique entre as opções abaixo dois programas que atendem de forma mais satisfatória os cidadãos municipais.

- Política de saneamento e esgoto ☐
- Programa saúde da família ☐
- Programas de educação de jovens e adultos ☐
- Atendimento aos doentes crônicos (diabetes, hipertensão, AIDS) ☐
- Programas de complementação alimentar para as famílias de baixa renda ☐
- Programa de erradicação (acabar) do trabalho infantil ☐
- Programa de assistência ao idoso ☐

11 - É do seu conhecimento a existência de organizações não governamentais (ONGs) no município?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Desconheço

12 - Se sim, identifique-as entre as opções abaixo.

- Ajuda a crianças carentes ☐
- Associação amigos de bairro ☐
- Atividades sindicais/associação de classe ☐
- Grupo de teatro, música, dança ☐
- Trabalho com doentes ☐
- Trabalho com idosos ☐
- Trabalho com menor ☐
- Trabalho de ajuda organizado por entidades religiosas ☐
- Trabalho de defesa do meio ambiente ☐

O conhecimento sobre as crises econômicas e as dificuldades de desenvolvimento

O quadro de crises instalado nas duas últimas décadas e o acúmulo de demandas locais por emprego e renda vem determinando, cada vez mais, que o poder municipal elabore planos para o desenvolvimento econômico local.

13 - Tem conhecimento das atividades agroindustriais do município até o início da década de 1970? ☐ Sim ☐ Não

13.1 - Se sim, a que o Sr.(a) atribui o fechamento das algodoieiras SANBRA/NOBREGA&DANTAS? Aponte duas razões.

- Longos períodos de estiagem ☐
- Falta de recursos financeiros para a agricultura ☐
- Ausência de políticas para incentivar o desenvolvimento industrial ☐
- Desinteresse das classes dirigentes locais ☐
- Desinteresse das classes dirigentes estaduais ☐
- Redução das exportações de matérias-primas ☐

A praga do bicudo nos algodoads ☐

Outra: _____.

14 - Eu gostaria que o Sr.(a) indicasse duas alternativas econômicas para a geração de emprego e renda, em Acari, depois do fechamento das agroindústrias?

A pequena oficina de costura/calçado/estofado ☐

Comércio atacadista/varejo ☐

Fabricação de tijolo e telha ☐

Indústria de alimentos ☐

Emprego na administração pública ☐

Pesca ☐

Outra: _____.

15 - Agora, eu gostaria que escolhesse duas outras atividades mais recentes desenvolvidas no município de Acari.

Turismo ☐

Artesanato ☐

Pequenas indústrias de confecções (roupas) ☐

Pequenas fábricas de alimentos (doces, massas, queijo, manteiga) ☐

Supermercados ☐

Beneficiamento de pescado ☐

Outra: _____.

16 - Se o Sr.(a) fosse o administrador do município de Acari, que projetos incentivaria para promover o crescimento econômico?

Agricultura familiar em assentamentos rurais ☐

Piscicultura e carcinicultura no Gargalheiras ☐

Turismo ecológico ☐

Turismo religioso e cultural ☐

Apoio à cultura local (música, literatura, entre outros) ☐

Incentivos fiscais para atrair empresas ☐

Outro: _____.

Novos Atributos

Por fim poderia falar sobre algum outro aspecto que deixou de ser mencionado nessa entrevista? Por exemplo, sua satisfação ou insatisfação em relação ao desempenho econômico de Acari. Se necessitar mais espaço escreva no verso.

Agradecemos sua participação. Os dados aqui coletados serão usados com fins acadêmicos de estudo e pesquisa.

ANEXO B - QUESTIONÁRIO DOS MUNICÍPIOS

Este questionário foi preparado para ser respondido por representantes das prefeituras dos municípios de Acari, Currais Novos, Jardim do Seridó e Parelhas, todos situados na região do Seridó Oriental do Estado do Rio Grande do Norte. Objetiva obter informações sobre as políticas de planejamento, a gestão das políticas públicas municipais e os projetos elaborados para fomentar o desenvolvimento econômico.

Identificação do município	
Nome oficial	_____
Endereço da prefeitura	_____
Sítio eletrônico	www._____

Dados do responsável pelas informações			
Nome	_____	Cargo	_____
Endereço	_____	Nº	_____
Cidade	_____	Estado	_____
e-mail	_____	Fone	_____
		Fax	_____

PARTE I: SOBRE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

1 - Plano de governo ou plano de diretrizes governamentais: consiste em um conjunto de objetivos e linhas gerais de ação, expostos de forma a orientar o desenvolvimento local e a melhorar as condições de vida da população numa determinada gestão.

IBGE-2003

O município tem

- | | | |
|---|------------------------------|------------------------------|
| 1.1 - plano de governo? | ☐ Sim | ☐ Não |
| 1.2 - Plano plurianual de investimentos? | ☐ Sim | ☐ Não |
| 1.3 - Lei de diretrizes orçamentárias? | ☐ Sim | ☐ Não |
| 1.4 - Lei de orçamento anual? | ☐ Sim | ☐ Não |
| 1.5 - Plano diretor ou plano de desenvolvimento urbano? | ☐ Sim | ☐ Não |

PARTE II: SOBRE A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA A GESTÃO MUNICIPAL.

2 - Considere os consórcios intermunicipais, informatização e serviços terceirizados.

A prefeitura participa de consórcios intermunicipais na área de:

- | | | |
|---------------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| 2.1 - Educação? | ☐ Sim | ☐ Não |
| 2.2 - Saúde? | ☐ Sim | ☐ Não |
| 2.3 - Serviços de água e esgoto? | ☐ Sim | ☐ Não |
| 2.4 - Limpeza urbana? | ☐ Sim | ☐ Não |
| 2.5 - Coleta de lixo? | ☐ Sim | ☐ Não |
| 2.6 - Reciclagem dos resíduos do lixo | ☐ Sim | ☐ Não |
| 2.7 - Outros? | ☐ Sim | Cite: _____ |

Dentre os serviços citados abaixo, assinale os que são informatizados, ou seja, já estão disponíveis informações em bancos de dados municipais.

- 2.8 - Educação ☐
- 2.9 - Saúde ☐
- 2.10 - Contabilidade municipal ☐
- 2.11 - Cadastro dos funcionários públicos municipais ☐
- 2.12 - Folha de pagamento ☐
- 2.13 - Cadastro imobiliário para o recebimento do IPTU ☐
- 2.14 - Outros? ☐ Cite: _____

Quais os serviços terceirizados pela prefeitura? Marque as opções.

- 2.15 - Coleta de lixo domiciliar ☐
- 2.16 - Coleta de lixo hospitalar ☐
- 2.17 - Limpeza urbana ☐
- 2.18 - Segurança da administração municipal ☐
- 2.20 - Processamento de dados ☐
- 2.21 - Transporte escolar ☐
- 2.22 - Outros? ☐ Cite: _____

PARTE III: Para atrair atividades econômicas, as prefeituras concedem incentivos fiscais e não-fiscais, divididos em dois tipos: no primeiro estão os benefícios tributários relativos ao IPTU e ao ISS, e no segundo estão às doações de terras, distritos industriais e fornecimento de infra-estrutura.

3.1 - A prefeitura tem política de incentivos para atrair atividades econômicas? ☐ Sim ☐ Não

3.1.1 - Se há identifique os tipos:

- IPTU ☐
- ISS ☐
- Doação de terrenos ☐
- Infra-estrutura ☐
- Estrutura industrial ☐

Outros ☐ Quais? _____

3.2 - A prefeitura desenvolve ações que permitam a criação de postos de trabalho ou de novas atividades econômicas, que gerem trabalho e renda? ☐ Sim ☐ Não

3.2.1 - Essas atividades pertencem a qual ou quais setores?

Primário ☐ Secundário ☐ Terciário ☐

3.2.2 - Aponte essas atividades _____

3.3 - A prefeitura desenvolve programa(s) de capacitação profissional? ☐ Sim ☐ Não

3.3.1 - Se desenvolve, qual ou quais? _____

6 - Qual o maior problema do meio rural hoje? (não ler as opções)

- Desemprego
- Dificuldade de acesso à terra
- Escassez de água
- Pobreza
- Dificuldade de acesso à escola pública
- Atendimento médico e dentário
- Precariedade dos meios de transporte ou das estradas

☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐

7 – Quais dos serviços públicos na sua comunidade precisam ser melhorados? Indique três da lista abaixo:

- Abastecimento d'água (cisternas, poços, reservatórios)
- Saneamento (esgoto, fossas)
- Coleta do lixo
- Saúde
- Educação
- Transporte
- Esporte e Lazer (quadras e campos de futebol)

☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐

O conhecimento sobre as crises econômicas e as dificuldades de desenvolvimento

8 - Aponte duas razões para a crise da economia (agropecuária, mineração, pesca ou outros) no seu município. (ler as opções)

- Longos períodos de estiagem (secas)
- Falta de recursos financeiros para a agricultura
- A demora da reforma agrária
- Desinteresse dos políticos e proprietários
- Atraso nas técnicas e instrumentos de trabalho
- A praga do bicudo nos algodões

☐
☐
☐
☐
☐
☐

9 – Indique duas alternativas econômicas para solucionar a crise no campo do seu município. (ler as opções)

- Melhoria da política das águas
- Abertura de crédito para os pequenos produtores
- Aceleração da reforma agrária
- A instalação de uma política agrária (cooperativas agrícolas)
- A recuperação do cultivo do algodão
- Incentivos para agricultura familiar em assentamentos

☐
☐
☐
☐
☐
☐

10 - Na sua opinião, o que pode ser feito para o melhorar a vida do seu lugar?

Agradecemos sua participação. Os dados aqui coletados serão usados com fins acadêmicos de estudo e pesquisa.